



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE
PRÓ-REITORIA DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA - PROPGPq
CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA - CCT
MESTRADO ACADÊMICO EM GEOGRAFIA – MAG
LABORATÓRIO DE ESTUDOS DO TERRITÓRIO E DO TURISMO - NETTUR



OS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS DO TURISMO NAS PRAIAS DO TRAIRI - CEARÁ

Iandra Virgínia Oliveira Nascimento

Profa. Dra. Luzia Neide M. T. Coriolano
Orientadora

Fortaleza – Ceará
2008





UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA – PROPGPq
CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA – CCT
MESTRADO ACADÊMICO EM GEOGRAFIA – MAG
LABORATÓRIO DE ESTUDOS DO TERRITÓRIO E DO TURISMO – NETTUR

OS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS DO TURISMO
NAS PRAIAS DO TRAIRI CEARÁ

Iandra Virgínia Oliveira Nascimento

Profa. Dra. Luzia Neide M. T. Coriolano (orientadora)

Fortaleza – CE
2008



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA – PROPGPq
CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA – CCT
MESTRADO ACADÊMICO EM GEOGRAFIA – MAG
LABORATÓRIO DE ESTUDOS DO TERRITÓRIO E DO TURISMO – NETTUR

IANDRA VIRGÍNIA OLIVEIRA NASCIMENTO

OS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS DO TURISMO
NAS PRAIAS DO TRAIRI CEARÁ

Dissertação apresentada ao Mestrado Acadêmico em Geografia do Centro de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual do Ceará, como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia. Área de concentração: Análise Geoambiental Integrada e Ordenação do Território nas Regiões Semi-áridas e Litorâneas. Linha de Pesquisa: Sociedade, Espaço e Cultura.

Orientadora: Profa. Dra. Luzia Neide M. T. Coriolano

Fortaleza – CE
2008

N244a Nascimento, Iandra Virgínia Oliveira.

Os arranjos produtivos locais do turismo nas praias do Trairi – Ceará / Iandra Virgínia Oliveira Nascimento. – Fortaleza, 2008. 178p.; il.

Orientador: Profa. Dra. Luzia Neide Menezes Teixeira Coriolano.

Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências e Tecnologia.

1. Trairi-Ceará. Arranjos Produtivos Locais 2. Trairi - Ceará. Turismo 3. Geografia Humana. I. Universidade Estadual do Ceará II. Título.

CDD 918.1103



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA – PROPGPq
CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA – CCT
MESTRADO ACADÊMICO EM GEOGRAFIA – MAG
LABORATÓRIO DE ESTUDO DO TERRITÓRIO E DO TURISMO – NETTUR

Título do Trabalho: OS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS DO TURISMO NAS PRAIAS DO TRAIRI CEARÁ

Autor (a): IANDRA VIRGÍNIA OLIVEIRA NASCIMENTO

Defesa em : 24/03/08

Nota obtida: 10,0 (dez) com louvo

Conceito obtido: satisfatório

BANCA EXAMINADORA

Luzia Neide M. T. Coriolano

Profa. Dra. Luzia Neide M. T. Coriolano – UECE

(Orientadora)

Milton A.P. Mariani

Prof. Dr. Milton Augusto Pasquotto Mariani – UFMS

(1º Examinador)

Ana Maria Matos Araújo

Profa. Dra. Ana Maria Matos Araújo – UECE

(2º Examinador)

A Deus, fonte de inspiração.

À minha família pelo apoio e incentivo.

A minha avó Carolina Gomes do Nascimento,
mulher forte e baluarte da nossa família.

A todos os meus amigos
guardados no meu coração.

E a todas as pessoas que acreditam em realizar.

*“Sei que meu trabalho é uma gota no oceano.
Mas sem ele o oceano seria menor...”*

Madre Teresa de Calcutá

AGRADECIMENTOS

A Deus, ser supremo que dirige minha vida e meus passos, a quem confio de todo o coração e alma. “nada temas, pois eu te resgato, eu te chamo pelo nome, és minha. Se tiveres de atravessar a água, estarei contigo. E os rios não te submergirão; se caminhares pelo fogo, não te queimarás, e a chama não te consumirá. Pois eu sou o Senhor, teu Deus, o santo de Israel, teu salvador. Dou o Egito por teu resgate, a Etiópia e Sabá em compensação. Porque és preciosa a meus olhos, porque eu te aprecio e te amo, permuta reinos por ti. Fica, tranqüila, pois estou contigo. (Isaías, 43, 1-5)

A minha família, pais, irmãos, cunhados, sobrinhos, avós, tios e primos, pela formação e educação, pautada nos princípios cristãos, humanos, referendada pela ética, honestidade, bom senso e respeito à dignidade do próximo e da vida.

Ao Irmão Emanuel, da ordem terceira do Carmelo, diretor espiritual, incansável guerreiro pelas obras cristãs, pelo seu exemplo, dignidade e orientações.

A grande amiga Mônica Arruda Lima, pelo incentivo, estímulo, cooperação, companheirismo e determinação. Exemplo de profissionalismo, comprometimento e zelo pelo trabalho.

A professora e amiga Vera Maria Couto Uchôa, baluarte desta Universidade, exemplo de profissional, dedicada e séria que nunca se deixou envolver por fatos, pessoas que ferissem a dignidade humana e cristã.

Aos grandes amigos que direta e indiretamente contribuíram: Lorita Rocha, Ilza Grangeiro, Verônica Cantal, Francisco Severino, Clesley Tavares, Ana Cláudia, Samira Loddi, Ângela Menezes, Irmã Faustina, dentre outros que de alguma forma estiveram ao meu lado.

A minha orientadora e amiga, Dra. Luzia Neide Menezes Teixeira Coriolano, pela confiança a mim depositada, que em momento algum se deixou envolver com comentários diversos. Depositou-me confiança e creio tê-la correspondido.

As professoras Cilda Maria Cerqueira Damasceno e Ana Maria Matos de Araújo, pelo empenho e seriedade nas contribuições de minha qualificação e preparação para a defesa.

Ao mestrado Acadêmico em Geografia, ao corpo docente e a todos os meus colegas de turma, meu agradecimento pelo acolhimento, discussões acadêmicas, aulas e viagens de campo.

As instituições visitadas, SEBRAE, SETUR, IPECE, INSTITUTO TERRAMAR, IDER, FANOR, FUNCAP, meu muito obrigada pelas atenções e informações fornecidas.

A Prefeitura de Trairi, pelas informações fornecidas.

A Associação de Hotéis e Pousadas do Trairi (AHTRA).

A Associação dos Pescadores e Pescadoras do Município do Trairi (APESMUT).

A Associação dos Produtores e Produtoras de Algas de Flecheiras e Guajiru (APAFG).

Associação dos Agricultores e Artesãos de Canaan (ARTCAN) e em Mundaú a Associação de Rendeiras e Bordadeiras de Mundaú.

Enfim, a todas as pessoas que anonimamente contribuíram para construção deste trabalho e acreditam numa sociedade mais justa e solidária. Muito obrigada.

RESUMO

O tema desta pesquisa está centrado nos arranjos produtivos locais do turismo nas Praias do Trairi, no Estado do Ceará, além de tratar de impactos socioespaciais, em relação ao desenvolvimento local pelo turismo. As experiências de ensino e de trabalho no SEBRAE, no litoral, ajudaram na definição do objeto, na formulação das hipóteses e objetivos, na definição do espaço. Questiona-se o motivo de transformação espacial e econômica das praias do Trairi, em tão curto período de tempo (uma década). Considerou-se relevante entender como a atividade turística tem contribuído para o desenvolvimento de comunidades litorâneas, motivando pequenos empreendedores a criação de novas vagas para a geração de emprego e renda, provocando e mobilizando o local. O espaço transformado em mercadoria suscitou conflitos e impactos socioambientais que comprometem a sustentabilidade do lugar. Definiu-se, portanto, como objetivo geral deste estudo, verificar a hipótese do turismo como fator-chave da transformação socioterritorial do município, observando, além dos aspectos do crescimento econômico, o desenvolvimento local. Para atender tais objetivos, fez-se breve revisão da literatura, coleta de informações, tratamento, interpretação e análise de dados, mapas, fotos e documentários sobre a região. Realizaram-se visitas a campo e estudos de casos com os empreendedores locais, líderes de associações, tais como, pescadores, artesãos, algueiras e pousadeiros. Apesar do crescimento econômico, verificaram-se contradições nos territórios em que o turismo desponta como atividade principal. Concluiu-se que as aglomerações de empresas, nas comunidades receptoras do turismo, nas praias do Trairi encontram-se em nível inicial de organização do ponto de vista dos elementos considerados constitutivos de arranjos produtivos locais. Pode-se dizer, entretanto, que há um potencial para formação de APL identificado por uma incipiente aglomeração de pequenas e médias empresas, com pouca relação cooperativa institucional, entre elas e com o setor público, contudo sem complementaridade e ganhos coletivos para o conjunto delas.

Palavras-chave: Turismo, Território, Aglomerações de Empresas, Arranjo Produtivo Local, Desenvolvimento Local, Cultivo de Algas.

ABSTRACT

The theme of this research is centered in the arrangements productive places of the tourism in the Beaches of Trairi, to west Fortaleza, besides treating of some partner-space impacts in relation to the local development obtained with the tourism. The teaching experiences and of work in SEBRAE in the coast helped in the definition of the object, in the formulation of the hypotheses and objectives, in the definition of the space. It was questioned on what motivated the space and economical transformation of the beaches of Trairi in such short period of time (one decade). It was Considered relevant to understand as the tourist activity it has been contributing to the coastal communities' development, motivating small enterprising they create it new vacancies for the job generation and income, provoking and mobilizing the place. In spite of that economical growth, contradictions were verified in the territories in that the tourism blunts as main activity. The space transformed in merchandise raised conflicts and partner-environmental impacts that they commit the sustainability of the place. It was defined, therefore, as general objective of this study, to verify the hypothesis of the tourism as factor-key of the partner-territorial transformation of the municipal district, observing besides the aspects of the economical growth, the local development. To assist such objectives it was made an abbreviation revision of the literature, collection of information, treatment, interpretation and analysis of data, maps, pictures and documentaries on the area. They took place visits to field and studies of cases with the local entrepreneurs, leaders of associations, such as, fishermen, artisans, algueiras, pousadeiros. It was ended that the gatherings of companies in the receiving communities of the tourism in the beaches of Trairi are in an initial level of organization of the point of view of the elements considered constituent of local productive arrangements. It can be said, however, that there is a potential for formation of identified APL for an incipient gathering of small and averages companies, with little institutional cooperative relationship among them and with the public section, however without a complementarity and collective earnings for its group.

Word-key: Tourism, Territory, Gatherings of Companies, Local Productive Arrangement, Local Development, Cultivation of Algae.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAV	Associação Brasileira de Agentes de Viagens
AHTRA	Associação de Hotéis e Pousadas do Trairi
APAFG	Associação dos Produtores e Produtoras de Algas de Flecheiras e Guajiru
APESMUT	Associação dos Pescadores e Pescadoras do Município do Trairi
APL	Arranjo Produtivo Local
APP	Área de Preservação Permanente
ARTCAN	Associação dos Agricultores e Artesãos de Canaã
BB	Banco do Brasil
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEART	Central de Artesanato do Ceará
CUT	Central Única dos Trabalhadores
ETENE	Estudos Econômicos do Nordeste
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FUNCAP	Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico
GTZ	Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (Agência de Cooperação Técnica Alemã)
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDER	Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Energias Renováveis
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
LABOMAR	Instituto de Ciências do MAR
MCT	Ministério de Ciência e Tecnologia
MMA	Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal
MPEs	Micro e Pequenas Empresas
NPL	Núcleos Produtivos Locais
OMT	Organização Mundial de Turismo
ONG	Organização Não Governamental
PDDU	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
PET	Politereftalato de etila (polímero plástico)
PRODETUR	Programa de Desenvolvimento do Turismo
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SEAP	Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas
SEMACE	Superintendência Estadual do Meio Ambiente – Ceará
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SEPLANDE	Secretaria de Planejamento e de Desenvolvimento Econômico de Trairi
SETUR	Secretaria de Turismo do Estado do Ceará
STDS	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social
SUDEPE	Superintendência para o Desenvolvimento da Pesca
UFC	Universidade Federal do Ceará
UH	Unidade Habitacional
UNISOL	Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Igreja Matriz Nossa Senhora do Livramento	22
Figura 2	Área urbana do município do Trairi	25
Figura 3	Matéria de divulgação das praias do Trairi como destino turístico	28
Figura 4	Folder de divulgação das praias do Trairi como destino turístico	29
Figura 5	Construção de condomínio de veraneio de luxo	30
Figura 6	Pousada à beira mar na frente da vila de pescadores de Flecheiras	31
Figura 7	Vila de Guajirú	32
Figura 8	Praia de Flecheiras	33
Figura 9	Equipamentos turísticos	33
Figura 10	Vila de Emboaca	33
Figura 11	Praia de Emboaca	33
Figura 12	Praia de Mundaú	34
Figura 13	Distrito de Mundaú	35
Figura 14	Enseada litorânea das praias do Trairi	36
Figura 15	Diagrama dos fatores que caracterizam os arranjos produtivos locais	43
Figura 16	Etapas de um processo de Desenvolvimento Endógeno	68
Figura 17	Anéis concêntricos do Arranjo Produtivo Turístico	72
Figura 18	Praia de Guajiru	80
Figura 19	Empreendimentos Comerciais em Flecheiras	81
Figura 20	Hotel na Praia de Flecheiras	82
Figura 21	Pousada na Praia de Flecheiras	83
Figura 22	Bares e restaurantes na Praia de Flecheiras	84
Figura 23	Vila de Emboaca	85
Figura 24	Praia de Emboaca	86
Figura 25	Vila de Mundaú na praia de mesmo nome	87
Figura 26	Pousada na Praia de Mundaú	88
Figura 27	Barco catamarã na foz do rio Mundaú	88
Figura 28	Página inicial do <i>site</i> das praias do Trairi criado pela AHTRA	94
Figura 29	Folder institucional das pousadas associadas à AHTRA	95
Figura 30	Matéria sobre associações de pousadas nos pólos turísticos do Ceará	96
Figura 31	Embarcação à vela utilizada para pesca nas Praias do Trairi	103
Figura 32	Pescador artesanal em Flecheiras – Trairi	103
Figura 33	Pescadores ao mar na Praia de Mundaú capturam o pescado com redes de pesca	107
Figura 34	Equipamento rudimentar para a pesca utilizada por pescadores na praia de Mundaú – Trairi	108
Figura 35	Currais de peixes na praia de Flecheiras – Trairi	108
Figura 36	Colônia de Pescadores de Mundaú – Trairi	109
Figura 37	Banco Natural de Algas em Flecheiras	112
Figura 38	Mesa de separação e lavagem das algas para secagem	114
Figura 39	Preparação dos molhos de cordas com algas	114
Figura 40	Colocação das cordas de algas (glacilária) no mar	115
Figura 41	Galpão no Centro de Produção de Algas	116

Figura 42	Secador Natural de Algas	117
Figura 43	Secador Solar de Algas	117
Figura 44	Utilização de energia solar no cultivo de algas	118
Figura 45	Algas preparadas para expedição	118
Figura 46	Ciclo do cultivo de Algas	120
Figura 47	Sabonetes de Algas	124
Figura 48	Aromatizantes de algas	124
Figura 49	Palestra técnica sobre cultivo de algas	125
Figura 50	Festival das Algas de Trairi	126
Figura 51	Curso de artesanato com algas	126
Figura 52	Produtos com algas	126
Figura 53	Reportagem sobre o artesanato cearense	135
Figura 54	Rendeira fazendo renda	136
Figura 55	Sede da ARTECAN em Canaã	141
Figura 56	Costureiras trabalhando a peça com a colocação da renda	141
Figura 57	Produtos em renda	142
Figura 58	Cópia autenticada do Estatuto da Associação de Hotéis e Pousada do Trairi	174

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Municípios visitados pelos turistas via Fortaleza – 2002/05	20
Quadro 2	Dificuldades no gerenciamento da empresa – empresas ativas, razões para o fechamento da empresa – empresas extintas (estimulada)	46
Quadro 3	Tipologia consagrada de Cluster/APL	47
Quadro 4	Vantagens competitivas locacionais dos APLs	51
Quadro 5	Formas de capitais intangíveis determinantes do processo de desenvolvimento regional	67
Quadro 6	Interiorização da demanda turística segundo as áreas visitadas – 1998/2005	74
Quadro 7	Relação dos municípios turísticos do Ceará com a respectiva oferta hoteleira	75
Quadro 8	Oferta Hoteleira nos Municípios Turísticos do Ceará: 1997/2005	76
Quadro 9	Relação da oferta turística de Hotéis e Pousadas nas praias do Trairi	89
Quadro 10	Relação dos empregos gerados em bares e restaurantes nas praias do Trairi	90
Quadro 11	Taxa de ocupação hoteleira média em municípios litorâneos do Ceará	91
Quadro 12	Permanência média dos turistas em municípios turísticos do Ceará	92
Quadro 13	Origem da demanda hoteleira	92
Quadro 14	Produção estimada e participação extrativa industrial, artesanal e aquicultura no Brasil	98
Quadro 15	Produção e valor total da produção desembarcada no Estado do Ceará por município, no ano de 2005	100
Quadro 16	Distribuição da Frota cadastrada no Estado do Ceará, por município, no ano de 2005	102
Quadro 17	Quantidade de pescadores por praia do Trairi	109
Quadro 18	Principais produtos adquiridos pelos turistas	132
Quadro 19	Categorias do artesanato	137
Quadro 20	Classificação das principais atividades econômicas das Praias do Trairi	147

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Sazonalidade da demanda hoteleira no Brasil	91
Gráfico 2	Volume de negócios gerados pelo artesanato em eventos promovidos pelo SEBRAE para mercado interno	131
Gráfico 3	Pirâmide de Consumo no Artesanato	133
Gráfico 4	Distribuição de Artesãos do Município de Trairi por tipologia	139

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Mapa Político do Município do Trairi	21
Mapa 2	Região Administrativa 02	22
Mapa 3	Número de estabelecimentos com hospedagem no Ceará	77
Mapa 4	Regiões e destinos turísticos prioritários	78
Mapa 5	Produção de pescado marítimo e estuarino do Estado do Ceará	101

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. RECORTE ESPACIAL E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	18
2.1. Município e as Praias de Trairi como base de estudo	18
2.2. Passos da Pesquisa	36
3. AGLOMERAÇÕES DE EMPRESAS E ARRANJO PRODUTIVO LOCAL.....	40
4. LÓGICA ESPACIAL DO TURISMO	53
4.1. Consumo do espaço pelo Turismo	58
4.2. Turismo comunitário e desenvolvimento.....	62
5. ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS DO TURISMO EM TRAIRI E PRINCIPAIS ATORES	71
5.1. Meios de Hospedagem e os Serviços de Alimentação	73
5.2. Pesca artesanal	97
5.3. Atividade emergente de Algueiras em Flecheiras e Guajiru	111
5.4. Artesanato e valorização dos Territórios.....	129
5.5. Comparativo dos Arranjos Produtivos Locais das Praias do Trairi	143
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	150
BIBLIOGRAFIA	154
APÊNDICES	162
ANEXOS	173

1. INTRODUÇÃO

A dissertação “Os Arranjos Produtivos Locais do Turismo nas Praias do Trairi no Estado do Ceará”, do Mestrado Acadêmico de Geografia, da Universidade Estadual do Ceará, tem como objeto de análise os arranjos produtivos locais do Turismo nas Praias do Trairi a 124 Km de Fortaleza, com ênfase na organização e na competitividade das principais atividades componentes da cadeia produtiva do turismo, com alguns de seus impactos sócio-espaciais.

Vários motivos justificam esta pesquisa, que tem o ponto de partida no interesse pessoal em identificar a importância do turismo para o município, e suas potencialidades nas praias do litoral oeste de Fortaleza. Como professora de geografia, de curso de graduação em turismo, em aulas de campo, constatou-se a riqueza da área e as contradições do espaço.

Sendo consultora de empreendedorismo pelo SEBRAE, foi-me dada à oportunidade de conhecer melhor empresas de diversas atividades, entre elas, do turismo. Tais experiências permitiram reflexão mais profunda de possíveis motivos de expansão do turismo nos municípios, inclusive explicar a verdadeira transformação de pequena comunidade de pescador, destino turístico promissor, atraindo empreendimentos e investimentos diversos. Chamou atenção, em particular, Trairi, pelo curto período de mudança, que, em quase dez anos, experimenta reorganização socioterritorial expressiva, no perfil das atividades econômicas. Onde antes eram praias nativas e primitivas, com poucas opções de hospedagem e alimentação, hoje se consolida como destino turístico, com pousadas e hotéis, serviços de alimentação e passeios.

A nova realidade levou-me a questionar a transformação espacial e econômica das praias de Trairi, em tão pouco tempo, os fatores determinantes do surgimento de aglomerações de empresas, o relacionamento entre si e com as atividades econômicas e os impactos gerados.

É preciso reconhecer que parte das atrações ainda permanece. O Município de Trairi está na Macrorregião turística Litoral Oeste/ Ibiapaba, com praias

tranqüilas, mar calmo, foz de rios, campos de dunas e coqueiros. A temperatura varia pouco, entre 24° C a 32° C. Compõem a paisagem litorânea as praias de Guajiru, Flecheiras, Emboaca e Mundaú. O município atrai investimentos e ações públicas e privadas, em destaque, as políticas do turismo que resultam em aglomerações de pequenas empresas, associações e cooperativas de artesãos e pescadores, aquecendo a economia local. A maioria das empresas locais está voltada para as atividades turísticas, em cadeia produtiva: pousadas, hotéis, restaurantes, barracas de praia, eventos e entretenimentos, contando com o comércio local para suporte do turismo.

Considerou-se relevante entender como a atividade turística tem contribuído para o desenvolvimento de comunidades litorâneas, motivando pequenos empreendedores à criação de vagas para a geração de emprego e renda, provocando e mobilizando o local. A implantação de pequenos negócios proporciona aos lugares e aos residentes a oportunidade de formação de redes de negociação com outras empresas e outros mercados, fortalecendo a economia local.

A despeito do crescimento econômico, verificam-se contradições dos territórios em que o turismo desponta como atividade principal. A transformação do espaço em mercadoria suscita conflitos e gera impactos socioambientais que comprometem a sustentabilidade do lugar. As comunidades locais e as atividades econômicas tradicionais são expropriadas de seu espaço e relegadas a segundo plano, à mercê dos interesses da reprodução do capital. Assim, questiona-se até que ponto o fortalecimento da atividade turística, nas comunidades litorâneas, tem levado ao desenvolvimento local e de que maneira o fortalecimento de cooperação entre empresas tem levado à formação e consolidação de arranjos produtivos locais.

Definiu-se, assim, como objetivo geral deste estudo, a hipótese do turismo como fator-chave de transformação socioterritorial do município de Trairi/CE, observando, além dos aspectos do crescimento econômico, o desenvolvimento local. São objetivos específicos:

- Identificar os fatores que caracterizam o (s) Arranjo Produtivo Local;
- Analisar o nível de relacionamento entre os fatores que determinam arranjo produtivo local, considerando as atividades tradicionais da comunidade;

- Verificar o apoio institucional dado às atividades econômicas das praias do Trairi;
- Averiguar as formas de organização e uso do território no espaço;
- Analisar os arranjos produtivos locais do turismo nas praias, relacionando o porte das atividades e seu nível de organização e competitividade.

Para atender os objetivos, fez-se breve revisão da literatura, afinal a temática envolve áreas do conhecimento científico (turismo, economia e geografia), embora a concentração das categorias e dos conceitos possa ser considerada como da Geografia Econômica. Para a realização desta pesquisa, adotaram-se procedimentos baseados em levantamentos bibliográficos, coleta de informações, tratamento, interpretação e análise de dados, mapas, fotos e documentários da região. Realizaram-se visitas a campo, com roteiros previamente estabelecidos, para reconhecimento da área, levantamentos de empreendimentos e checagem das informações coletadas em documentos oficiais. Nesse contexto, foram realizados estudos de casos, mediante entrevistas, com empreendedores locais, líderes de associações: pescadores, artesãos, alqueiras, pousadeiros, entre outros.

Com tais materiais e métodos, foi possível organizar a dissertação em seis partes. Na primeira, breve resumo dos motivos de seleção do tema – objeto de investigação, com justificativa, breve descrição do problema e questionamentos norteadores da pesquisa, objetivos (geral e específico) e metodologia.

A segunda parte traz o recorte espacial e procedimentos metodológicos. Colocam-se as especificidades do município de Trairi, com suas praias e comentam-se os passos da pesquisa.

Na terceira, faz-se a abordagem teórica e conceitual, abrangendo aglomerações de empresas e arranjo produtivo local, compreendendo a conceituação teórica geográfica com a relativa categoria utilizada na caracterização de APL.

A quarta parte apresenta a lógica espacial do turismo, com ênfase no consumo do espaço pelo turismo e a relação entre turismo comunitário e desenvolvimento.

No quinto momento, averiguaram-se os arranjos produtivos locais do Turismo do desenvolvimento das comunidades de Trairi, entre eles: meios de hospedagem e serviços de alimentação, pesca artesanal, alqueiras de Flecheiras e Guajiru e o artesanato local, apresentando comparativo entre os APLs.

Na sexta parte, apresentam-se as considerações finais da pesquisa.

2. RECORTE ESPACIAL E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trairi faz parte do recorte regional de planejamento turístico do Estado. Sua movimentação turística é bem menor que a de Fortaleza, portão de entrada dos turistas no Ceará, mas situa-se entre as primeiras localidades mais visitadas do litoral cearense pelos atrativos naturais, culturais e econômicos.

A discussão dos aglomerados econômicos, em torno do turismo, remete à necessidade de reconhecimento mais aprofundado do espaço. Assim, breve retorno à descrição geográfica, caracterização socioeconômica e histórica do município, foi indispensável.

Antecedendo os aspectos conceituais e o aprofundamento do conhecimento da realidade, toma-se decisões sobre os procedimentos metodológicos para atingir os objetivos traçados nesta pesquisa.

2.1. Município e as Praias do Trairi como base de estudo

O município de Trairi situa-se no centro-norte do Estado do Ceará, ocupa área de aproximadamente 943km², que corresponde a 0,64% do Estado do Ceará, com 48 km de extensão linear na direção Norte-Sul e 41 km na direção leste-oeste. Limita-se, ao norte, com o oceano Atlântico, ao Sul, com o município de São Luís do Curu, a Sudeste, com o município de São Gonçalo do Amarante, a Sudoeste, com o município de Tururu, a Oeste, com o município de Itapipoca e a Leste com o município de Paraipaba. Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e estatística), Trairi está na Microrregião de Itapipoca, que divide o estado em 33 Microrregiões Geográficas, situando-o na Região II, que tem como sede o município de Itapipoca. Faz parte da Macrorregião Turística Litoral Oeste/Ibiapaba, divisão da Secretaria Estadual do Turismo (SETUR/CE, 2004, p.4). É destino de turistas de outras regiões do país e do exterior, que tem, como entrada no Estado, a cidade de

Fortaleza. O quadro 1 apresenta os principais municípios visitados pelos turistas, de 2002 a 2005, entre os quais, Trairi ocupa o 12º lugar na média de visitantes.

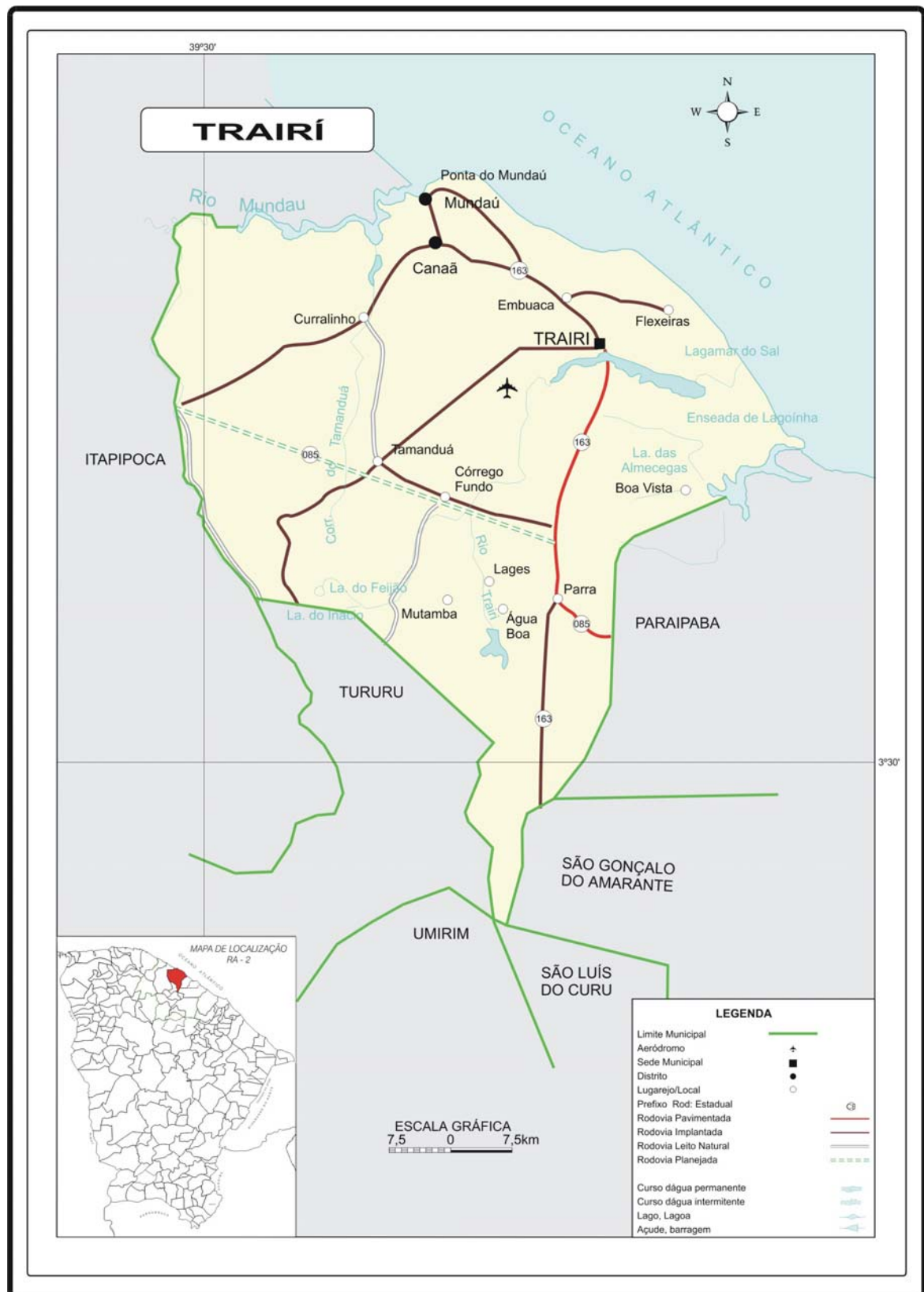
O principal acesso ao município é pela Rodovia Estruturante Costa do Sol Poente ou CE-085, construída pelo Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR-NE), como parte da infra-estrutura de apoio ao turismo, que interliga a capital do Estado aos municípios do litoral oeste. Situa-se na faixa litorânea, a oeste de Fortaleza, formado por três unidades geomorfológicas: planície litorânea, composta pela faixa de praia e um cordão de dunas em toda a extensão do litoral, com largura média de 4 km, os glaciais pré-litorâneos que representam a área de maior extensão e abrigam a base da economia agropecuária municipal, e a depressão sertaneja ao sul, oeste e sudeste, onde se verificam *inselbergs* com altitudes inferiores a 120 m. O espaço físico do litoral de Trairi é atrativo para a atividade turística e o potencial geográfico deste município facilitou e motivou alguns empreendedores a investirem na atividade, pois a paisagem do lugar auferiu ao espaço um valor mercadológico. A proximidade entre as praias facilita o acesso e deslocamento, assim também como a ocupação do litoral com empreendimentos turísticos promovendo aglomerações de empresas.

Municípios	2002			2003			2004			2005			2002/05			Índice
	Turistas	(%)	Dias	Turistas	(%)	Dias	Turistas	(%)	Dias	Turistas	(%)	Dias	Turistas	Média/Ano	Dias	
Caucaia	122.084	7,49	2,1	142.087	9,16	1,4	233.617	12,9	2	284.637	14,5	1,9	779.625	194.506	1,9	6,453
Aracati	151.926	9,32	2,3	143.099	5,23	2	177.679	10	2,5	239.020	12,1	3	711.720	177.590	2,5	5,691
Beberibe	96.969	5,99	2,3	129.964	5,12	1,6	136.165	7,6	1,9	157.587	8	2,1	516.705	129.176	2	4,277
Jijoca	113.945	6,99	3,1	106.617	6,89	3,3	74.725	4,19	3,5	148.539	7,5	4,5	444.025	111.007	3,7	3,675
Aquiraz	69.502	4,2	1,9	107.321	6,92	1,6	88.840	6	1,9	131.574	6,7	2,1	366.237	39.046	1,9	3,280
Paraipaba	24.417	1,5	3,5	27.208	1,75	2,6	32.281	1,81	1,7	52.780	2,7	3	126.785	34.197	2,7	1,132
Cascavel	23.739	1,46	2,4	15.116	0,97	2,4	17.436	0,98	2,4	35.061	1,8	3	51.351	22.836	2,6	0,756
São Gonçalo	22.382	1,37	2,8	17.131	1,1	2,5	23.248	1,3	1,7	24.882	1,3	3,4	87.643	21.911	2,6	0,725
Paracuru	24.417	1,5	2,8	9.565	0,55	2,2	16.606	0,93	4,9	23.731	1,2	3,1	73.340	18.335	2,3	0,607
Sobral	16.195	1,12	3,5	7.565	0,49	4,2	15.704	0,88	3	19.981	1,01	5,4	61.455	15.266	4,1	0,509
Juazeiro do Norte	17.809	1,09	2,1	11.124	0,72	2	13.691	0,77	3	13.949	0,71	9,7	56.977	14.144	3	0,460
Trairi	12.208	0,75	3	7.084	0,45	3,2	8.303	0,47	2,4	26.767	1,4	2,3	54.332	13.583	2,8	0,450
Guaraminga	15.342	0,34	2,8	16.206	1,4	2,7	8.373	0,47	2,6	14.325	0,73	2,8	54.247	13.563	2,7	0,449
Quixadá	12.776	0,78	3,4	17.192	1,11	3,4	5.300	0,35	2,8	9.425	0,49	2	45.693	11.423	3	0,378
Canindé	17.034	1,09	1,5	7.079	0,46	10,9	7.030	0,39	3,4	9.048	0,46	4,5	40.191	10.048	4,2	0,333
Camocim	6.104	0,37	3,3	8.062	0,52	3	7.472	0,42	6	12.441	0,6	7,5	34.079	8.920	5,4	0,282
Baturité	8.438	0,12	2,7	7.080	0,46	2	4.776	0,27	1	11.607	0,09	2	31.991	7.000	2,1	0,265
Maranguape	4.603	0,28	2,9	4.559	0,29	2,4	6.791	0,38	3,5	5.279	0,27	1,1	21.220	5.305	2,5	0,176
Icapuí	3.391	0,21	3,6	6.045	0,39	3,7	6.642	0,37	3,1	4.901	0,2	2,5	20.980	5.245	3,2	0,174
Solonópolis	18.196	1,12	3,5	-	-	-	271	0,02	1	-	-	-	18.457	4.617	3,5	0,153
Maracanau	3.484	0,21	1	3.539	0,23	5,2	3.104	0,17	7,7	4.901	0,25	10,8	15.028	3.757	5,6	0,124
Iguatu	2.710	0,17	4,9	3.034	0,2	4,2	5.113	0,29	19,9	3.016	0,219	4,8	13.873	3.468	10,1	0,119
Crateús	3.097	0,19	7	1.617	0,1	1,7	5.943	0,22	10,4	3.016	0,19	2	13.473	3.260	7	0,112
Itapipoca	4.059	0,25	4,9	2.519	0,16	8,2	4.151	0,23	5,5	2.639	0,1	2,4	13.378	3.345	5,2	0,111
Crato	5.807	0,36	3,2	2.023	0,13	5,8	1.562	0,09	2,3	3.016	0,19	4,9	12.393	3.100	3,9	0,103
Ubajara	4.986	0,31	5	2.532	0,16	1,3	1.207	0,07	2	3.016	0,15	3,5	11.741	2.535	3,5	0,097
Tianguá	2.685	0,16	3,3	1.519	0,1	7,3	753	0,04	1	4.147	0,21	3	9.144	2.286	6,4	0,076
Limoeiro do Norte	1.549	0,1	4	1.011	0,07	3	2.374	0,13	5,7	4.147	0,21	4,8	9.081	2.270	4,7	0,075
Pacajus	1.141	0,07	1	1.011	0,07	2	1.167	0,07	3,8	2.217	0,27	1,4	6.637	2.159	1,7	0,071
Fortim	1.366	0,08	5,2	4.535	0,29	7	1.661	0,09	4,7	754	0,04	1,7	8.305	2.077	5,7	0,069
Russas	2.326	0,14	2	505	0,03	5	1.917	0,11	7,3	3.015	0,15	8,8	7.762	1.540	6,1	0,064
Acarau	678	0,04	4	1.512	0,1	2,3	2.491	0,14	6,4	1.508	0,08	2	6.189	1.547	4,1	0,051
Uruburetama	4.986	0,31	5	-	-	-	271	0,02	-	754	0,04	10	6.011	1.503	5,4	0,05
Ipu	1.919	0,12	5,2	-	-	-	1.992	0,09	2	2.282	0,11	1,7	3.772	1.443	2,9	0,048
Santa Quitéria	387	0,02	0	1.011	0,07	7,1	822	0,08	1	3.016	0,19	15,5	5.236	1.209	11,1	0,043
Quixeramobim	1.161	0,07	3,7	1.011	0,07	6,5	1.552	0,09	1,5	1.509	0,08	1,5	5.232	1.308	3	0,043
Euzébio	1.161	0,07	1,3	1.011	0,07	9	2.374	0,13	1,3	-	-	-	4.546	1.137	3,3	0,038
Icó	387	0,02	1	1.011	0,07	3	392	0,02	1	1.509	0,08	13	3.298	825	7,1	0,027
Horizonte	-	-	-	-	-	-	822	0,05	5	1.509	0,08	1	2.230	583	2,4	0,019
Aracoiaba	-	-	-	505	0,03	2	-	-	-	1.509	0,09	12,5	2.014	904	9,9	0,017
Outros	209	0,02	2,2	17.701	1,13	3,5	28.890	1,59	3,7	42.902	2,22	4,4	89.571	22.333	4	0,741
Total Geral	828.117	50,70	2,7	632.810	63,7	2,7	961.061	53,3	2,9	1.319.134	87	2,8	3.829.700	982.425	2,8	32,627

Quadro 1: Municípios visitados pelos turistas via Fortaleza – 2002/05

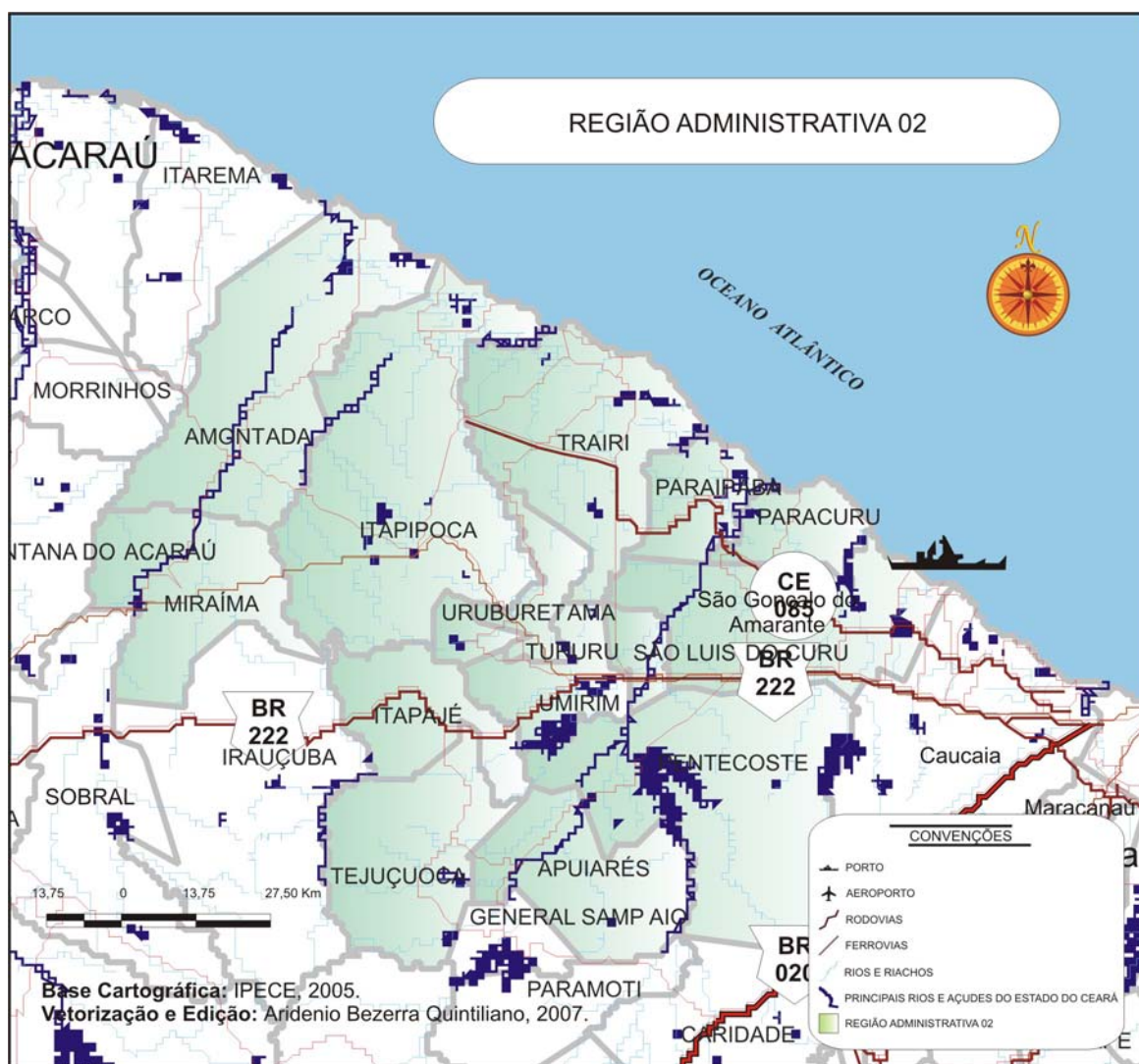
Fonte: SETUR/CE, 2007

O mapa 1 mostra o mapa político do município do Trairi, com municípios limítrofes.



Mapa 1: Mapa Político do Município do Trairi
Fonte: IPECE, 2002

O mapa 2 apresenta a microrregião de Itapipoca à qual pertence o município do Trairi.



Mapa 2: Região Administrativa 02
Fonte: PDDU, 2002

A história de Trairi confunde-se com a própria história da colonização do Ceará, tendo as origens mais remotas relatadas pelo historiador¹, em 1608, quando da chegada dos Pitiguaras às margens do Rio Trairi. Antes, os índios, como Anassés e Tabajaras, não fixaram moradia por não se aclimatarem às praias, transferindo-se para os sertões e serras.

Outro aspecto marcante de história do Trairi, influenciador dos traços culturais do povo, é a religiosidade e a fé que, desde o início, marcaram o

¹ Tristão de Alencar Araripe.

surgimento do povoado. Conta a história oral que, ao final do Século XVII, rica senhora portuguesa, viajando em alto mar, levava um navio carregado de farinha de trigo e barras de ouro, a caminho de países indianos. Grande temporal abateu-se sobre a embarcação e o comandante diz à distinta senhora² que é necessário jogar toda carga ao mar para evitar o naufrágio do navio, o que de nada adiantou. A mulher de fé e muito devota de Nossa Senhora do Livramento, de joelhos, faz promessa à Santa de que, se ancorasse com vida com a tripulação, mandaria construir igreja e traria depois a imagem da Santa, fazendo propagar, no lugar, a devoção a Nossa Senhora do Livramento.

Atendida na promessa, veio aportar em praia desconhecida, com areias brancas e sol vivo, onde hoje se localizam Flecheiras e Guajiru. Com ajuda de moradores locais, fez cumprir a promessa deixando dinheiro para a construção da igreja e, meses depois, desembarca na Barra do Trairi, com a imagem de Nossa Senhora do Livramento, instalada a paróquia em 14 de agosto de 1874. A figura 1 mostra a Igreja matriz do município, Nossa Senhora o Livramento.



Figura 1: Igreja Matriz Nossa Senhora do Livramento
Fonte: Iandra Nascimento, 2007

A Vila de Trairi foi fundada em 12 de novembro de 1863, com seu primeiro intendente, o coronel Antonio Barroso de Sousa. Em decorrência de forças políticas da época e ingerências políticas negativas, Trairi teve o processo de

² Dona Maria Furtado Mendonça.

elevação a vila marcado por inúmeras transferências e instabilidades. Da primeira vez, durou apenas um ano, extinto em 1864, pela lei Nº. 1110. Em 1869, foi outra vez elevado à condição de vila, com a sede transferida para Parazinho. Seis anos depois, em 1874, retorna a sede para Trairi, com o nome de Vila Nossa Senhora do Livramento. Somente em 1875, foi confirmado o nome de Trairi, que significa, na língua indígena, “Rio das Traíras”. A partir de então, inúmeras alterações sucederam-se, com pertencimento às vilas de Itapipoca e São Gonçalo do Amarante. Somente em 22 de Novembro de 1951, em lei sancionada pelo então governador, Raul Barbosa, ocorreu a emancipação política e instalação oficial, em 25 de março de 1955, com a posse do primeiro prefeito eleito, José Granja Ribeiro, e os primeiros vereadores.

A ocupação do município tem início em meados do Século XVIII, com os colonos Nicolau Tolentino, Marinheiro Cunha, Manuel Barbosa, Xavier de Sousa e Antônio Barros de Sousa. Entre eles, destaca-se João Verônica, fundador da cidade de Trairi. Bem sucedido colono, desenvolveu atividade econômica voltada para a agricultura e pecuária. Excelente construtor edificou a casa de moradia e, com a chegada de parentes e amigos, manda erguer outras casas formando o aldeamento em torno do qual nasce a povoação do Trairi, cerca de 9 km do mar.

A história do lugar poderá nos dar indícios para explicar a evolução econômica e o desenvolvimento do município. A ocupação indígena talvez tenha originado a importância dada pela comunidade à preservação ambiental. A baixa densidade demográfica e a urbanização atual poderiam ser explicadas pela formação da vila sede em torno de uma igreja erigida em propriedade privada, enquanto outras localidades estavam no centro da rota do gado, tais como Caucaia, Sobral, etc. Também a instabilidade econômica e política que fazia erguer a Vila e depois destituí-la desta condição, talvez expliquem o fato destas comunidades litorâneas permanecerem durante tanto tempo isoladas do mercado (algodão, gado, indústria) já que eram espaços litorâneos sem cais portuário.

A partir dos anos noventa, incrementa-se a ocupação da Avenida Salvador Martins, prolongamento da Rua Padre Romualdo, em direção aos distritos de Canaan e Mundaú. Enquanto isso prossegue a urbanização em torno do hospital e ao longo da rodovia de acesso à sede. Atualmente, a cidade se expande seguindo

os eixos de acesso, com ocupação mais intensa às margens da rodovia CE-162, do lado sul que liga a cidade à capital do Estado, e do lado norte, em direção às praias de Mundaú, Flecheiras e Guajiru.

A configuração atual apresenta pólos distintos, interligados pela rodovia; um mais antigo, com urbanização consolidada e de ocupação mais densa, onde se situa o centro comercial e de serviços, além da maioria das instituições públicas e, na outra margem do rio, em torno do hospital e ao longo da rodovia, outro, com urbanização em processo de consolidação, de ocupação mais rarefeita, com predominância residencial. Na figura 2, observa-se a imagem de satélite da área urbana do município de Trairi.



Figura 2: Área urbana do município do Trairi

Fonte: Google Earth, 2007

As atividades econômicas, agricultura, pesca, constituem o setor primário, base de sustentação. Alguns produtos agrícolas, característicos da região, se destacam: coco-da-baía, castanha de caju, cana de açúcar além de culturas de subsistência: milho, feijão e mandioca.

A atividade pesqueira é relevante, é que se trata de município litorâneo. A lagosta e espécies de peixe são os principais produtos. Conforme dados da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP, 2006), a produção estimada de pescado, neste ano, foi de 730,3 toneladas, contribuindo com R\$ 6.630.283,90.

O comércio apresenta número razoável de estabelecimentos varejistas e pequeno número de atacadistas, com características de áreas não desenvolvidas. Conforme Perfil Sócio-Econômico do Município, Prefeitura Municipal do Trairi (2006, p. 96), existem “289 estabelecimentos comerciais em vários segmentos, gerando 694 empregos diretos e a indústria gera 100 empregos diretos, dados referentes à sede do município”. Trairi depende de outros centros maiores, no que se refere o abastecimento de um modo geral e outros serviços afins. Mantém relações econômicas com Itapipoca e Fortaleza. Assim, a economia municipal apresenta estrutura frágil que se reflete na ocupação da sede, onde se verifica presença ainda muito limitada de estabelecimentos comerciais e de serviços.

A Vila de Trairi cresceu em torno da capela de Nossa Senhora do Livramento, às margens do rio Trairi que corta o município. O rio Trairi, na linguagem indígena, quer dizer rio das traíras, peixe de água doce. O rio tem importância histórica e cultural. A comunidade orgulha-se pela representatividade do rio. Foi exatamente em sua foz que aportou o navio da rica portuguesa. É cantada pela população no hino do município, fazendo alusão à importância do rio. Letra do hino de Trairi:

HINO OFICIAL DE TRAIRI

Autor Prof. José Silva Novo

I

Vede meu povo o rio Trairi
 Perenemente caminhando ao mar
 Saltando alegre pedras e colinas
 E progredindo sempre sem cessar

II

Vamos meu povo, também nós avante
 Lutando fortes, sempre a progredir
 Corpo robusto, mente sã e pura
 Mostrando à Pátria, quem é o Trairi

Refrão

As nossas praias, são altaneiras
 Deixando as ondas, beijar o areial **(BIS)**
 E a passarada, sempre cantante
 Não esquece a sombra de nosso coqueiral

III

Nossas crianças e nossa juventude
 São jóias raras, feitas com amor
 Nossos velhinhos, santos prematuros
 Que na igreja rezam ao Senhor

IV

Somos bem fortes gente feita a luta
 Somos ousados na luta do porvir
 Nossa ousadia, luta com vitória
 E o nosso lema é sempre progredir

Fonte: Perfil Sócio-econômico do Trairi – Prefeitura Municipal do Trairi, 2006.

O orgulho dos residentes de Trairi é somente pelo rio de mesmo nome, mas principalmente pelas praias, praias do Trairi, costa de aproximadamente 35 km de extensão linear, entre as embocaduras do rio Mundaú e do Córrego Conceição. As praias do Trairi são: Guajirú, Flecheiras, Emboaca e Mundaú. Mar calmo, dunas móveis, fixas e reliquias, lagoas, manguezais, além de extensos coqueirais, que fazem de Trairi destino turístico dos mais importantes do Estado. Pertence à macrorregião turística costa do sol poente. Destino turístico privilegiado, atendido pelas políticas públicas do governo do Estado, com infra-estrutura e equipamentos turísticos. As praias de Trairi têm sido citadas na mídia nacional e internacional atraindo turistas e empresários da cadeia produtiva do turismo: rede hoteleira, parques temáticos, *resorts*, entre outros (figura 3).



Figura 3: Matéria de divulgação das praias do Trairi como destino turístico
Fonte: Jornal Diário do Nordeste. Caderno Turismo, 27 de Julho de 2007

Além da divulgação na mídia, empresários do *trade* turístico local se uniram e criaram a Associação de Hotéis e Pousadas do Trairi (AHTRA), para o que conseguem apoio de instituições, empresários e fazem campanhas e ações de divulgação do destino mediante eventos, *folder*, mídia e internet (figura 4).

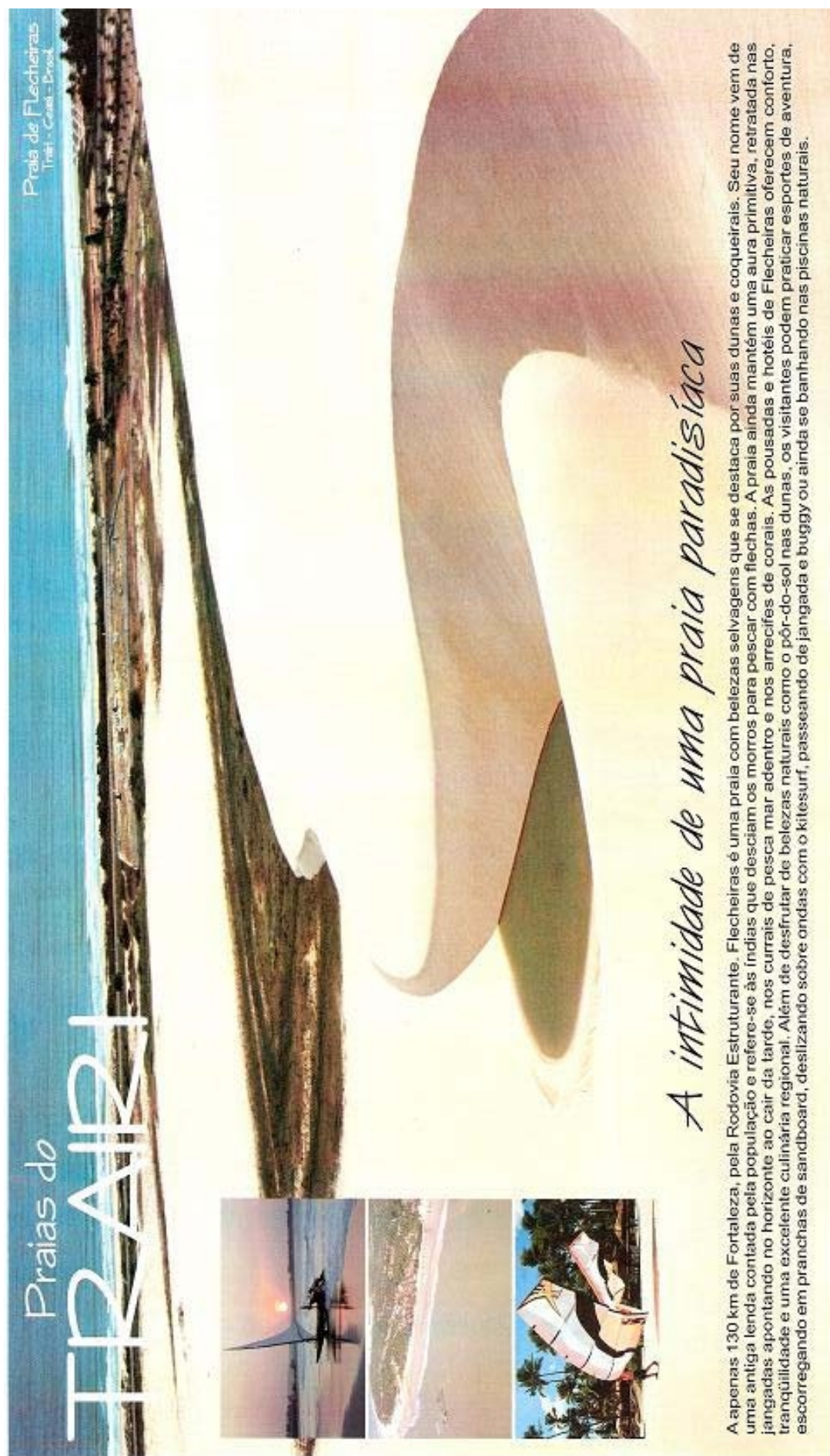


Figura 4: Folder de divulgação das praias do Trairi como destino turístico
Fonte: Associação de Hotéis e Pousadas do Trairi (AHTRA)

O turismo tem dinamizado a economia local, mas também atraído à especulação imobiliária, refletida nas construções à beira-mar, loteamentos, casas de veraneios, pousadas, hotéis, bares e restaurantes. É visível a nova configuração espacial do litoral de Trairi, com vendas irregulares de terrenos de praia para construções, adquiridos muitas vezes de maneira duvidosa dos habitantes que se vêem obrigados à procura de áreas menos valorizadas para construção de suas moradias. A urbanização provocada pelo turismo, e toda infra-estrutura urbana atrai aglomeração de empresas e promove maior inter-relação e interdependência dos espaços urbanos e regionais. Deste modo, há uma exploração e valorização dos terrenos e especulação imobiliária, expropriação de terras dos moradores locais, confirmando uma acumulação capitalista com seus processos de concentração e centralização, de formação de periferias sem infra-estrutura e com baixo índice de urbanização.

Exemplo claro da situação é a localidade de Sobradinho (Barreiro), em Flecheiras, para aonde a população nativa tem se deslocado, em busca de terrenos a preços mais acessíveis. A especulação imobiliária se configura como o principal indicador de desequilíbrio socioambiental no município (figura 5).



Figura 5: Construção de condomínio de veraneio de luxo

Fonte: Iandra Nascimento, 2007.

Por se tratar de município litorâneo, com praias, enseadas, dunas e coqueirais, há uma população flutuante³, sobretudo na alta estação. Trairi tem aumentado, nos últimos anos, as pousadas e residências de veraneio, em diversas localidades praianas. A condição de município turístico, reforçada pelas recentes obras rodoviárias de acesso à sede e às principais praias, somada ao acelerado processo de urbanização atual tem atraído investidores para implantação de empresas e atividades turísticas, principalmente, em Flecheiras e Mundaú (figura 6).



Figura 6: Pousada à beira mar na frente da vila de pescadores de Flecheiras
Fonte: Iandra Nascimento, 2007

A população cresceu em comparação ao censo de 2000, contrariando o desempenho de municípios, com sua população em decréscimo, conforme pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2007). Em 2000, Trairi apresentava população de 44.527 habitantes passando para 48.620 habitantes em 01 de abril de 2007. O fato comprova a atratividade do município, na última década, pelas novas empresas ligadas à atividade turística, impactando a economia local gerando emprego e renda e motivando a população fixar-se no próprio município evitando o êxodo para outras localidades.

³ População Flutuante: é a quantidade de pessoas que visitam uma região por determinado período.

A praia de Guajirú⁴ fica a 21 km da sede do município, paisagem composta de enseada litorânea de mar calmo, adornado pelas velas das jangadas. A economia local é a pesca e o turismo. Seis estabelecimentos de hospedagem gerando 26 empregos diretos. A pesca conta com 80 embarcações à vela e 168 pescadores segundo dados do perfil socioeconômico – Prefeitura Municipal de Trairi (2006, p. 108). (figura 7).



Figura 7: Vila de Guajirú
Fonte: Iandra Nascimento, 2007

A praia de Flecheiras⁵ é a mais freqüentada, apresenta aporte ambiental composto por parques de dunas móveis, mar calmo, coqueiral, curral de peixes ao mar, arrecifes de corais, proporcionando aura ainda primitiva. O turismo tem estimulado a economia com implantação de novas atividades: hotelaria e esportes de aventura como *sandboard*, *kitesurf*. Conta com treze estabelecimentos de hospedagem, oitenta e nove empregos diretos, segundo Prefeitura municipal de Trairi (2005). Outra atividade é a pesca, são 132 embarcações e 264 pescadores. A atratividade turística pode ser observada nas figuras 8 e 9, onde se vê a enseada litorânea e equipamentos turísticos.

⁴ Palavra de origem indígena vem de uma frutinha de sabor exótico presente em grande quantidade nos arbustos que brotam entre as dunas do local. (Perfil sócio-econômico do Trairi, 2006, p. 108).

⁵ Antiga lenda contada pela população e refere-se às índias que desciam os morros para pescar com flechas. (Perfil sócio-econômico do Trairi, 2006, p. 108).



Figura 8: Praia de Flecheiras
Fonte: landra Nascimento, 2007



Figura 9: Equipamentos turísticos
Fonte: landra Nascimento, 2007

A praia de Emboaca, entre as praias de Flecheiras e Mundaú. Vilarejo cuja economia gira em torno da atividade pesqueira que, segundo a SEAP (2006), registra 168 pescadores. Lugar de potencial turístico pela beleza paisagística, com enseada litorânea ainda primitiva. Sua ocupação é com residências e apenas três estabelecimentos comerciais, entre bares e restaurantes, não havendo registro de hospedagem. Costumam freqüentá-la residentes de outros distritos do Trairi e municípios vizinhos. Os visitantes não pernoitam no lugar, passam o dia de lazer retornando à noite. Nas figuras 10 e 11 tem-se a vila de Emboaca nas margens da rodovia e a praia com embarcações de pesca.



Figura 10: Vila de Emboaca
Fonte: landra Nascimento, 2007



Figura 11: Praia de Emboaca
Fonte: landra Nascimento, 2007

Mundaú está à distância de 21 km da sede do Município de Trairi. Praia de águas calmas e cristalinas, em grande baía, protegida por 100 metros de

arrecifes, apenas um quilômetro da beira-mar. Dunas e coqueiros emolduram a praia. Barcos e canoas deslizam suavemente nas idas e vindas de pescarias que eternizam a paisagem. No limite da foz do Rio Mundaú, a praia é margeada por densos manguezais e dunas brancas, o que garante passeios de barco e de catamarã de rara beleza. Praia de potencial turístico, com 12 estabelecimentos de hospedagem entre hotéis e pousadas, 63 empregos diretos. A Pesca é uma das atividades econômicas com 21 lanchas, 213 embarcações à vela, e 766 pescadores. Praia de Mundaú na maré baixa com as embarcações de pesca ancoradas. (figura 12):



Figura 12: Praia de Mundaú

Fonte: Iandra Nascimento, 2007

A figura 13 apresenta entrada da vila de Mundaú, com indicação do acesso às pousadas e à faixa de praia.



Figura 13: Distrito de Mundaú

Fonte: Iandra Nascimento, 2007

O município apresenta grande atratividade turística. Tem atraído diversos empreendimentos da cadeia produtiva do turismo: rede hoteleira, restaurantes, bares, entre outros. Mantém a tradição da pesca e artesanato, aberto a outras atividades como hotelaria e cultivo de algas, e a população participa do crescimento com as oportunidades surgidas na abertura de vagas para geração de emprego e renda.

Figura 14: imagem de satélite das praias do Trairi. Praias de Guajirú, Flecheiras, Emboaca e Mundaú.



Figura 14: Enseada litorânea das praias do Trairi
 Fonte: Google Earth, 2007

2.2. Passos da Pesquisa

Uma pesquisa é estruturada e realizada gradativamente. Ao definir intenções, identificar objetos, objetivos, vão diminuindo as dificuldades; o projeto vai ganhando corpo e consistência. Este é um dos primeiros passos da pesquisa.

Para as transformações, faz-se necessário identificar e compreender as contradições das relações da realidade, compreender a relação sociedade e

natureza, conhecer os meios de produção e os mecanismos do capital que dita as relações socioeconômicas.

A pesquisa não é traçada por normas e técnicas acadêmicas. Está intimamente ligada à reflexão mais apurada sobre como homens e mulheres se relacionam com o meio, para criar e satisfazer cotidianamente as necessidades, no processo de construção histórica como seres sociais. A história é construída em conflitos que vão sendo internalizados pelos sujeitos que, por sua vez, tornam a externá-los na sociedade organizada em classes sociais distintas.

A escolha da abordagem crítica se traduz na capacidade de ultrapassar os pressupostos epistemológicos cartesianos e pragmáticos. Refere-se à concepção de mundo, de sociedade, de educação e de pesquisa, balizada em análise crítica originada na problematização dos desafios que vão surgindo, como caminho para compreender a histórica relação sociedade-natureza, contrapondo-se a negação da prática sem reflexão, o que define o ativismo.

O objeto deste estudo são os Arranjos Produtivos Locais do Turismo nas Praias do Trairi – Ceará. Embasou-se a discussão sobre como as praias do Trairi-Ceará auferem valor de mercado e quais as ações impactantes decorrentes dos Arranjos Produtivos Locais do Turismo no lugar. Como as praias tornam-se objeto de consumo e reprodução do capital, configurando-se como mercadoria, símbolo da sociedade capitalista. A trajetória da pesquisa parte de problematização de variáveis vinculadas à comunidade, como empreendimentos turísticos, geração de emprego e renda, associações, nível de organização, produtos turísticos, atividades de subsistência e outros.

A comunidade usufrui indiretamente os benefícios do valor de mercado ofertado ao espaço de acúmulo e consumo, por meio da infra-estrutura implantada, vias de acesso pavimentadas, redes, saneamento, eletrificação, entre outros. Contudo a mesma é expropriada do lugar originando novos residentes. Absorvem-se mudanças no modo de viver, pois internalizam-se novas linguagens e modos de vida, tornando o espaço e o lugar destituídos de originalidade. Há que se pensar a dimensão e profundidade do espaço do lugar, comenta Yi-Fu Tuan (1983, p. 6):

Na experiência, o significado de espaço frequentemente se funde com o de lugar. “Espaço” é mais abstrato do que “lugar”. O que começa com espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor. Os arquitetos falam sobre as qualidades espaciais do lugar; podem igualmente falar das qualidades locacionais do espaço. As idéias de “espaço” e “lugar” não podem ser definidas uma sem a outra.

A abordagem da pesquisa é, sobretudo, qualitativa e de forma crítica, compreendendo o processo produtivo capitalista da atual sociedade moderna. Essa abordagem requer do pesquisador olhar analítico, crítico e observador, pois necessita estudar a situação, fatos e processos pertinentes. No estudo, o pesquisador é levado a deparar com descobertas inesperadas, o que requer flexibilidade do projeto, pois não é raro acontecer questões pertinentes, diferentes das inicialmente levantadas.

Para esta pesquisa, adotaram-se procedimentos baseados em levantamentos bibliográficos, coleta de informações, tratamento, interpretação e análise de dados, mapas, fotos e documentários da região. Minayo (*apud* BASTOS, 2004, p. 56) assinala:

A análise e a interpretação estão contidas no mesmo movimento: o de olhar atentamente para os dados da pesquisa. Finalidades da fase de análise: estabelecer uma compreensão dos dados coletados, confirmar ou não os pressupostos da pesquisa e/ou responder às questões formuladas e ampliar o conhecimento sobre o assunto pesquisado, articulando-o ao contexto cultural da qual faz parte.

Fizeram-se visitas a campo, com roteiros previamente estabelecidos, para reconhecimento da área, levantamentos dos empreendimentos e checagem das informações coletadas nos documentos oficiais. Nesse contexto, foram entrevistados empreendedores, líderes de associações: pescadores, artesãos, alqueiras, pousadeiros, entre outros.

O estudo dos arranjos produtivos pode ser realizado a partir da análise de casos concretos, em detalhes, para que se percebam as relações entre os componentes de arranjo produtivo local, sua identidade coletiva e as perspectivas para o desenvolvimento local. A validade da técnica de estudo de caso é reafirmada por pesquisadores, Becker (1994, p. 117), por exemplo, ressalta, entre

as vantagens, o fato de “que se pode adquirir conhecimento do fenômeno adequadamente a partir da exploração intensa de único caso”.

Precisamos saber, contudo, dos limites da técnica, novamente é Becker (op.cit, p. 119) que lembra o único caso não descrever os municípios ou praias, com aglomerados e impactos. Pontes (2007, p. 94) adverte sobre a capacidade de levantar aspectos relevantes e relativos a espaços e setores de estudo.

O trabalho consta das seguintes etapas: Levantamento do material bibliográfico; visitas a instituições públicas e privadas; sistematização das informações e verificação “*in loco*”; preparação de base cartográfica e/ou imagem (mapas e figuras); aplicação de formulários de entrevistas (empreendedores turísticos, representantes de instituições de apoio e de associações, pessoas residentes e turistas); mapeamento, quantificação e localização dos principais atrativos turísticos do Trairi; caracterização da infra-estrutura turística do Trairi – Ceará; avaliação dos instrumentos normativos para disciplinamento da atividade (leis, decretos, instruções normativas etc.); análise do estado atual de conservação dos atrativos turísticos e os principais impactos causados pela ação antrópica na região estudada; identificação dos principais planos, programas e projetos de desenvolvimento turístico para a região e município; levantamento das empresas por segmentação turística no município do Trairi e levantamento dos arranjos produtivos locais do turismo e outras formas de organização: associações, cooperativas e grupos produtivos.

3. AGLOMERAÇÕES DE EMPRESAS E ARRANJO PRODUTIVO LOCAL

Nas últimas duas décadas, tem crescido o interesse em pesquisar a importância dos aspectos locais para o desenvolvimento econômico e competitividade das empresas, notadamente em ambientes caracterizados pelas aglomerações setoriais de empresas, com diferenciais competitivos pela estrutura econômica adotada ou pela cooperação de empresas. As aglomerações, independente de configuração como arranjos produtivos locais, sistemas produtivos locais ou *clusters*, têm em comum ênfase na importância dos aspectos locais para o desenvolvimento e competitividade das empresas. Tais aspectos enfocam as relações de proximidade não somente do ponto de vista das relações comerciais, mas de troca de conhecimento, relacionamento pessoal entre empresas e mão-de-obra especializada.

Faz-se necessário compreender como se obtêm vantagens competitivas, por estarem estas empresas localizadas no mesmo território, que levam determinada região à atração de novos investimentos. Se a vantagem competitiva é importante e capaz de gerar arranjos produtivos locais, a imagem mercadológica regional faz-se também necessária. Para o turismo, a imagem é absolutamente importante, assim como para os setores específicos de bebidas, gastronomia, alimentos, bens culturais e moda. Essas vantagens, bem público da região, construída pela herança cultural de seu povo e pelo patrimônio natural, podem ser rapidamente eliminadas, se empresários de forma oportunista abusarem da imagem para vender serviços ou produtos de baixa qualidade. A ação cooperativa e articulada dos atores locais e das atividades de aglomeração é prioritária nesses casos.

Nessas décadas, cresceu o interesse dos economistas e da geografia econômica pelo estudo das aglomerações setoriais de empresas, notadamente nos aspectos de localização, cooperação e atividade produtiva. Procura-se investigar maneiras de a interação possibilitar ganhos de competitividade e desenvolvimento econômico para os territórios e seus habitantes.

Pesquisadores e autores estudam o fenômeno, criando nomenclaturas para as aglomerações, entre elas, *cluster*, distrito industrial, ambiente inovador, sistema produtivo ou arranjo produtivo local. Com característica comum, independente das diferentes nomenclaturas, há o sistema social dos fenômenos, o que Amaral (2003, p. 1) define como: “um universo de agentes que mantém interações entre si estabelecendo padrões de comportamento”.

Para nortear e caracterizar melhor o foco de investigação, trabalharam-se conceitos de aglomerações produtivas. Albagli e Brito (2002, p.6-12) mostram que os *clusters* são:

Concentrações geográficas de empresas – similares relacionadas ou complementares – que atuam na mesma cadeia produtiva auferindo vantagens de desempenho por meio da localização e, eventualmente, da especialização. Essas empresas partilham, além da infra-estrutura, o mercado de trabalho especializado e confronta-se com oportunidades e ameaças comuns.

Os distritos industriais, conhecidos como *clusters* marshalianos⁶, são sistemas locais de produção caracterizados pelas pequenas e médias empresas, em torno da indústria dominante, em que as firmas, frequentemente, se especializam em diferentes etapas do processo produtivo. Pertencentes, em geral, à comunidade local, as empresas a ela se integram por meio de extensa teia de relacionamentos. Os distritos industriais caracterizam-se, ainda, pelo fluxo de comércio substancial entre empresas e pelo fato de as firmas partilharem diferentes serviços especializados, o mesmo mercado de trabalho e o estoque de conhecimento.

A aglomeração – produtiva, científica, tecnológica e/ou inovativa – tem como aspecto central a proximidade territorial de agentes econômicos, políticos e sociais. Questão importante, associada ao termo, é a formação de economias de aglomeração, ou seja, vantagens oriundas da proximidade geográfica dos agentes, incluindo acesso a matérias-primas, equipamentos, mão-de-obra e outros. A aglomeração de empresas efetivamente fortalece as chances de sobrevivência e

⁶ A alusão a Marshal (1890) decorre do fato de esse autor ter sido um dos primeiros a fornecer uma explicação teórica para a existência de economias de escala quando o processo de produção é geograficamente concentrado.

crescimento, constituindo importante fonte de vantagens competitivas, o que é particularmente significativo em micro e pequenas empresas.

Os Arranjos Produtivos Locais (APLs) constituem tipo particular de *cluster*, formado de pequenas e médias empresas, agrupadas em torno de profissão ou de negócio, em que se enfatiza o papel dos relacionamentos – formais e informais – entre empresas e demais instituições envolvidas. As firmas compartilham cultura comum e interagem, como grupo, com o ambiente sociocultural.

Assim, os arranjos produtivos locais são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, com ênfase em atividades econômicas que apresentam vínculos e interdependência.

Os sistemas produtivos e inovativos são arranjos produtivos cuja interdependência, articulação e vínculos consistentes resultam em interação, cooperação e aprendizagem, possibilitando inovações de produtos, processos e formatos organizacionais, capazes de maior competitividade empresarial e capacitação social.

À análise de diferentes definições e caracterizações de aglomerações de empresas, questiona-se se são conceitos distintos ou formas alternativas de nomear o mesmo fenômeno. Observa-se que as múltiplas definições de sistemas locais de produção, disponíveis na literatura especializada, têm em comum características básicas: interação entre as empresas e proximidade geográfica e/ou setorial entre as mesmas.

Observação cuidadosa das definições mostra que elas designam diferentes formas de cooperação/ competição entre empresas e outras instituições, procurando corrigir, pela ação coletiva, falhas e necessidades do mercado. Buscam obter ganhos econômicos e sociais, oportunizados pela proximidade geográfica e conseqüente compartilhamento de mão-de-obra, conhecimento e tecnologia.

Destaca-se o aspecto principal diferenciador dos arranjos produtivos locais, sempre se referenciando à questão da cultura local como amálgama da interação entre as empresas do mesmo setor ou setores complementares. O foco

deixa de ser apenas o econômico, introduzindo aspectos socioculturais, o protagonismo dos atores locais e apoios institucionais que fomentam a inovação.

A figura 15 apresenta fatores que caracterizam o arranjo produtivo local.

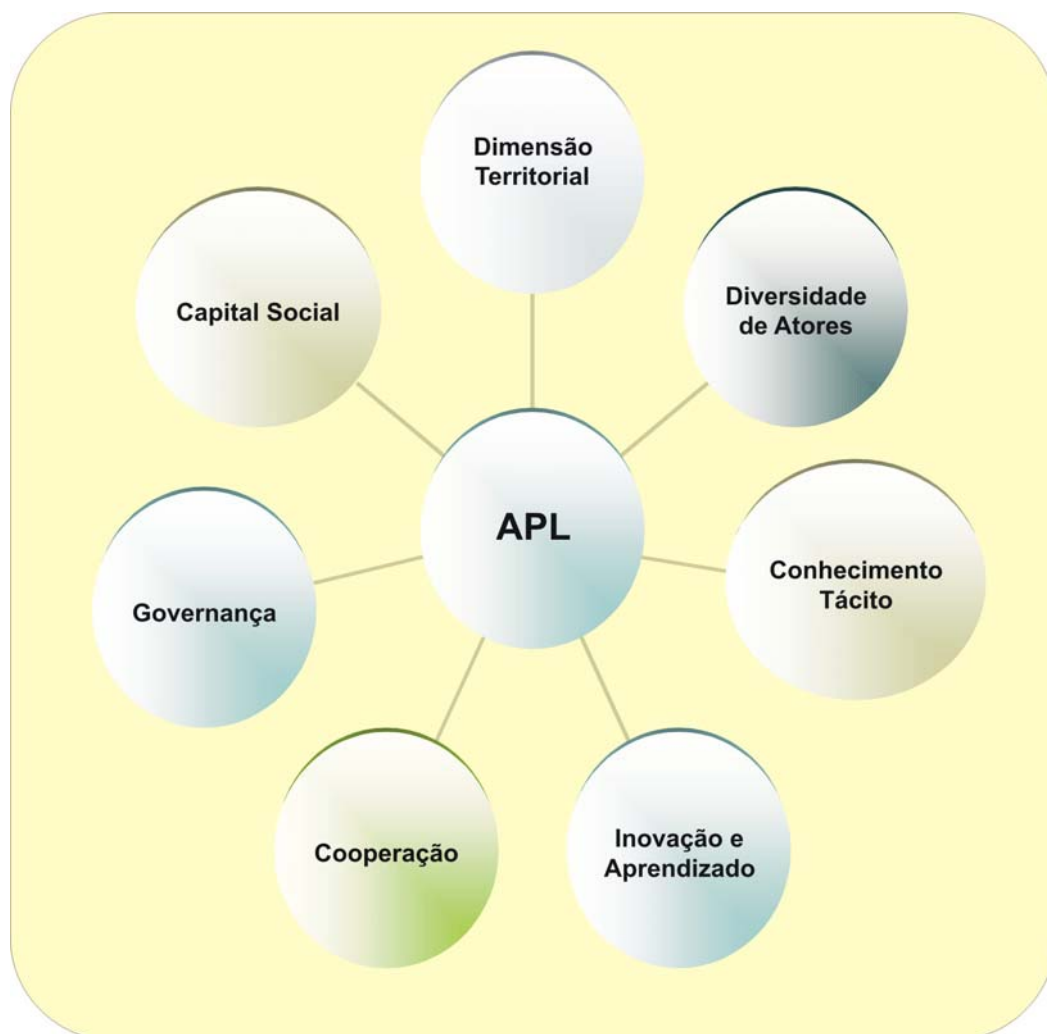


Figura 15: Diagrama dos fatores que caracterizam os arranjos produtivos locais
Fonte: Iandra Nascimento, 2007

As políticas públicas brasileiras de desenvolvimento econômico têm dado destaque à identificação e apoio à consolidação de arranjos produtivos locais, como meio de sustentabilidade e competitividade para as Micro e Pequenas Empresas (MPEs). A elevação das taxas de sobrevivência das MPEs, responsáveis por 57% da mão-de-obra formal empregada no país, sem contar 12 milhões de atividades informais, segundo o Boletim Estatístico das Micro e Pequenas Empresas, elaborado pelo SEBRAE, em 2005, é vista como forma de minimizar constrangimentos do elevado nível de desemprego e seus efeitos na sociedade. Tal

componente social é visto, na análise de Amaral (2002, p. 4), em que há crítica implícita:

Os programas voltados para a promoção desse segmento se revestem mais de um caráter social, em contraposição ao econômico. Em outras palavras, recorrem-se às MPEs como uma espécie colchão de amortecimento dos choques macroeconômicos, ao invés de considerá-las agentes eficientes de produção, capazes de acelerar o crescimento e lograr ganhos de competitividade para a economia nacional.

Assim, não obstante o papel crucial das MPEs no desenvolvimento do país, é necessário o entendimento de organização dos empreendimentos que, ao operarem como unidades de produção isoladas, não há como superar uma das principais dificuldades relacionadas ao porte: a não geração de economias de escala⁷. Amaral (2002, p. 5) corrobora esse pensamento, ao destacar a especialização produtiva como alternativa para a competitividade das MPEs :

A necessidade de buscar eficiência e competitividade força as MPEs a desenvolver um modelo próprio de organização. Na impossibilidade de auferir economias de escala dentro das próprias empresas, quando se ocupam, ao mesmo tempo, das várias etapas do processo de produção, as MPEs podem, alternativamente, obter economias de escala se especializando em uma ou apenas algumas etapas do processo produtivo. [...] Nesse arranjo, a especialização, além de aumentar a escala de produção de cada empresa, favorece a produção compartilhada, o que, por sua vez, estimula a cooperação. Essas relações sociais passam a fazer parte do processo de produção, e assim, dão origem à formação de um tecido sócio-produtivo, onde os agentes se especializam, cooperam, trocam informações, aprendem e compartilham de um projeto comum: o desenvolvimento do conjunto das empresas.

Quando MPEs de determinado espaço geográfico se especializam em tarefas distintas, as condições de complementaridade tornam-se explícitas. Dessa forma, a especialização, juntamente com a complementaridade, torna arranjos produtivos mais eficientes, inovadores e competitivos, um apoiando o outro.

⁷ Existe economia de escala quando a expansão da capacidade de produção de uma firma ou indústria causa um aumento dos custos totais de produção menor que, proporcionalmente, os do produto. Como resultado, os custos médios de produção caem, a longo prazo". (BANNOCK et al, 1977).

A sobrevivência dos empreendimentos não está necessariamente relacionada ao tamanho ou escala de produção, mas à superação das dificuldades com fatores de produção e de mercado: acesso ao mercado, gerenciamento e políticas de financiamento e tributação, segundo a Pesquisa de Sobrevivência e Mortalidade de Empresas, do SEBRAE em 2007. As possibilidades de alcançar espaço no mercado e aumentar as condições de sobrevivência podem ser ampliadas por possíveis estratégias de sobrevivência: operação vinculada e coordenada por grande empresa ou pela cooperação entre diversas empresas concentradas geograficamente e especializadas em determinadas cadeias produtivas.

Acontece, em Trairi, a segunda opção quando pequenos e microempreendimentos concentrados geograficamente produzem, tendo em vista a participação na cadeia produtiva do turismo, quando rendeiras, bugueiros, algueiras, pousadeiros se articulam para o fortalecimento recíproco das atividades, constituindo o espaço elemento importante de produção.

O SEBRAE (2007), investigando as dificuldades de gerenciamento das empresas, apresenta os fatores de extinção das empresas, nos anos de 2003, 2004 e 2005, relacionados à gestão e fatores conjunturais (quadro 2). A gestão pública do país das MPEs tem demonstrado que a economia nacional necessita da geração de emprego e renda mas, em contrapartida, o próprio governo não facilita a manutenção das empresas, com relação à cobrança de encargos e impostos diversos. Nos anos de 2003 a 2005, um dos maiores indicadores de dificuldade de gerenciamento tem sido as políticas públicas e arcabouço legal oscilando entre 71 a 74% das respostas colhidas nesta pesquisa e, depois, a carga tributária elevada, com 65% das respostas.

Dificuldades no gerenciamento da empresa - Empresas Ativas

Razões para o fechamento da empresa - Empresas Extintas (Estimulada)

%	2003	2004	2005
Políticas Públicas e arcabouço legal	71	74	73
Carga tributária elevada	61	62	65
Falta de crédito bancário	21	26	22
Problemas com a fiscalização	8	10	7
Causas econômicas conjunturais	68	70	69
Concorrência muito forte	35	35	35
Inadimplência/Maus pagadores	26	29	28
Recessão econômica no país	24	26	26
Falta de clientes	21	22	22
Falhas gerenciais	58	60	55
Falta de capital de giro	40	45	39
Problemas financeiros	20	21	18
Falta de conhecimentos gerenciais	11	11	10
Ponto/Local inadequado	7	7	6
Desconhecimento do mercado	5	5	4
Qualidade do produto/serviço	2	2	3
Logística operacional	31	32	36
Falta de mão-de-obra qualificada	27	29	33
Instalações inadequadas	5	5	6
Não enfrenta nenhuma dificuldade	5	3	4
Outras	0	0	0
NS/NR	0	0	0
BASE EMPRESAS ATIVAS	902	1.052	6.726
BASE EMPRESAS EXTINTAS	180	127	446

Resposta n...
respostas a usar nos cruzamentos), não são soma dos seus sub-ítem por se tratar de uma resposta múltipla, isto é, o
entrevistado pode citar vários sub-ítem, mas no agrupamento conta apenas como uma resposta.

SEBRAE

VOX
POPULI

Quadro 2: Dificuldades no gerenciamento da empresa – empresas ativas, razões para o fechamento da empresa – empresas extintas (estimulada)

Fonte: SEBRAE/ VOX POPULI, 2007

A alternativa de fomentar a cooperação entre empresas, em determinados territórios, embora desejável por evitar dependência e dominação da grande empresa, exige a superação de questões de planejamento e gestão, financeira e de processos e produtos e baixo grau de inovações. Na esfera coletiva, o baixo grau de cooperação entre os agentes econômicos e a falta de obtenção de escala em determinadas fases das atividades produtivas e comerciais são fatores críticos. Assim, o simples fato de existir um aglomerado de empresas, em determinado território, não assegura por si só as condições para seu desenvolvimento. Como afirma Amaral (2002, p. 17), “Os pequenos empresários devem desenvolver uma

cultura de confiança e ter boa vontade em cooperar, caso contrário, estarão fadados ao insucesso”.

Os arranjos produtivos locais apresentam, desse modo, elementos determinantes que devem ser considerados no mapeamento e nas análises de aglomeração de empresas.

Os conceitos de arranjos produtivos locais são influências diretas da experiência dos Distritos Industriais Italianos, que tiveram, na cooperação, elemento de importância econômica, competitiva, política e social, cujo aspecto passou a ser buscado na replicação de experiências com base nos ganhos em crescimento e capacidade inovativa da Itália, nos anos de 1980 e 1990. A cooperação entre os empreendimentos é considerada tão importante, que se constitui teoricamente em um dos fatores que diferenciam de outro tipo de aglomeração.

No quadro 3, Mytelka e Farinelli (*apud* SANTOS et al. 2002), sistematizam alguns elementos dos arranjos produtivos locais.

	Cluster/APL informais	Cluster/APL organizados	Cluster/APL inovativos
Existência de liderança	Baixo	Baixo e médio	Alto
Tamanho das firmas	Micro e pequena	MPMF	MPMF e grandes
Capacidade Inovativa	Pequena	Alguma	Contínua
Confiança interna	Pequena	Alta	Alta
Nível de tecnologia	Pequena	Média	Média
Linkages	Algum	Algum	Difundido
Cooperação	Pequena	Alguma e alta	Alta
Competição	Alta	Alta	Média e alta
Novos produtos	Pouca; Nenhum	Alguns	Continuamente
Exportação	Pouca; Nenhum	Média e alta	Alta

Quadro 3: Tipologia consagrada de Cluster/APL

Fonte: Mytelka e Farinelli (2000, p. 4)

As definições originais de arranjos produtivos locais contemplam como condições, a presença de fornecedores especializados, instituições públicas e privadas de pesquisa, capacitação de mão-de-obra e de elevado grau de cooperação, confiança ou inovatividade local. A maioria das condições não é encontrada nas concentrações geográficas setoriais que passaram a ser apontadas como núcleos produtivos ou arranjos produtivos potenciais. Assim, a localização passou a ser importante para as políticas públicas que visavam desenvolver os territórios pelo aproveitamento das vantagens obtidas pelas aglomerações de

empresas em determinado local. Como afirmam Santos e outros pesquisadores (2002, p. 32):

Nem toda concentração espacial de empresas pode ser chamada de APL, pois o conceito de APL se baseia em uma característica que não está presente em qualquer aglomeração setorial. O conceito de APL traz implícito que a localização é uma importante fonte de vantagens competitivas para as empresas aí instaladas e que essa vantagem locacional não é simplesmente decorrente de vantagens genéricas, mas sim setor-específica.

Os autores afirmam que geralmente são as pequenas e médias empresas que mais dependem de localização. Primeiro, porque têm mais dificuldades em abrir escritórios ou filiais em muitos lugares ou em se realocar por questão de custos de investimento. Mas também pela necessidade da presença do dono ou porque dependem muito das relações locais que lhes garantem o suprimento de certos serviços ou produtos.

Aspectos relevantes são fatores que precisam ser considerados na caracterização de arranjos produtivos locais, conforme Albagli e Brito (2002, p. 3-4): a dimensão territorial, ou seja, a proximidade ou concentração geográfica, que leva ao compartilhamento de visões e valores econômicos, sociais e culturais e constitui fonte de dinamismo local, de diversidade e de vantagens competitivas em relação a outras regiões.

Outro fator é a diversidade de atividades e atores econômicos, políticos e sociais que envolvem a participação e a interação não apenas de empresas – produtoras de bens e serviços finais, fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de serviços, clientes, entre outros e suas variadas formas de representação e associação, incluindo-se universidades, instituições de pesquisa, empresas de consultoria e assistência técnica, órgãos públicos, organizações privadas e não governamentais que oferecem oportunidades de inovação e aprendizado interativos e constituem fonte fundamental de conhecimentos e ampliação da capacidade produtiva e inovativa das firmas e instituições.

No tocante à cooperação entre as empresas de arranjo produtivo local, identificam-se diferentes tipos, incluindo a cooperação produtiva visando à obtenção

de economias de escala e de escopo⁸, bem como à melhoria dos índices de qualidade e produtividade; cooperação inovativa, que resulta na diminuição de riscos, custos, tempo e, principalmente, no aprendizado interativo, dinamizando o potencial de inovação do APL.

Os diferentes modos de coordenação, intervenção e participação nos processos de decisão locais, dos diferentes agentes e das diversas atividades de organização dos fluxos de produção dizem respeito à governança que pode ser entendida como capacidade de comando ou coordenação de agentes (empresas, instituições, agente coordenador) das inter-relações produtivas, comerciais, tecnológicas e outras, influenciando decisivamente o desenvolvimento do sistema ou arranjo produtivo local.

As estruturas de governança nem sempre podem ser criadas ou impostas. Sua forma e existência dependem de fatores que caracterizam cada sistema ou arranjo: número e tamanho das empresas (se há predomínio de MPEs ou de grandes empresas); a natureza do produto ou da atividade econômica e da respectiva tecnologia; a possibilidade de divisão de trabalho e formação de rede de fornecedores especializados ou cadeia produtiva; cooperação em atividades estratégicas; domínio de capacitações de natureza tecnológica, comercial (marcas e canais de distribuição), produtiva ou financeira; o contexto social/cultural/político; que condiciona a solidariedade, coesão social, confiança e emergência de lideranças locais.

As normas e valores que regem as interações entre os indivíduos, incluindo-se instituições que governam a sociedade, são considerados capital social. Referem-se ainda ao conjunto de instituições formais e informais, inclusive hábitos e normas sociais, que afetam os níveis de confiança, interação e aprendizado do sistema social. A emergência do tema do capital social vincula-se ao reconhecimento da importância de se considerar a estrutura e as relações sociais como fundamentais para compreensão da dinâmica econômica.

⁸ Economia de Escopo – segundo Kupfer e Hasenclever (2002), existe quando é mais barato produzir dois produtos juntamente (produção conjunta) do que produzi-los separadamente. Fator de importância particular para explicar economias de escopo é a presença de matérias-primas comuns na fabricação de dois ou mais produtos, assim como as complementaridades na sua produção.

As vantagens competitivas de localização, nos diversos graus de desenvolvimento de arranjo produtivo local que variam, segundo Santos et al. (2002), de aglomerado de poucas grandes empresas que recebem incentivos fiscais, até os casos sem identificação de arranjo propriamente dito, embora com um potencial neste sentido. Tal condição potencial é identificada pelas seguintes características: incipiente aglomeração de pequenas e médias empresas, sem relação cooperativa institucional entre elas ou com o setor público, sem complementaridade e ganhos coletivos para o conjunto (quadro 4).

O arranjo produtivo parte da identificação de empresas do mesmo setor fortalecidas em seu potencial de cooperação e confiança mútuas com base em projeto comum, sobre o que Haddad (2004, p. 32) explicita:

Um APL tem reduzidas chances de se estruturar e de se consolidar, se não vier a se instalar entre as empresas que o compõem um ambiente de competição cooperativa, se não se eliminar o clima de desconfiança entre elas, se as empresas não abandonarem atitudes defensivas quando ocorrerem resultados adversos. A organização de um APL é um jogo de soma positiva, na medida em que permite às empresas resolverem problemas de interesse comum, com benefícios maiores ou menores para todas elas.

Configuração			Tipos de vantagens locais mínimas necessárias para a conceitualização que se espera encontrar em determinada configuração	Vantagens competitivas locais principais
Uma ou poucas grandes empresas			• Incentivos fiscais OU • Custos de mão-de-obra OU • Logística de transporte	• Incentivos fiscais • Custos de mão-de-obra • Logística de transporte (proximidade de fonte de matéria-prima ou acesso a mercados)
Aglomerações	Arranjo e arranjo potencial	Arranjo Produtivo Local	• Logística de transporte (principalmente em setores que possuem fornecimento ubíquo e mercado ubíquo) E • Logística de serviços E • Fácil acesso a mão-de-obra especializada em atividade de uso difuso E • Fácil acesso a mão-de-obra especializada em atividade de uso específico	• Logística de transporte (principalmente em setores que possuem fornecimento ubíquo e mercado ubíquo) • Logística de serviços • Proximidade cognitiva com fornecedores de serviços sofisticados • Fácil acesso a mão-de-obra especializada em atividades de uso difuso • Fácil acesso a mão-de-obra especializada em atividades de uso específico • Proximidade cognitiva cliente-fornecedor • Proximidade cognitiva com mercado consumidor e fornecedores de tendências
			• Incentivos fiscais OU • Custos de mão-de-obra OU • Logística de transporte	• Incentivos fiscais • Custos de mão-de-obra • Logística de transporte
			• Logística de transporte (principalmente intra-cadeia)	• Logística de transporte (principalmente intra-cadeia) • Proximidade cognitiva cliente-fornecedor • Proximidade cognitiva com fornecedores de serviços especializados
			• Conhecimento tácito específico compartilhado entre as empresas, os fornecedores e ou a mão-de-obra OU • Acesso a produtos, serviços ou ativos complementares específicos	• Conhecimento tácito • Acesso a alvos ou serviços complementares • Cooperação institucionalizada • Acesso facilitado a mão-de-obra especializada a custos reduzidos
			• Conhecimento tácito compartilhado entre as empresas, os fornecedores, os clientes e ou a mão-de-obra OU • Acesso a produtos, serviços ou ativos complementares específicos	• Conhecimento tácito • Acesso a alvos ou serviços complementares • Acesso facilitado a mão-de-obra especializada a custos reduzidos
			• Conhecimento tácito compartilhado entre as empresas, os fornecedores, os clientes e ou a mão-de-obra	• Conhecimento tácito • Acesso a alvos ou serviços complementares • Logística de transporte (principalmente intra-cadeia) • Acesso facilitado a mão-de-obra especializada a custos reduzidos
	Arranjo e arranjo potencial	Arranjo Produtivo Local	• Conhecimento tácito compartilhado entre as empresas, os fornecedores, os clientes e ou a mão-de-obra	• Conhecimento tácito • Acesso a alvos ou serviços complementares • Logística de transporte (principalmente intra-cadeia) • Acesso facilitado a mão-de-obra especializada a custos reduzidos
			• Conhecimento tácito compartilhado entre as empresas, os fornecedores, os clientes e ou a mão-de-obra	• Conhecimento tácito • Acesso facilitado a mão-de-obra especializada a custos reduzidos
			• Capacidade das empresas locais obterem ganhos significativos advindos da boa imagem regional no mercado e cooperarem para conseguirem investimentos públicos e evitar atitudes oportunistas que possam comprometer a imagem regional	• Capacidade das empresas locais obterem ganhos significativos advindos da boa imagem regional no mercado e cooperarem para conseguirem investimentos públicos e evitar atitudes oportunistas que possam comprometer a imagem regional • Acesso facilitado a mão-de-obra especializada a custos reduzidos
			• Cooperação institucionalizada com capacidade de induzir a reação coletiva a ameaças e oportunidades e capaz de mobilizar entidades governamentais e mobilizar recursos de forma a oferecer ou planejar como encontrar formas de conseguir vantagens competitivas para as firmas associadas (pode ser tanto pelo oferecimento de serviços complementares quanto pela atração de investimentos públicos pelo apoio ao desenvolvimento competitivo dos associados)	• Acesso facilitado a mão-de-obra especializada a custos reduzidos • Cooperação institucionalizada
Arranjo e arranjo potencial	Arranjo Produtivo Local	• Nenhum	• Acesso facilitado a mão-de-obra especializada a custos reduzidos	
		Potencial APL: pequeno e incipiente aglomeração de empresas que além de ter um tamanho relativo pouco significativo não possuem uma relação cooperativa institucionalizada entre si ou com entidades públicas capaz de fornecer serviços complementares que gerem ganhos coletivos		
Agropecuária extensiva			Propriedade de áreas com qualidades agrícolas superiores associada com vantagens logísticas	
Mineração em grande escala			Propriedade de fontes minerais com qualidade superiores associada com vantagens logísticas	

Quadro 4: Vantagens comparativas locais dos APLs

Fonte: Santos et al. (2002, p.38)

No estudo do *Consórcio Monitor-Boucinhas/Campos* sobre a Atualização dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, Haddad (2004, p. 34-36) identificou oito tipos de aglomerações ou agrupamentos produtivos no Brasil, os quais apresentam características estruturais (nível de organização e confiança, processos tecnológicos, condições de fatores etc.) e levam as políticas públicas diferenciadas à sua promoção e desenvolvimento. Citam-se os dois primeiros tipos, mais comuns, e interessam particularmente a este estudo.

O primeiro é identificado como agrupamento de sobrevivência informal, pois a atividade econômica é preponderantemente informal, representada por grupos de pequenos produtores autônomos ou por grupos familiares que exploram a vantagem comparativa de fatores básicos ou não-especializados da região, de sobrevivência, de maneira muito precária. Na pesquisa, identificou-se esse agrupamento de pescadores, algueiras, rendeiras, pousadeiros que se voltam ao turismo e em que se enquadram.

Outro tipo é o agrupamento de vantagem comparativa, quando micros, pequenas e médias empresas se juntam e agregam valor aos fatores básicos da região, quase sempre atuando como produtores de manufatura de primeiro beneficiamento, por exemplo, os ligados à fruticultura e beneficiamento de produtos extrativos, não tendo sido encontrados exemplos na região estudada.

Os APLs representam, em termos políticos, sociais e culturais, grande fator impulsionador de economias locais, como afirma Santos (et al. 2002, p. 46):

A força de boa parte dos APLs se baseia, principalmente, no conhecimento tácito, no desenvolvimento de atividades criativas, na troca de informações técnicas e comerciais e na confiança entre as empresas. No APL, empresas, instituições e trabalhadores se fortalecem e desenvolvem mais auto-estima na capacidade individual, regional e nacional de criar, inovar e de reagir a ameaças e oportunidades. Fortalece a capacidade de criar autonomamente e escolher os rumos das tecnologias, conhecimento, ideais e símbolos que podem, assim, ser usados em benefício próprio.

Além disso, os APLs, quando bem sucedidos, possuem ainda a vantagem de formar a consciência coletiva da capacidade própria de melhoria das condições vigentes e, conseqüentemente, do aumento da auto-estima e do protagonismo local.

4. LÓGICA ESPACIAL DO TURISMO

O espaço geográfico é construído e reconstruído por processos contraditórios, estabelecendo relação sociedade x natureza, muitas vezes, conflituosa, advinda de interesses políticos para a reprodução do capital, que coloca o homem e interesses como opositor à natureza, independente das consequências de tal postura. Esclarecendo o conflito e a separação do homem da natureza, Gonçalves (2002, p. 35) destaca o modo de produção capitalista como gerador da sociedade industrial, numa concepção dual:

A idéia de uma natureza objetiva e exterior ao homem, o que pressupõe uma idéia de homem não-natural e fora da natureza, cristaliza-se com a civilização industrial inaugurada pelo capitalismo. As ciências da natureza se separam das ciências do homem; cria-se um abismo colossal entre uma e outra [...].

O espaço, Santos (1988, p. 73) analisa-o comparando com paisagem juntamente com o visível que dentro dela se move. “O espaço é igual à paisagem mais a vida nela existente; é a sociedade encaixada na paisagem, a vida que palpita conjuntamente com a materialidade”.

A geografia tem buscado explicar as contradições. O modelo excludente e expropriador realiza novos desenhos espaciais, no espaço urbano: na construção de edifícios, viadutos, aeroportos, portos e no espaço rural, com a implantação de agroindústrias, canais de irrigação, transposição de bacias, a exemplo do que se planeja fazer com o Rio São Francisco, maior rio nordestino.

A sociedade é composta por quem detêm a terra e os meios de produção, e pelos que necessitam vender sua força de trabalho, classes conflitantes pela relação de propriedade e de poder. A organização espacial de lugares é resultado da dinâmica estabelecida pela sociedade, pelo modo de produzi-la e pelas relações estabelecidas. Cientistas sociais mostram como mitigar os impactos e as contradições impostas pelo modo de produção, reduzindo as diferenças e melhorando a qualidade de vida, prioritariamente em áreas deprimidas economicamente. O turismo surge como alternativa econômica das áreas litorâneas.

O modelo de desenvolvimento econômico contemporâneo tem exigido novas atividades, como os serviços, com destaque para a informática, comunicações e turismo, que se aliam na captação de divisas em nível internacional. Nos países de economia periférica, como o Brasil, as atividades inserem-se como importante fator de dinamização para a geração de emprego e renda, embora muitas vezes sub-remuneradas como no turismo. O potencial turístico do país tem despertado interesse de investidores internacionais encantados com a tropicalidade do clima, com paisagens diversificadas e, sobretudo, pela possibilidade de manter os fluxos turísticos durante o ano, sem grandes possibilidades de catástrofes naturais. Coriolano (1998, p. 29), conceituando o turismo, afirma que:

É uma forma mais elitizada de lazer, uma modalidade do uso do tempo livre que exige viagens, deslocamentos, uma infra-estrutura urbana e de serviços, transportes e hotéis. O turismo é para alguns um modo de vida e uma dinâmica social. A sociedade de consumo entendendo a importância do lazer na contemporaneidade, transforma-o em turismo, passando a comercializá-lo nos moldes dessa sociedade, ou seja, atrelado às leis de mercado.

E assim, essa atividade requer uma forma mais estruturada de operacionalização, ora com a implantação de altos investimentos em infra-estruturas, ora na instalação da rede hoteleira e de serviços que necessitam de capacitação de mão-de-obra especializada. Auferem-se os valores do espaço como mercadoria, tornando-os extensão da economia global. Ainda sobre turismo, afirma De la Torre (1992, *apud* Coriolano, 1998, p. 31):

Um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupo de pessoas que fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas interrelações de importância social, econômica e cultural.

O turismo é uma alternativa econômica que movimenta muito capital. Acredita-se que possa dinamizar economias estagnadas. Os visitantes fazem surgir novas necessidades que por sua vez, necessitam de lugar receptivo, o que significa preparado para atender o visitante com oferta de equipamentos e mão de obra especializada. Ocorre inevitavelmente a transformação do espaço e das relações entre as pessoas, o que nem sempre é desejado, comprometendo, muitas vezes, a

sustentabilidade socioambiental. O desenvolvimento da atividade promove alterações e impactos para os lugares pela expulsão dos moradores que vendem terras a grupos estrangeiros, obrigados à distância de suas raízes. No Brasil, mais especificamente o litoral tem sido bastante procurado mercadoria disputada. Grupos estrangeiros e nacionais ocupam o litoral muitas vezes de forma degradante ou imediatista, pelo desmonte de dunas, aterramento de cursos d'água e privatização de praia. O trabalho tenta desmistificar a noção do turismo como indústria sem chaminés⁹, que pode poluir e afetar a qualidade de ambientes. O litoral brasileiro vem sendo palco dos maiores investimentos em infra-estrutura para essa atividade que transforma a zona costeira em espaço urbanizado e densamente ocupado. Diz Becker (*apud* CORIOLANO, 1998, p. 18) que:

A zona costeira torna-se zona de contato não apenas da circulação referente à economia nacional, mas de circuitos logísticos globais, isto é passa a ser parte integrante e lócus privilegiado de redes aéreas, terrestres e marítimas no âmbito planetário. E mais: terra, mar e ar se aproximam em virtude da concentração do espaço.

A zona representa cenário exponencial da economia brasileira com a exploração de diversas atividades econômicas, entre elas, a turística. Atrai interesses internacionais com investidores estrangeiros, quando o local se articula com o global. O espaço é transformado constantemente, perdem-se identidades locais e absorvem-se padrões e valores da sociedade global. A desterritorialização é provocada pela mobilidade das empresas e da mão-de-obra, visando encontrar melhores condições de infra-estrutura e de mercado, para fortalecimento da reprodução do capital, muitas vezes em detrimento dos menos favorecidos do sistema capitalista. Afirma Haesbaert (2004, p. 1) que:

A transformação territorial, hoje muito mais dinâmica, instável e mesmo imprevisível, também leva muitos a considerar que estamos enfrentando um acelerado movimento de desterritorialização e homogeneização, ignorando que não existe destruição de territórios sem a sua configuração em novas bases, pois nenhum grupo social conseguiria se reproduzir “desterritorializado”, na medida em que território e territorialização devem ser considerados imanentes a toda configuração social.

⁹ Não degrada o meio ambiente.

A desterritorialização não é privilégio da contemporaneidade, mas tem se acirrado. As condições históricas revelam que, desde os primórdios, o território é ocupado pelos povos nativos, índios, colonizadores dando início à ocupação e expropriação do espaço no período colonial, os primeiros a expulsar os nativos tomando, à força, o que não lhes pertencia.

À vista do processo histórico, os novos ocupantes deram início ao povoamento do litoral. As principais capitais nordestinas estão alocadas em espaços litorais. O crescimento da população forja ocupação desordenada, com grandes modificações e descaracterizações. A pressão demográfica costeira, acompanhada pela explosão desordenada das atividades econômicas, especialmente do turismo, altera e fragiliza as paisagens naturais e, em muitos casos, com ocorrências irreversíveis. Contempla-se cenário desprovido de paisagens selvagens: o homem se apropria delas e as impacta todas.

A realidade tem transformado a organização espacial dos lugares, alterando significativamente o território. São inúmeros os processos que impactam ambientes, desestabilizam ecossistemas e alteram o equilíbrio ambiental. A fragilidade dos ecossistemas litorâneos de dunas, lagoas, manguezais, estuários e falésias são agredidos com uso indevido para o turismo. Há desconfiguração do território, das paisagens naturais provocando degradação ambiental. Afirma Haesbaert (2006):

A destruição e reconstrução de regiões e/ou de territórios faz parte de um movimento permanente, intrínseco aos grupos sociais. O que é imprescindível analisar os níveis/velocidades e amplitude em que se dão, os agentes ou sujeitos que os produzem e as relações de poder que estão em jogo.

Constroem-se parques temáticos, implantam-se redes de fixos provocando fluxos. A hotelaria, eletrificação, *internet*, telefonia, rodovias, negócios, investimentos, serviços, saneamento e relações sociais. Santos (1996, p. 209), definindo redes, diz que não é somente material, mas política e humana:

Toda infra-estrutura permitindo transporte de matéria, energia, informações que se inscreve sobre um território onde se caracteriza pela tipologia de seus pontos de acesso ou pontos terminais, seus arcos de transmissão, seus nós de bifurcação ou de comunicação,

mas a rede é também social e política pelas pessoas, mensagens e valores que a freqüentam.

Para Santos (1988, p. 103), “O espaço é, também e sempre, formado de fixos e de fluxos. Nós temos coisas fixas, fluxos que se originam dessas coisas fixas, fluxos que chegam a essas coisas fixas. Tudo isso junto, é o espaço”. Fixos são a materialização da infra-estrutura construída no espaço, e os fluxos, o movimento provocado nas relações sociais daí estabelecidas.

As redes encurtam distâncias e configuram espaços. Desaparecem praias, desertas e nativas iluminadas pelo lampião a gás¹⁰, assim também como os recantos caiçaras¹¹. A faixa litorânea parece não ter fronteiras. Pelas paisagens, observa-se contínua ocupação desordenada de campos de dunas, estuários flúvio-marinhos e faixa praial.

Ainda conforme Santos, (1988, p. 61), a paisagem é “tudo aquilo que nós vemos tudo que a nossa vista alcança, portanto domínio do visível. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, de movimentos, odores e sons”. O autor (*idem*, p. 62) conceitua paisagem ainda pela percepção e conhecimento, ao dizer que:

A dimensão da paisagem é a dimensão da percepção, o que chega aos sentidos. Por isso, o aparelho cognitivo tem importância crucial nessa apreensão, pelo fato de que toda nossa educação, formal ou informal, é feita de forma seletiva, pessoas diferentes apresentam diversas versões do mesmo fato.

Assim, paisagem é um conceito preponderante do turismo dado a importância de consistência e imaterialidade dela apreendida. As paisagens cênicas auferidas como valores e mercadoria, passam a ser comercializadas. No entanto, o descuido dos ambientes pode ser identificado nos aterros e depósitos de resíduos sólidos, esgotos a céu aberto, nas proximidades, exalando odores nada aprazíveis, construções fora do contexto das paisagens naturais.

¹⁰ Instrumento de iluminação a querosene utilizado nas regiões sem eletrificação do Nordeste.

¹¹ Palhoça, junto à praia, para abrigar as embarcações ou apetrechos dos pescadores.

4.1. Consumo do Espaço pelo Turismo

O consumo de espaço da sociedade segue o modelo capitalista, muitas vezes, associado à expropriação e espoliação do trabalhador. Sinais visíveis de uso e desuso do lugar podem ser observados e condicionados aos valores econômicos. Desnadam-se, assim, os simulacros de interesses de especulação imobiliária, tangenciando as comunidades autóctones e as sobras do lugar. Para Corrêa (1986, p. 72), ao relacionar o espaço com a sociedade, a organização espacial dos lugares não é somente expressão da sociedade, mas também condição de produção espacial no futuro:

A organização espacial não é somente um reflexo da sociedade, pois ao ser um reflexo passa a ser simultaneamente uma condição para o futuro da sociedade, isto é, a reprodução social. Este papel assume enorme importância devido à crescente acumulação de formas espaciais que o capitalismo contemporâneo cria exemplificada com a progressiva urbanização da humanidade.

Pensar o turismo não é simples, requer, em primeira instância, percorrer os diversos campos econômico, sociológico, antropológico, psicológico, ambiental, cultural, político, jurídico. A atividade turística delineia caminhos multifacetados e polissêmicos, impõe regras, técnicas e valores às paisagens, aos fixos e fluxos, amplia a transformação do espaço em mercadoria. Santos (1988, p. 69), ao comentar o assunto, afirma:

As formas não nascem apenas das possibilidades técnicas de uma época, mas dependem, também, das condições econômicas, políticas, culturais. Desvendar essa dinâmica social é fundamental, as paisagens nos restituem todo um cabedal histórico de técnicas, cuja era revela; mas ela não mostra todos os dados, que nem sempre são visíveis.

O turismo é uma atividade econômica que mobiliza lugares, a economia local, estabelece intercâmbio entre as pessoas, espaços, o modo de produção, cria e recria valores, hábitos e a cultura do povo. Trabalha a imagem do lugar, as potencialidades, auferindo valores econômicos, sociais e despertando novos modos

de produção, práticas sociais indispensáveis à vida moderna. Coriolano (2006, p. 18) define o turismo como:

Um conjunto de atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e permanências em lugares diferentes de seu ambiente habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, com finalidade de ócio, negócios ou por outros motivos, segundo a Organização Mundial de Turismo (OMT), órgão que regula o turismo global.

O turismo modela e organiza o espaço e toda a infra-estrutura de que necessita para dinamização das atividades, como meios de hospedagem, bares, restaurantes, agências de viagem, comércio, transportes, eventos, entretenimento, parques e serviços de apoio. No transporte, a aviação despertou, no mercado, para fins comerciais, e não somente para uso militar, como até o final da Segunda Guerra Mundial. O fato deu impulso à atividade do turismo, pois com a aviação encurtavam-se as distâncias. Como diz Coriolano *apud* Barreto (2005, p. 52), ao referir-se à aviação diminuir o tempo das viagens facilitando deslocamentos e aumento do tempo de permanência nos lugares:

O turismo moderno se foi desenvolvendo com as facilidades dos artefatos produzidos pela modernidade industrial. [...] o turismo no século XIX esteve marcado pelo trem em nível nacional e pelo navio em nível internacional. A partir de 1957, o turismo aéreo começou a ser preferido ao turismo de cruzeiro, pelo tempo ganho no deslocamento e pela introdução de tarifas turísticas e econômicas por avião. A sociedade toda esteve marcada pelas consequências desta melhora nos transportes nas áreas de comércio, indústria e serviços.

Há transformação dos lugares com o turismo, não apenas na organização ou desorganização espacial, mas, sobretudo, nos hábitos, valores e costumes culturais. Assim, as regiões: litoral, serra e sertões são descaracterizadas e modificadas.

O turismo é um eixo do processo dinamizador da economia de muitos territórios. Espacializa-se desterritorializando/reterritorializando e produz novas configurações do espaço geográfico. Regiões com potencial turístico, principalmente para recursos naturais, como regiões litorâneas e serranas, encontram, na atividade, não somente alternativa de geração de emprego e renda, mas também conflitos com

o modelo expropriador e excludente de reprodução do capital, copiado dos grandes detentores da produção capitalista que não se limitam à busca de aumentar o lucro, muitas vezes, desrespeitando a legislação, lugares e atores locais.

As comunidades receptoras desse segmento, usualmente, são as que apresentam aporte ambiental privilegiado, muitas ainda com espaços preservados da ação predatória do homem que os transforma grosseiramente, moldando-os aos próprios interesses. Há apego ao lugar e proteção ao espaço sagrado, intocado, fortalecendo a historicidade do lugar. Ao pensar a dimensão e profundidade do espaço do lugar, comenta Yi-Fu Tuan (1983, p. 6):

Na experiência, o significado de espaço frequentemente se funde com o de lugar. “Espaço” é mais abstrato do que “lugar”. O que começa com espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor. Os arquitetos falam sobre as qualidades espaciais do lugar; podem igualmente falar das qualidades locacionais do espaço. As idéias de “espaço” e “lugar” não podem ser definidas uma sem a outra.

Outro aspecto importante, diz respeito à noção de espaço que, na definição de Ipiranga (2007, p. 35): “se transforma no lugar em que as pessoas tentam apropriar-se, atribuir-se, tornando-o seu, através de formas e tipos de atividades sejam estas sociais e ou econômicas”. Da noção, apreende-se que os temas território e espaço servem de base para introdução do conceito de espaço de produção que, na sociedade capitalista, é, ainda segundo Ipiranga (2007, p. 3), constituído por:

Relações de consumo de mercadorias e de serviços, portanto, espaços de relações de trabalho, comércio, negócios, transações econômicas, das estratégias de lucratividade, de sustentabilidade econômica e de controle do uso do espaço e do território.

A produção espacial está estreitamente ligada à reprodução do capital, que dita o modo de vida, as relações estabelecidas entre os agentes produtores e consumidores. É uma relação interdependente que vai do ambiente local ao global. Requer a participação efetiva da comunidade, potencializa economicamente o lugar, a cultura e o patrimônio, auferindo-lhes preço e transformando-os em mercadoria. Para Santos (1979, p. 18):

O espaço reproduz a totalidade social na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas. O espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em decorrência do modo de produção e de seus movimentos sucessivos e contraditórios.

A primeira natureza transforma-se em segunda, pelas relações de força e de poder criando espaços de forma contraditória, com novas espacialidades. O conceito fundamenta-se na abordagem analítica de Santos (1988, p. 74):

A espacialidade seria um momento das relações sociais geografizadas, o momento da incidência da sociedade sobre um determinado arranjo espacial. A espacialidade não é o resultado do movimento da sociedade apenas, porque depende do espaço para se realizar.

No litoral do Ceará, o turismo exalta as relações de força e poder, quer pelas políticas públicas que, muitas vezes, beneficiam grandes empresários do segmento, em detrimento da natureza, gerando impactos ambientais como ocupações desordenadas de áreas protegidas por lei, quer por afrontar comunidades primitivas do lugar, ocasionando choques culturais violentos.

Como resistência às forças do capital, localidades do litoral têm mudado a realidade, fazendo da comunidade unidade comum, dizendo não à implantação de *resorts* e outros equipamentos, participando de fóruns de decisões sobre o turismo que querem. Reagem às forças, criando as próprias com o turismo local e alternativo que valoriza e mantém a identidade do local e cuida da natureza. Constroem pequenos empreendimentos, pousadas, barracas, restaurantes, lojinhas de artesanato e contribuem com a economia do lugar de forma solidária. Criam associações de empreendimentos como pesca, cultivo de algas, artesanatos e pousadas domiciliares.

Em contraposição aos impactos negativos de implantação de grandes equipamentos turísticos, não se pode ocultar os benefícios: saneamento básico, equipamentos urbanos, postos de saúde, bancos, geração de emprego e renda. Com ações solidárias da comunidade, transformam-se as relações trabalhistas, antes, de exploração, tornando-se mais flexíveis por meio de associações, com participação nas decisões e maior adequação aos interesses das comunidades

locais. Abrem-se oportunidades para entrada dos excluídos, mulheres, idosos e crianças, facilitando a inclusão social dos de menores condições econômicas, na cadeia produtiva do turismo. Emerge das contradições ressignificação sociocultural, como mostra Coriolano (2006, p. 371):

Com o turismo, novos processos concentram ou distribuem renda, aumentam ou diminuem as formas de exploração dos trabalhadores, além de entrada ou fuga das divisas. Requer, como toda atividade capitalista, controle governamental e, sobretudo, participação da sociedade. Os equipamentos turísticos (hotéis, restaurantes, agências de viagens, de comunicação) e os ambientes de lazer servem de suporte à mobilização da mão-de-obra globalizada, afinal, estão a serviço da reprodução do capital.

Assim, o espaço é produzido e reproduzido pelas forças predominantes no poder. A produção espacial é determinada por relações coexistentes no espaço: do poder público, comunidade e interesses de reprodução do capital. A atividade turística tem transformado os arranjos espaciais dos territórios. Tem se tornado alvo de resistências e lutas, mas também alvo de estatísticas econômicas dos países. No Ceará, as resistências contribuem para modelar e construir o turismo que se quer, mas também para mostrar a dominação política e econômica que o rege. Para muitos, é a utopia diante dos conflitos e das contradições do capitalismo. Não se acredita que as pessoas do lugar possam mudar as relações de produção do capital. Mas para esses povos, concretizam-se as crenças, e fazem valer os direitos de imposição diante do poder público e de novas modalidades de exploração econômica, entre elas, o turismo.

4.2. Turismo comunitário e o desenvolvimento local

Ao se falar em desenvolvimento de países, regiões ou lugares, há sempre a tendência a associar o conceito à dimensão puramente econômica, quando se sabe que um dos maiores desafios da sociedade moderna é promover o desenvolvimento pelo homem, quando o econômico é apenas meio para atingir um fim.

Conceitos e teorias de desenvolvimento, no tempo, vêm levando em conta posturas ideológicas que adotam as premissas do desenvolvimentismo do continuísmo histórico, propondo que o subdesenvolvimento é um estágio original ou ponto de partida para se chegar ao desenvolvimento, o preconizando a modernização, inovação e adoção de novas tecnologias como caminhos a serem seguidos. Por outro lado, teorias críticas adotam os pressupostos do materialismo histórico e se contrapõem aos da ideologia burguesa, propondo, entre outras assertivas, que o subdesenvolvimento possa ser explicado no processo de acumulação capitalista e que a exploração é a principal causa da pobreza.

Na pós-Segunda Guerra Mundial, começa-se a falar de desenvolvimento como premissa a ser perseguida pelas nações que buscam saídas de superação da condição de pobreza. Dividem-se as nações em desenvolvidas e subdesenvolvidas, com padrões a serem perseguidos para fugir da segregação e preconceito, nesse último caso. Esqueceu-se de que o subdesenvolvimento ocorre por haver desenvolvimento com má distribuição da riqueza. Sobre desenvolvimento Coriolano (2003, p. 13) diz que:

Ao se falar em desenvolvimento, atribui-se ao termo significado, valorações e direções, associando-o a algo positivo que conduz a algo melhor. Quase sempre falar de desenvolvimento é falar do futuro, do mundo que se quer e não do mundo que se vive. Desenvolvimento é uma forma de percepção que tem modelado a realidade, produzindo mitos, fantasias, paixões e violências.

O crescimento do Produto Interno Bruto ou a medição e expansão da renda per capita¹² eram indicadores de desenvolvimento, fortemente associados aos aspectos econômicos. Somente a partir de 1970, estudiosos começam a considerar tais indicadores insuficientes para o significado e dimensão do desenvolvimento. Desenvolvimento deixa de envolver exclusivamente a dimensão econômica e passa a considerar as condições sociais, culturais, ambientais e políticas que influenciam a qualidade de vida humana. Coriolano (2003, p. 61) corrobora a afirmação, ao comentar que:

¹² Renda per capita: representa a razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos de um determinado país ou região, auferida em um determinado ano e o número total desses indivíduos.

Durante muito tempo acreditou-se que o desenvolvimento dos povos passava apenas por cálculos e estatísticas dos economistas e por decisões políticas dos governantes. Esta compreensão tecnoburocrática negou à humanidade a capacidade de visão e de descoberta de outros caminhos, de mecanismos mais justos e solidários na produção e distribuição de riquezas, no consumo de bens e serviços, na garantia do bem estar social. Negou-se, portanto a superação da pobreza, não apenas em termos materiais, mas de realização das possibilidades criadas pelo próprio homem para sua libertação das carências que o coloca aquém do possível.

O significado de desenvolvimento, de acordo com Todaro (1996 *apud* AMARAL; VALENTE, 2007, p. 20) corresponde ao processo de melhoria da qualidade de vida humana, em que sobressaem, pelo menos, três aspectos:

[1]. Aumento dos níveis de vida da população, isto é, renda e níveis de consumo de alimentos, educação, moradia, saúde e lazer. [2]. Criação de condições que contribuam para o aumento do auto-respeito da população através do estabelecimento de sistemas econômicos, políticos e sociais que garantam a dignidade e o respeito humanos. [3]. O aumento da liberdade de alternativas da população, através da ampliação de variáveis de escolha.

Daí afirmar o autor que “o processo de desenvolvimento deve motivar mudanças fundamentais nas atividades socioeconômicas e até mesmo nas crenças e costumes”.

Na última década, as teorias de globalização passam a dar tônica ao discurso de desenvolvimento, privilegiando aspectos como a interdependência entre as nações, a internacionalização do capital e o surgimento da chamada aldeia global¹³.

Se o setor secundário da economia tem impactos com os avanços tecnológicos e científicos, típicos do desenvolvimento globalizado, o mesmo acontece com o setor terciário, em que surgiram e expandiram-se muitas atividades, entre elas, o turismo com grande impulso. Países industrializados transferem unidades fabris para países do terceiro mundo, de condições favoráveis de mão-de-

¹³ Aldeia Global – Conceito criado pelo sociólogo canadense Marshall McLuhan. O progresso tecnológico está reduzindo todo o planeta a mesma situação de uma aldeia, ou seja, a possibilidade de se intercomunicar diretamente com qualquer pessoa que nela vive (MCLUHAN, 1996).

obra e incentivos fiscais. As atividades de ócio e lazer assumem lugar de destaque nas economias de primeiro mundo.

A mesma lógica de classificação em lugares desenvolvidos e subdesenvolvidos cria o modelo de turismo do luxo ou de elite. A globalização e modernidade aproximam lugares e povos, e destinos turísticos locais concorrem diretamente com destinos internacionais. Mostra Coriolano (2003, p. 63) que:

[...] o turismo do luxo ou turismo dos *resorts*, controlado por conglomerados dominam todos os escalões da cadeia produtiva do turismo, que domina todos os elos da cadeia que vão se ligando uns aos outros e segurando tudo: as empresas de transportes; as operadoras; as hospedagens, o sistema de comunicação com os portais e *sítes*.

Esse turismo pouco contribui para o desenvolvimento das comunidades receptoras, pois as pequenas comunidades litorâneas, tradicionalmente pesqueiras, têm dificuldades de inclusão, produtivamente, no turismo. O turismo global prioriza as grandes cadeias hoteleiras e os fluxos internacionais. Não interessam os meios utilizados nem os impactos socioambientais nas comunidades receptoras, muitas vezes com novos consumos: de droga, prostituição e degradação ambiental, com as comunidades expropriadas das terras, de sua cultura, sobretudo, as mais pobres.

A globalização, na mesma medida em que faz surgir a economia global, suscita reações e resistências com tendência de afirmação do local, como resposta à exclusão ou como tentativa de fuga da subordinação imposta pelo capital. A emergência do conceito de desenvolvimento local se dá nesse contexto, como define De Paula (2004, p. 75):

Trata-se da busca pela afirmação de uma identidade, de elementos distintivos, de uma reputação própria, de características singulares que diferenciem o local dentro do universo da globalização. Um esforço que faz parte da descoberta, do reconhecimento e da valorização dos ativos locais, quer dizer, das potencialidades, vocações, oportunidades, vantagens comparativas e competitivas de cada território.

O desenvolvimento local é um fenômeno que se contrapõe à globalização, no sentido em que privilegia o protagonismo local, isto é, agentes

locais se reconhecem sujeitos do próprio destino, tornam-se atores sociais e o bem público mais importante passa a ser cultura local, imagem do lugar, conhecimento tácito e produção diária do conhecimento e inovação. Insere-se como um dos mecanismos de viabilização de novos caminhos, nas comunidades que buscam inserção na cadeia produtiva do turismo. O turismo, atividade de efeito multiplicador, embora, na maioria das vezes, ligada aos grandes volumes de capitais, oferece condições de surgimento de pequenas atividades econômicas como comércio, atividades de lazer e entretenimento, bares, restaurantes e pousadas, bem como aproveitamento de atividades tradicionais do local, artesanato e pesca.

As comunidades tomam consciência de que há espaço para “[...] o turismo interno, que valoriza o lugar, que gera renda, que dinamiza a economia local, que protege o patrimônio natural, que recupera e preserva o patrimônio histórico cultural”. (CORIOLANO, 2003, p. 25). Começam a buscar a inserção do local no global, pois as comunidades não podem viver isoladas, e os lugares precisam comunicar-se entre si, mas com prioridade do homem e desenvolvimento social.

Experiências de desenvolvimento do turismo na dimensão local, passam a ser cada vez mais conhecidas e estudadas, pois conseguem dinamizar a sociedade local, ao aproveitar os recursos endógenos, relações sociais, valores, patrimônio, história e cultura tornando-os catalisadores do desenvolvimento. A comunidade deixa de esperar somente pela ação do poder público e passa a ser protagonista da dinâmica social, com desenvolvimento pelo esforço conjunto.

Surgem, assim, novos modelos de organização, baseados em formas associativas de produção, na economia solidária¹⁴ e no surgimento de aglomerações de empresas que evoluem para arranjos produtivos locais¹⁵, nos quais a coesão

¹⁴ Economia solidária organiza-se a partir de fatores humanos, favorecendo as relações onde o laço social é valorizado através da reciprocidade e adota formas comunitárias de propriedade (LAVILLE, 1994).

¹⁵ Arranjos Produtivos Locais são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais – com foco em um conjunto específico de atividades econômicas – que apresentam vínculos mesmo que incipientes. (ALBAGLI & BRITO, 2003).

interna, cooperação e capital social¹⁶ desenvolvido tornam-se fatores-chave do desenvolvimento.

O desenvolvimento regional visto no aspecto endógeno considera diversos tipos de capitais intangíveis determinantes, citados por Haddad (2004, p. 13) (quadro 5).

Algumas Formas de Capitais Intangíveis	Especificação
1. Capital Institucional	As instituições ou organizações públicas e privadas existentes na região: o seu número, o clima de relações interinstitucionais (cooperação, conflito, neutralidade), o seu grau de modernidade.
2. Capital Humano	O estoque de conhecimentos e habilidades que possuem os indivíduos que residem na região e sua capacidade para exercitá-los.
3. Capital Cívico	A tradução de práticas de políticas democráticas, de confiança nas instituições, de preocupação pessoal com os assuntos públicos, de associatividade entre as esferas públicas e privadas etc.
4. Capital Social	O que permite aos membros de uma comunidade confiar um no outro e cooperar na formação de novos grupos ou em realizar ações em comum.
5. Capital Sinérgico	Consiste na capacidade real ou latente de toda a comunidade para articular de forma democrática as diversas formas de capital intangível disponíveis nessa comunidade.

Quadro 5: Formas de capitais intangíveis determinantes do processo de desenvolvimento regional

Fonte: S. Boisier. Conversaciones Sociales Y Desarrollo Regional. Editorial de Talca, 2000

Assim, o processo de desenvolvimento endógeno é concebido e implementado pela capacidade de determinada comunidade de mobilização social e política de recursos humanos, materiais e institucionais, em determinada localidade ou região, ou seja, não é um processo de conformismo, da apatia, da inércia ou da passividade dos habitantes do município ou região onde a dinâmica de organização social e política ainda não se faz presente. Segundo Haddad (2004, p. 13): “não há desenvolvimento onde não há inconformismo com relação ao mau desempenho dos indicadores econômicos, sociais e de sustentabilidade ambiental”. O mesmo autor defende que

¹⁶ Capital Social: fator intangível por natureza, é o acúmulo de compromissos sociais construídos pelas interações sociais em uma determinada localidade. O principal aspecto do capital social é a confiança, construída socialmente através de interações contínuas entre os indivíduos (AMARAL, 2002).

A etapa seguinte tem sido “procurar diagnosticar”, técnica e politicamente, as razões e as causas do mau desempenho destes indicadores, principalmente, de conscientizar as lideranças políticas e comunitárias sobre o que deve ser feito para transformar as condições atuais, visando a obter melhores índices de desenvolvimento humano, de competitividade econômica, etc.

A figura 16 apresenta as etapas do processo de desenvolvimento endógeno, partindo do inconformismo dos atores locais ao processo de implantação de mudanças de fatores intervenientes em cada etapa.



Figura 16: Etapas de um processo de Desenvolvimento Endógeno

Fonte: Haddad (2004, p. 14)

O desenvolvimento da região pressupõe o crescimento econômico, mas depende, fundamentalmente, da capacidade de organização social e política. O desenvolvimento está associado ao aumento da autonomia regional, na tomada de decisões, da capacidade para reter e reinvestir o excedente econômico do crescimento regional, em crescente processo de inclusão social e no processo permanente de conservação e preservação do ecossistema regional. A capacidade de organização social da região é fator endógeno¹⁷ por excelência para transformar o crescimento em desenvolvimento, pela complexa malha de instituições e de

¹⁷ Fator Endógeno: fatores internos ao processo de produção (por exemplo: mudanças tecnológicas induzidas, rendimentos crescentes, economias de escala etc.) em oposição a fatores externos (exógenos) tais como os acréscimos populacionais.

agentes de desenvolvimento, articulados pela cultura regional e projeto político regional. Segundo Haddad (2004, p.11),

O desenvolvimento de determinada região pressupõe: um crescente processo de autonomia decisória, de aumento da capacidade regional de captação e reinversão do excedente econômico, de um processo de inclusão social (inclusive digital), do crescimento da consciência e ação ambientalista, de uma crescente sincronia intersetorial e territorial do crescimento e da percepção coletiva de pertencer à região.

Na concepção de desenvolvimento, em que não se limita à expansão da capacidade produtiva, envolve-se o processo social e cultural além do econômico, insere-se a discussão sobre a emergência das políticas de desenvolvimento de arranjos produtivos locais. Os fatores determinantes de caracterização e atuação, no fortalecimento dos APLs, focam principalmente o processo social e cultural, como o fortalecimento do capital social, governança e o conhecimento tácito.

No litoral cearense, mais especificamente nesta área de estudo (praias do município de Trairi), a contradição local-global pode ser percebida, notadamente no turismo. A comunidade, como pólo receptor do turismo do Ceará, conecta-se diretamente com os pólos emissores de fluxos de turismo internacional, em formas de fluxos globalizados como *sites*, *folders* promocionais e participação em feiras internacionais. O poder público local passa a ser o motivador dos investimentos em infra-estrutura, que se tornam atrativos de investimentos privados que necessitam de vias de acesso, saneamento, redes de eletrificação e comunicação. Os eventos do local vão do tradicional, como regata de jangadas, ao moderno, campeonatos internacionais de esportes de elite, *kite surf* e outros esportes náuticos, com grande atratividade a turistas estrangeiros.

Por outro lado, há mobilização da comunidade, abrindo contraponto à tendência de vincular o desenvolvimento do turismo local às práticas de exploração capitalista. O aproveitamento de potencialidades naturais do local faz emergir nova atividade, como o cultivo das algas, em que o grupo associa proteção ao meio ambiente com nova forma de fazer turismo e gerar renda. Há resgate da consciência ambiental pela comunidade, pois o cultivo das algas é produzido pela consciência ambiental, em que onde as algeiras recebem informações em palestras com

profissionais, biólogos, geógrafos e ambientalistas. As pessoas sentem-se parte do lugar e co-responsáveis pelo destino. O aprendizado coletivo, a cooperação e o exercício da governança têm começado a desenhar nova forma de desenvolvimento em que os recursos endógenos, até então pouco explorados, constituem força motriz da comunidade local.

5. ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS DO TURISMO EM TRAIRI E PRINCIPAIS ATORES

Os Arranjos Produtivos Locais (APLs) têm sido analisado como mecanismo de aumento de competitividade das empresas e de promoção do desenvolvimento local. Sabe-se que representam redes de empresas da cadeia produtiva industrial, fortemente interdependentes e intensamente articuladas. As empresas ou atividades são integradas em sistemas colaborativos de produção e inovação, formando parcerias e alianças estratégicas, o que leva a crer que as atividades organizadas dessa forma estão em melhor posição competitiva do que as que atuam de forma isolada.

Outra característica é que a aglomeração de empresas recebe apoio de instituições provedoras de recursos humanos, de recursos financeiros e de infraestrutura. A interação entre empresas e instituições gera capacidade de inovação e conhecimento específico. Autores acreditam que os APLs não são pré-fabricados nem podem ser criados de fora para dentro, e defendem que o setor público e as instituições coletivas desempenham papel-chave na identificação e apoio para o seu fortalecimento.

O conceito de arranjo produtivo local pode ser aplicado ao setor de turismo, desde que feitas pequenas reformulações de maneira a adaptá-lo às particularidades da atividade. O turismo envolve amplas relações intersetoriais sendo necessário identificar, organizar e articular a cadeia produtiva para análise. De forma genérica, pode-se identificar organização da atividade turística como núcleos produtivos, visto que as empresas de infra-estrutura turística compartilham o mesmo território e participam da mesma cadeia produtiva.

Mapeamento de arranjo produtivo do turismo de Barbosa e Zamboni (2000 *apud* MANBERT e BRAGA, 2004, p. 6) é representado graficamente por cinco anéis concêntricos que descrevem a posição de cada um dos atores e as correlações entre si (figura 17).

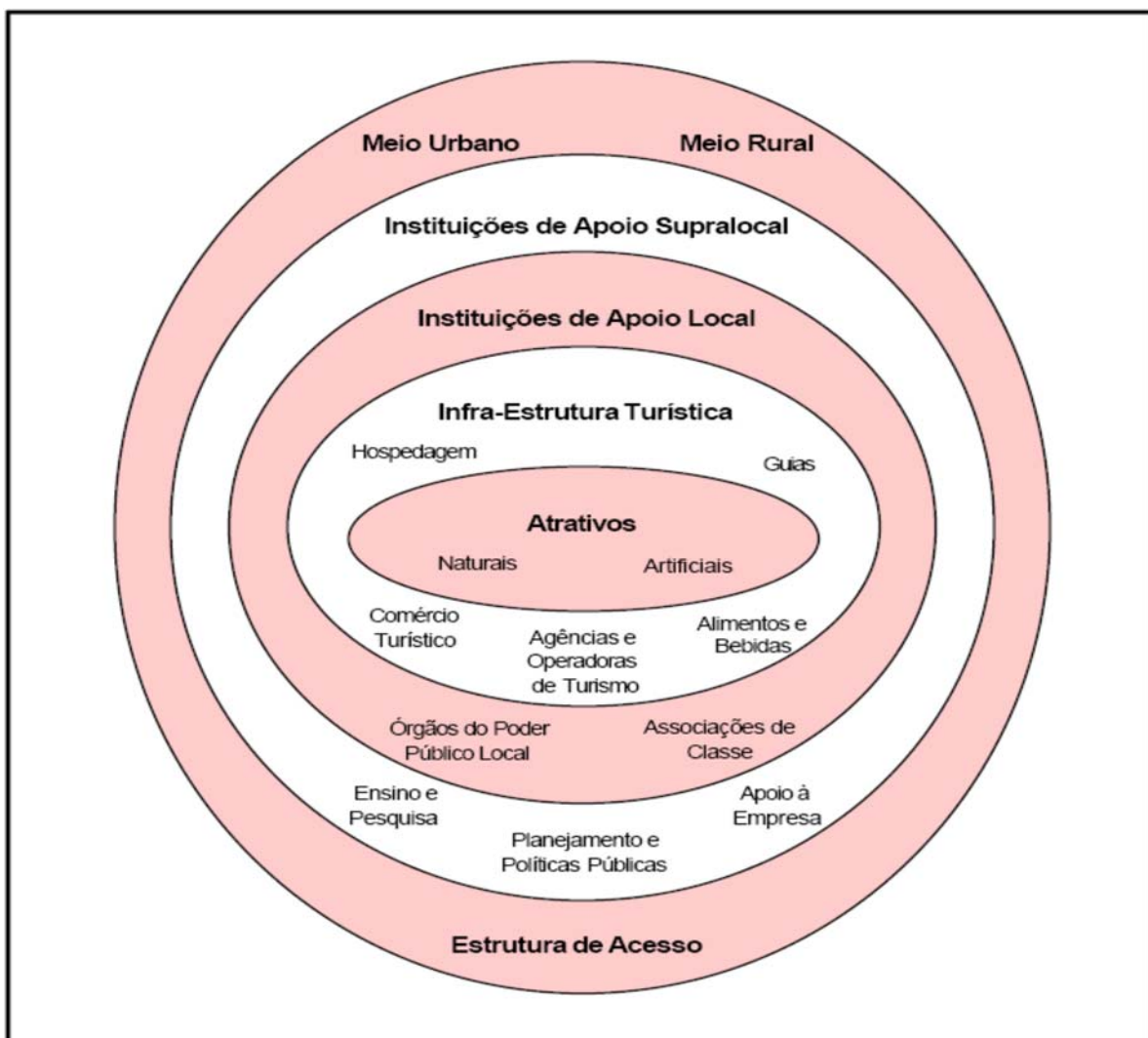


Figura 17: Anéis concêntricos do Arranjo Produtivo Turístico

Fonte: Barbosa e Zamboni, (2000, p. 14)

Os autores têm como epicentro do arranjo produtivo turístico os atrativos (naturais ou artificiais) da localidade. No segundo anel, abrange-se a infra-estrutura turística (hotéis, agências de turismo, guias, bares e restaurantes, meios de transporte, comércio de turismo). O terceiro agrega os atores sociais ligados, direta e permanentemente, à atividade turística (órgãos do poder público, associações de classe). O quarto compreende os órgãos de apoio com atuação supra local (órgãos públicos federais e estaduais da área de turismo, organizações paraestatais de capacitação empresarial e qualificação de trabalhadores, instituições de ensino e pesquisa, Organizações Não Governamentais – ONGs) relacionadas com o turismo, e o último anel constitui o pano de fundo do desenvolvimento do turismo, englobando os meios urbano e rural e a estrutura de acesso.

A compreensão das dimensões e sua análise permitem identificar o nível de desenvolvimento da cadeia produtiva do turismo, em determinado local, e se as atividades econômicas estão integradas a ponto de serem caracterizadas como arranjos produtivos. Observa-se que, no segundo nível, orbitam as atividades econômicas originadas da demanda gerada pelo consumo do espaço e de atrativos naturais ou artificiais. Neste estudo, as atividades econômicas, que emergem dos atrativos naturais das Praias do Trairi, são exatamente as citadas pelos autores, hospedagem, bares e restaurantes, comércio turístico, serviços de entretenimento, entre outros, que fazem parte da cultura e especificidades locais, como artesanato, pesca e cultivo de algas.

Verificaram-se como as atividades estão estruturadas, os impactos sociais, ambientais, econômicos nas praias e de que forma a interação entre os atores econômicos, políticos e institucionais possibilita a caracterização das aglomerações, como arranjo produtivo local do turismo.

5.1. Meios de Hospedagem e os Serviços de Alimentação

A ocupação do litoral brasileiro pela atividade turística toma impulso, após 1980, principalmente no Nordeste brasileiro. Reacende nova chama de interesse dos governos pela região Nordeste, que se reestrutura para a modernização frente à globalização. Se antes o interesse é de resolver o problema dos flagelos da seca, dos desvalidos do clima e da região, agora os problemas são decorrentes da modernidade, do turismo e da urbanização acelerada. Mas a região é viável e surge outro nordeste: do turismo. O sol que assola a terra é o mesmo que dá brilho à economia do turismo, de vanguarda da região nordeste. O turismo de sol e praia motiva demandas, especialmente de turistas de países frios, incentivados pelo sol o ano inteiro, temperatura agradável do mar e praias de belezas raras.

Conforme dados da SETUR – CE, em 2005, o maior potencial de atratividade da atividade turística está no litoral, conforme o quadro de demanda turística do Estado do Ceará, a seguir:

Local	1998			2005			Variação (%)
	Turistas	(%)	Perm.	Turistas	(%)	Perm.	
Litoral	463.617	82,5	3,1	1.150.613	87,2	2,8	148,2
Serra	19.478	3,5	5,6	45.617	3,5	3,0	134,2
Sertão	78.786	14,0	4,7	122.903	9,3	6,6	56,0
Total	561.881	100,0	4,5	1.319.134	100,0	3,6	134,8

Quadro 6: Interiorização da demanda turística segundo as áreas visitadas – 1998/2005

Fonte: SETUR/CE, 2005

Verifica-se que 87,2% das preferências dos turistas que buscam o Ceará são direcionadas para localidades litorâneas, 3,5% para as serras e 9,3% para o sertão, comprovando a grande demanda de regiões litorâneas. Vale ressaltar que há explosão demográfica sazonal nesses lugares, que passam a receber contingente maior de pessoas, auferindo valor mercadológico do espaço e comprometendo o uso. Há materialização do espaço-mercadoria sem comprometimento da capacidade de carga do lugar. Os residentes absorvem novos costumes e hábitos, no processo de aculturação, na aquisição de novos valores, em relação com os visitantes. Quanto à saturação da capacidade de carga do lugar, Ruschmann (1997, p. 117) alerta:

[...] quando os moradores da localidade já não aceitarem os turistas e passarem a hostilizá-los, pois eles destroem seu meio ambiente natural, agredem sua cultura e impedem sua participação nas atividades e freqüência a lugares que lhe pertencem.

Nem sempre há relação equilibrada entre comunidade e visitante. Há desconforto ao lado de interesses opostos, principalmente quando se trata de mudança de lugar, diante de anseios de quem chega, no espaço físico ou por comportamentos que afetam a cultura local, como diversificação de drogas e intensificação da prostituição, transformando hábitos e costumes das comunidades receptoras.

A demanda turística crescente, como consequência, expande a oferta hoteleira em municípios turísticos pela SETUR/CE (82 municípios), tendo em vista a atratividade econômica que viabiliza os empreendimentos (quadro 7).

Região	MH	Uhs	Leitos		Região	MH	Uhs	Leitos
Fortaleza	219	10.601	26.162		Cariri	82	1.784	4.973
1. Fortaleza	219	10.601	26.162		1. Assaré	2	14	27
Ibiapaba	46	777	1.808		2. Araripe	1	18	36
1. Carnaubal	2	21	22		3. Aurora	2	34	58
2. Croatá	3	26	47		4. Barbalha	3	66	200
3. Ibiapina	2	19	31		5. Campos Sales	3	48	109
4. Ipu	4	43	97		6. Crato	10	184	565
5. Guaraciaba do Norte	4	46	124		7. Jardim	1	9	16
6. São Benedito	6	88	197		8. Juazeiro do Norte	42	1.219	3.512
7. Tianguá	11	334	766		9. Missão Velha	1	8	28
8. Ubajara	8	127	320		10. Nova Olinda	1	4	10
9. Viçosa do Ceará	5	73	205		11. Santana do Cariri	16	180	412
Litoral Oeste	176	2.644	6.670		Maciço de Baturité	62	881	2.629
1. Acaraú	6	81	173		1. Aratuba	2	15	29
2. Amontada	7	80	217		2. Baturité	12	188	528
3. Caucaia	35	666	1.979		3. Barreira	1	9	18
4. Itapajé	4	73	211		4. Guaiúba	1	28	74
5. Itapipoca	14	270	620		5. Guaramiranga	21	329	1.019
6. Itarema	6	61	99		6. Itapiúna	1	10	12
7. Paracuru	16	180	440		7. Maranguape	7	60	231
8. Paraipaba	12	190	503		8. Mulungu	3	38	129
9. Pentecoste	3	59	132		9. Pacatuba	1	15	50
10. São G. do Amarante	10	384	952		10. Pacoti	9	154	459
11. Tejuoca	2	20	62		11. Palmácia	2	23	54
12. Trairi	38	439	1.123		12. Redenção	2	12	26
13. Uruburetama	2	21	59		Litoral Leste	169	3.421	9.697
Sertão Central	62	924	2.320		1. Aquiraz	30	1.013	3.298
1. Banabuiú	3	63	150		2. Aracati	58	991	2.479
2. Canindé	21	388	1.194		3. Beberibe	25	834	2.436
3. Itatira	3	23	53		4. Cascavel	18	332	899
4. Pedra Branca	3	45	107		5. Fortim	7	85	168
5. Quixadá	12	245	497		6. Icapuí	21	166	418
6. Quixeramobim	8	130	270		Vale do Salgado	18	369	774
7. Senador Pompeu	2	30	49		1. Cedro	2	15	37
Litoral Extremo Oeste	110	1.606	4.013		2. Icó	5	92	219
1. Barroquinha	6	33	75		3. Iguatu	5	166	321
2. Bela Cruz	2	37	62		4. Lavras da Mangabeira	1	8	12
3. Camocim	18	364	917		5. Orós	2	23	56
4. Cruz	9	92	280		6. Várzea Alegre	3	55	129
5. Granja	2	28	68		Vale do Acaraú	20	667	1.281
6. Jijoca de Jericoacoara	73	951	2.611		1. Massapé	1	8	10
Vale do Jaguaribe	33	663	1.138		2. Meruoca	5	117	295
1. Jaguaribara	8	60	117		3. Sobral	14	432	956
2. Jaguaribe	8	77	166		Sertão dos Inhamuns	9	168	328
3. Limoeiro do Norte	6	237	471		1. Aiuaíba	1	20	24
4. Morada Nova	4	59	130		2. Crateús	6	135	284
5. Pereiro	1	16	24		3. Ipaporanga	1	8	12
6. Russas	6	104	230		4. Poranga	1	5	8
Total Geral	Municípios (M)83	MH	984		Leitos (L)	60.673	Uhs	23.964
Relações	MH/M	2,3	UH2/MH	62	Leitos/MH	731	UH/M	289

Quadro 7: Relação dos municípios turísticos do Ceará com a respectiva oferta hoteleira
Fonte: SETUR/CE, 2006

O quadro 8 apresenta a oferta hoteleira e seu crescimento no interior, sugerindo aproveitamento do potencial turístico fora de Fortaleza, acima do da Capital do Estado, considerando 1997 em relação a 2005. Em termos de Uhs, o crescimento no interior é de 122,5%, e em Fortaleza, de 71,2%. Tem-se o movimento como descentralização das localidades turísticas, antes voltadas para a capital do Estado, descobrindo novos roteiros.

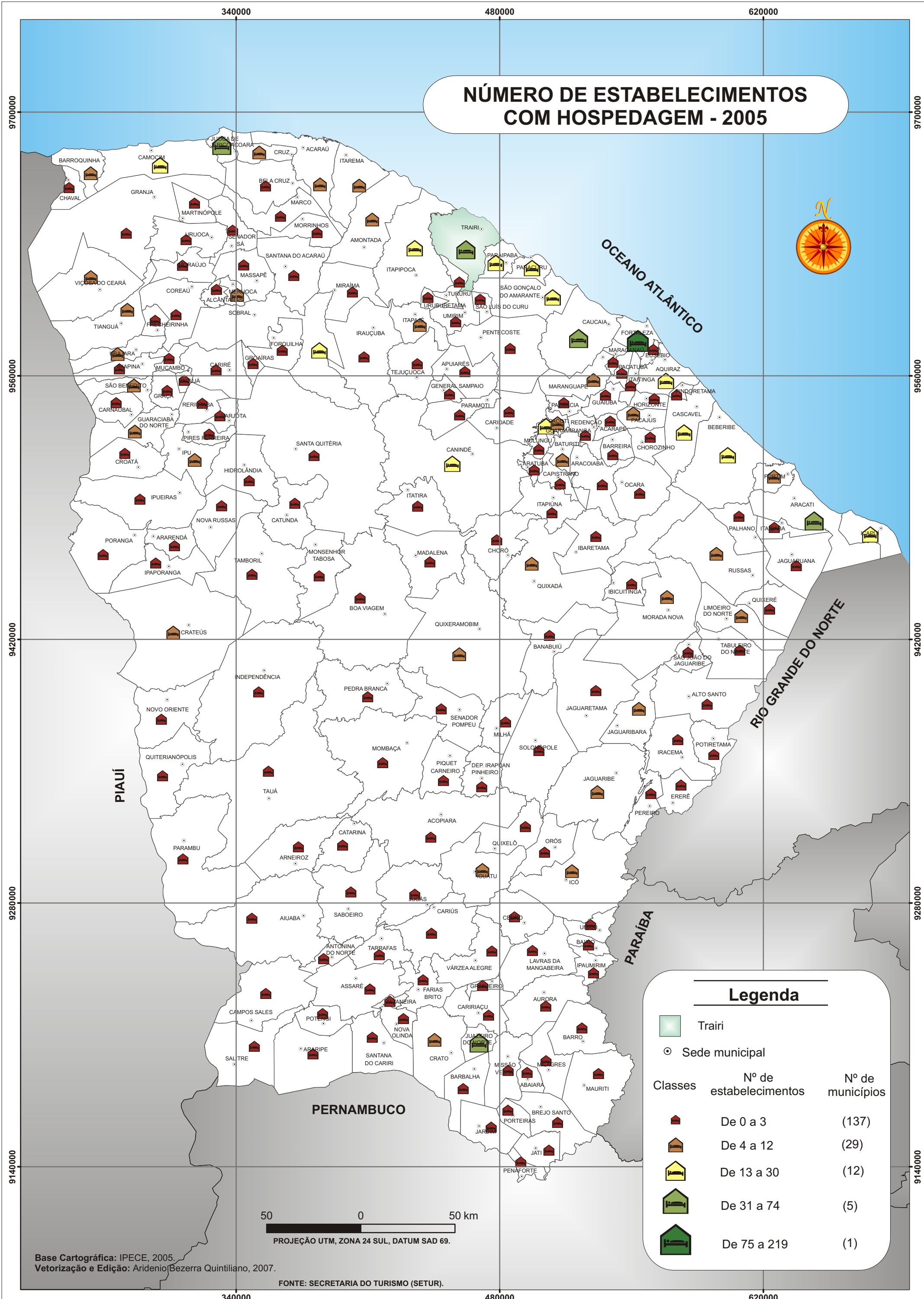
Demanda	1997						2005						Variação (%) 1997/2005		
	MH	(%)	Uhs	(%)	Leitos	(%)	MH	(%)	Uhs	(%)	Leitos	(%)	MH	Uhs	Leitos
Fortaleza	160	33,4	6.117	52,1	14.104	59,3	219	23,4	10.470	45,5	24.641	43,4	36,9	71,2	74,7
Interior	319	66,6	5.627	47,9	9.665	40,7	716	76,6	12.520	54,5	32.182	56,6	124,5	122,5	233,0
Total	479	100,0	11.744	100,0	23.769	100,0	935	100,0	22.990	100,0	56.823	100,0	95,2	95,8	139,1

Quadro 8: Oferta Hoteleira nos Municípios Turísticos do Ceará: 1997/2005

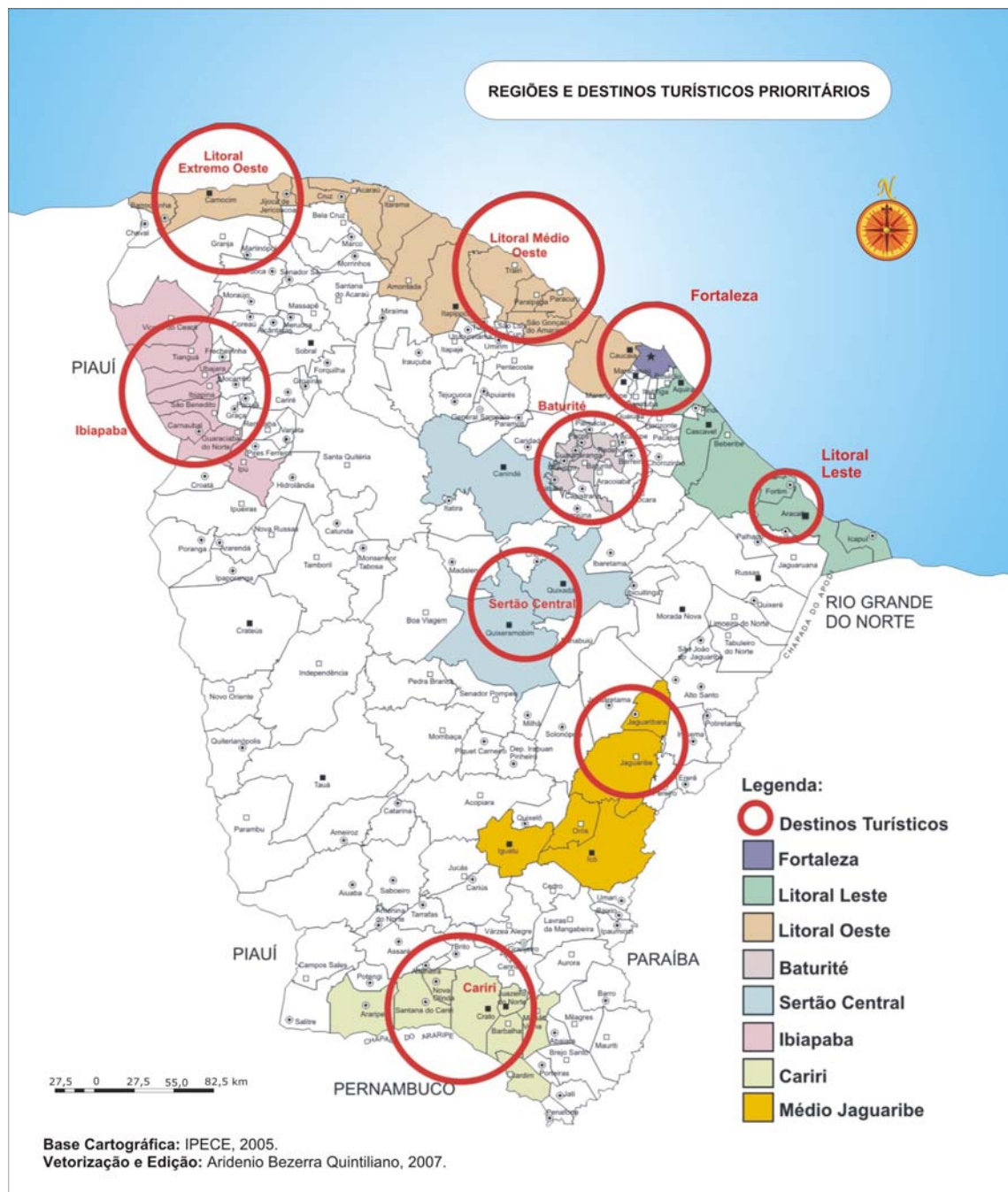
Fonte: SETUR/CE, 2006

Notas: a) MH = Meios de Hospedagem; b) Uhs Unidades Habitacionais e c) Leitos

Os estabelecimentos de hospedagens são ampliados em todo o Estado, conforme mapa temático 3, que apresenta sua distribuição, de acordo com levantamento do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE, 2005). O município de Trairi está entre os de oferta significativa, com trinta e um a setenta e quatro estabelecimentos, o que comprova a demanda turística do local e a geração de emprego e renda.



Os dados revelam o crescimento da atividade turística, fora da capital do Estado. Investimentos e políticas públicas do setor consideraram a nova realidade, direcionando-se a novas regiões e destinos turísticos. O mapa 4 indica a expansão de regiões e de destinos turísticos considerados prioritários no Estado do Ceará, segundo a SETUR-CE (2006).



Mapa 4: Regiões e destinos turísticos prioritários
Fonte: SETUR/CE, 2006

A área, neste estudo, corresponde ao município de Trairi¹⁸, especificamente às praias de Guajirú, Flecheiras, Emboaca e Mundaú, pertencentes a Costa do Sol Poente, regionalização estabelecida pela SETUR e área prioritária do turismo no Ceará. A atividade turística é ainda incipiente, mas em processo acelerado de implantação de equipamentos turísticos: hotéis, pousadas, bares, restaurantes, além de infra-estrutura de apoio, como *internet*, eletrificação, saneamento e pequenos comércios.

As praias do Trairi apresentam peculiaridades que as caracterizam como pontos turísticos. Guajiru tem cenário bucólico quase intocável, de extensa faixa de praia, com jangadas e, na retaguarda coqueiral exuberante. Lugar quase deserto e nativo, emoldurado por espaços vazios, com algumas casas de veraneio. O vilarejo é calmo, até parece que o tempo por ali não passa. É fácil encontrar, a qualquer hora do dia, pessoas sentadas às calçadas a conversarem.

A hotelaria e serviços de bares, restaurantes e similares são incipientes, com apenas seis pousadas de pequeno porte e quatro bares e restaurantes, segundo levantamento da Prefeitura Municipal do Trairi. O litoral divide-se entre poucas pousadas, casas de pescadores e veraneio e acentuada especulação imobiliária com inúmeras construções. A atividade hoteleira é pequena e sem grande movimentação, mesmo em período de alta estação. Influenciados pela aparente calma, o comércio de bares e restaurantes parece esperar que o turista chegue e bata à porta. A questão cultural parece impactar o grau de competitividade dos empreendimentos, que se acomodam à baixa demanda e sobrevivem apenas pelos freqüentadores ocasionais, em Flecheiras e Mundaú.

¹⁸ É uma palavra de origem indígena que significa “rio das traíras”. Traíra é um peixe de água doce (*Hoplias Malabaricus Bloch*). (CORIOLANO, 1998, p. 101).

Na Figura 18 vê-se a Praia de Guajiru ocupada por embarcações de pesca.



Figura 18: Praia de Guajiru

Fonte: Iandra Nascimento, 2007

Flecheiras é a mais requisitada das quatro praias de Trairi, por deter o maior fluxo de turistas e estrutura hoteleira, bem como melhor qualidade de instalações de equipamentos e qualificação de mão de obra. Conforme dados da pesquisa, os recursos públicos a ela destinados devem-se ao fato de o Secretário de Turismo e Cultura do Município ser empresário de pousada. Pela entrevista do Secretário, a Secretaria do Turismo do Município e empresários têm visão estratégica do turismo nas praias do Trairi, diferente da do turismo de massa¹⁹. Quer-se um turismo seletivo, não importando a quantidade, senão a qualidade da demanda.

A vila de Flecheiras tem considerável número de estabelecimentos de comércio e serviços, em comparação com as demais praias, passando a liderar o fluxo de pessoas das comunidades vizinhas como pequeno pólo regional.

¹⁹ Refere-se ao turismo que traz uma grande demanda de visitantes sem o perfil sócio-econômico por eles estabelecido.

A Figura 19 apresenta o fluxo do comércio da Vila de Flecheiras.



Figura 19: Empreendimentos Comerciais em Flecheiras
Fonte: Iandra Nascimento, 2007

A praia é ocupada quase na totalidade por hotéis, pousadas, restaurantes, bares, associação de *buggys*, escolas de *kite surf* e casas de veraneio. Na ocupação, observa-se a reconfiguração do território, bem como conflitos entre empresários e a comunidade²⁰. Os hotéis e pousadas compram terras de residentes, a preço mínimo, constroem e fazem expropriação dos habitantes que não conseguem mais visualizar o mar de suas residências.

²⁰ A comunidade é um grupo social residente em um pequeno espaço geográfico cuja interação das pessoas entre si, e dessas com o lugar, cria uma identidade tão forte que tanto os habitantes como o lugar se identifica como comunidade. (CORIOLANO, 2004, p.240).

A figura 20 mostra a enseada litorânea da praia de Flecheiras ocupada por empreendimentos turísticos.



Figura 20: Hotel na Praia de Flecheiras

Fonte: Iandra Nascimento, 2007

A estrutura física de empreendimentos hoteleiros, em Flecheiras, não corresponde à cultura do lugar e confirma a estratégia de segmentação do turismo, por exemplo, Orixá Art Hotel, que oferece apenas seis Uhs, com tarifas de valor compatível com as cadeias hoteleiras dos grandes centros urbanos nacionais. A diária custa em média R\$ 750,00, com o café da manhã. O preço é atração de turistas de alto poder aquisitivo que valorizam a exclusividade e excentricidade. Durante a pesquisa, teve-se conhecimento de hospedagem de pessoas famosas, no cenário nacional, como o casal Roberto de Carvalho, Rita Lee e família. A decoração interna do hotel é obra de arte, com peças raras de diferentes culturas, de forte influência de cultos africano e indiano. Nas acomodações, além de bom tamanho, há jardim de inverno e piscina privada em cada suíte.

Outras pousadas seguem padrões tradicionais, com estrutura física e estilo arquitetônico integrado à paisagem do lugar, destacando, na decoração, elementos rústicos e peças do artesanato local. Mesmo assim, os preços e o padrão dos serviços atendem às expectativas de turistas das classes A e B. A maioria conta com estrutura de restaurante e piscina e oferecem agendamento de serviços turísticos, como passeios de *buggy* e de barco.

Figura 21: imagem de pousada típica das de Flecheiras, com arquitetura compatível com o lugar, em média 20 Uhs, restaurante, parque aquático e mão de obra do próprio lugar.



Figura 21: Pousada na Praia de Flecheiras

Fonte: landra Nascimento, 2007

Em depoimento, gerente de pousada declara ser de seis meses a alta estação, no ano: janeiro, fevereiro, julho, agosto, setembro e dezembro, salientando que, em agosto e setembro, recebem-se, com mais frequência, turistas europeus e americanos. Perguntado sobre a procedência dos turistas, relata que a maioria é oriunda de Fortaleza, São Paulo, Rio de Janeiro, Portugal e Estados Unidos, com liderança de Fortaleza. O turismo tem sido a principal fonte de geração de emprego e renda do lugar e diz que tem evoluído de forma que há necessidade de avanço em todos os sentidos para acompanhamento do ritmo. Ainda sobre a geração de emprego e renda, na pousada que administra, são nove funcionários, todos de Flecheiras, realidade das pousadas.

Em Flecheiras, o movimento é maior em relação às outras praias, no que diz respeito à quantidade de empreendimentos, de hospedagem, e ao fluxo intenso de pessoas de outras localidades, atraídas pela gastronomia, em bares e restaurantes. É possível encontrar restaurantes, bares e lanchonetes abertos em horários compatíveis com a frequência. Os estabelecimentos de alimentação, à beira-mar, não apenas são restaurantes, mas “barracas de praias”, com cardápio

diferenciado de peixes e frutos do mar, carne-de-sol, carneiro e petiscos como bolinho de peixe, macaxeira frita, casquinha de caranguejo e caldo de peixe.

A curiosidade da gastronomia é que, nesses locais, têm-se colocado, em cardápios, pratos à base de algas marinhas (gracilária), além de crustáceos, peixes, mariscos, carnes e massas. A frequência é bastante movimentada durante o dia, e é ponto de turistas e praticantes de *kite surf*. Os preços praticados, em bares e restaurantes, são mais acessíveis do que nas pousadas, o que leva o turista à sua preferência.

Em entrevista, proprietária de restaurante declara a importância do turismo em Flecheiras, pois tem sido a maior fonte de renda da comunidade. Acredita, porém, que é necessário melhorar a organização do lugar por conta do saneamento básico, resíduos sólidos, e espera contar com o apoio do poder público por meio do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR/NE.

A figura 22 mostra o fluxo e concentração de bares e restaurantes em Flecheiras. Os carros na maré baixa transitam pela praia e estacionam à frente de restaurantes.



Figura 22: Bares e restaurantes na Praia de Flecheiras
Fonte: Iandra Nascimento, 2007

Emboaca é outra praia do Município de Trairi, menos desenvolvida, sem equipamento hoteleiro, nem mesmo pousada domiciliar. Encontram-se pouquíssimos restaurantes, porque a praia é área de passagem para outra mais visitada, Mundaú, onde há pesca, maior fonte de renda do lugar. O desenho urbano é de acanhada vila de pescadores e a praia, adornada de jangadas.

A localidade, segundo moradores, chega à marginalização pelo próprio município: o poder público direciona os investimentos às praias de fluxo turístico significativo. Cria-se o círculo vicioso: a localidade não se desenvolve por falta de investimentos e os investimentos não são feitos porque o lugar é de baixo potencial econômico. Em notícias de jornais, *sites* e outras formas de divulgação, não se mencionam a praia de Emboaca. Há lamentação dos moradores que esperam, um dia, a Prefeitura os olhe da mesma forma que o faz com Flecheiras. Causa-se, assim, certa divisão e rivalidade no próprio município. Não há registro de hotéis, pousadas, condomínios, ou mesmo, de investimentos em infra-estrutura básica, em confirmação ao desinteresse da gestão pública.

A figura 23 mostra a vila de Emboaca, com igreja matriz circundada pelas residências, na maioria, de pescadores.



Figura 23: Vila de Emboaca
Fonte: Iandra Nascimento, 2007

Apesar de distante de divulgações da mídia e campanhas promocionais, Emboaca tem o próprio público de turistas. São visitantes de municípios vizinhos e

comunidades próximas, em dia de lazer. Conforme relatos, visitantes costumam freqüentar a praia de Emboaca porque se sentem à vontade. Não vão a outras praias, por se sentirem constrangidos em meio da elite. São freqüentadores de único dia: vêm pela manhã e retornam à tarde, sem pernoite. Usufruem das pequenas barracas e restaurantes e muitos trazem refeições prontas.

A figura 24 mostra a Praia de Emboaca, onde, diferente de Flecheiras, não há equipamentos turísticos. A praia é adornada pelas jangadas: sua maior fonte de renda é a pesca.



Figura 24: Praia de Emboaca

Fonte: landra Nascimento, 2007

A praia de Mundaú é o segundo destino mais procurado do município, onde está a foz do rio Mundaú. É mais ocupada pelos residentes, com acentuada ocupação por residências, comércio e serviços. Há pousadas, bares e restaurantes. Ao contrário de Flecheiras, maior quantidade de pousadas não se localiza na linha de praia, a maioria situa-se na área urbana, próximo ao litoral. Na faixa de praia, é fácil visualizar casas de veraneio.

Figura 25: vila de Mundaú, igreja matriz e residências, em melhor padrão de arquitetura, em comparação a Emboaca.



Figura 25: Vila de Mundaú na praia de mesmo nome
Fonte: Iandra Nascimento, 2007

O turismo, em Mundaú, é movimentado pelas pousadas, bares, restaurantes e serviços agregados, como passeios de *buggy's*, barco catamarã e trilhas ecológicas. Os serviços atendem as demais praias, principalmente Flecheiras. Quem vai a Flecheiras quer conhecer a foz do rio Mundaú e passear de barco catamarã, em dois percursos, pelo mangue do rio e piscinas naturais do mar, na maré baixa. O barco catamarã é de uma pousada e mantém parcerias com as demais pousadas, em outras praias.

A figura 26 apresenta pousada da Praia de Mundaú, em frente ao mar.



Figura 26: Pousada na Praia de Mundaú

Fonte: landra Nascimento, 2007

Figura 27: a foz do rio Mundaú, com oferta de passeios no barco catamarã, opção dos turistas. O passeio acontece em dois horários, pela manhã, às dez horas e retorno às doze, subindo o mangue do rio, e à tarde, às dezesseis horas e retorno às dezessete, por piscinas naturais do mar, em obediência ao ritmo das marés.



Figura 27: Barco catamarã na foz do rio Mundaú

Fonte: landra Nascimento, 2007

A rede hoteleira, nas praias do Trairi, conta com poucos hotéis, muitas pousadas, na maioria, de grande porte, pouquíssimas domiciliares. Na pesquisa direta, registra-se apenas uma pousada domiciliar, na praia de Flecheiras, mas acentuada especulação imobiliária, com construção de condomínios de veraneio, principalmente nas praias de Guajiru e Flecheiras.

O quadro 9 apresenta a oferta turística de Hotéis e Pousadas em praias de Trairi, bem como leitos e empregos, conforme levantamento da Prefeitura Municipal de Trairi em 2005.

FLECHEIRAS				
Nº	Hotéis e Pousadas	Capacidade (Nº Leitos)	UH	Nº Empregados
01	Pousada Catavento	73	20	13
02	Pousada do Paiva	81	21	10
03	Orixás Art. Hotel	12	06	10
04	Pousada Albatroz	40	10	08
05	Pousada Costa Mar	24	06	04
06	Pousada do Coqueiro	49	11	06
07	Pousada Estrela	12	06	02
08	Pousada e Restaurante O Edmar	42	13	08
09	Pousada O Paulista	12	04	03
10	Pousada Vira Sol	62	21	10
11	Pousada Daferro	16	08	01
12	Pousada da Célia	12	06	03
13	Hotel Solar das Fleixeiros	62	21	11
Total		932	153	89
GUAJIRU				
Nº	Hotéis e Pousadas	Capacidade (Nº Leitos)	UH	Nº Empregados
01	Pousada Bons Amigos	24	06	05
02	Pousada Aline	15	05	03
03	Pousadas e Restaurantes Arco-Íris	38	10	07
04	Pousada Estrela de do Mar	18	06	02
05	Pousada Guajiru	12	04	02
06	Pousada Nativa	70	20	07
Total		177	51	26
MUNDAÚ				
Nº	Hotéis e Pousadas	Capacidade (Nº Leitos)	UH	Nº Empregados
01	Cabôco Sonhadô	40	05	03
02	Estrela do Mundaú	38	14	05
03	Mundaú Dunas Hotel	157	27	09
04	Pousada Beach House	43	12	04
05	Pousada das Marés	120	24	13
06	Pousada e Restaurante O Juraci	12	04	03
07	Pousada Mateus	15	05	05
08	Pousada Sol Poente	58	20	09
09	Pousada Farol do Mundaú	22	06	0
10	Pousada Brisa do Mar	12	05	02
11	Pousada Aconchego	20	05	03
12	Pousada e Restaurante Sombra dos Coqueiros	44	12	07
Total		581	139	63
Total Geral		1690	343	178

Quadro 9: Relação da oferta turística de Hotéis e Pousadas nas praias do Trairi

Fonte: Prefeitura Municipal de Trairi, 2005

Ainda sobre a hospedagem em Trairi, a atividade contribui para a geração de emprego e renda, hoje, com o total de 178 empregos diretos. A vantagem é que os empregos são para os residentes, exceção dos dois maiores hotéis que têm atraído mão de obra de fora. Vale salientar que os dados da pesquisa confirmam a realidade. Observa-se que a praia de Emboaca não aparece com indicador de oferta de empregos em hotelaria. Como foi mencionado, Flecheiras lidera o *ranking*, sucedida de Mundaú e Guajiru.

Bares e restaurantes das praias do Trairi fazem oferta de cinquenta e nove empregos diretos, segundo pesquisa da prefeitura de Trairi, quadro 10, com os empreendimentos e emprego em cada praia.

Nº	Localização	Nº Empregados
Mundaú		
01	Barraca Bons Amigos	03
02	Barracas Maranhata	02
03	Barraca Mundau	02
04	Barraca Sampaio	03
05	Rex Lanche	02
Guajiru		
06	Restaurante Mar Azul	04
07	Bar e Restaurante Sobre as Ondas	04
08	Lanchonete Guajiru	02
09	Bar e Restaurante Bons Amigos	02
Flecheiras		
10	Restaurante Flexamar	05
11	Restaurante Maré Alta	07
12	Restaurantes Caravelas	04
13	Restaurante Marítimo	07
14	Solanches	06
15	Restaurante A Casa di Mario	05
Emboaca		
16	Restaurante Brisa Mar	02
17	Barraca O Izaias	02
18	Restaurante Encanto do Mar	02
TOTAL		59

Quadro 10: Relação dos empregos gerados em bares e restaurantes nas praias do Trairi

Fonte: Prefeitura Municipal do Trairi, 2005

Sobre a taxa de ocupação hoteleira em Trairi, destaca a pesquisa que, na baixa estação, fica em torno de 9,7% e, na alta estação, 84,6% com média anual de 45,8%, o que determina a vocação do município para o turismo de alta estação.

O quadro 11 apresenta a ocupação média de municípios litorâneos, com destaque para o de Trairi.

Município	Ocupação média		
	Baixa estação	Alta estação	Média anual
Aquiraz	17,5	67,2	40,9
Camocim	28,2	87,7	44,1
Caucaia	14,1	66,5	42,7
Fortaleza	38,4	88,7	50,3
Itapipoca	21,1	87,0	54,8
Jijoca de Jericoacoara	24,3	96,6	49,0
Paracuru	20,8	72,3	45,1
Paraipaba	36,6	94,7	56,5
São Gonçalo do Amarante	15,2	68,3	40,8
Trairi	9,7	84,6	34,3
Média	29,2	85,2	45,8

Quadro 11: Taxa de ocupação hoteleira média em municípios litorâneos do Ceará

Fonte: (Ruschmann Consultores, 2002). In: Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – Prodetur NE/II BNB, 2006

O gráfico 1 mostra a sazonalidade da demanda hoteleira. A vocação local para o turismo tem o auge no período de alta estação, de férias brasileiras e européias. No Brasil, o período corresponde aos meses de janeiro, fevereiro, julho e dezembro e, na Europa, aos meses de agosto e setembro, conforme a figura a seguir:

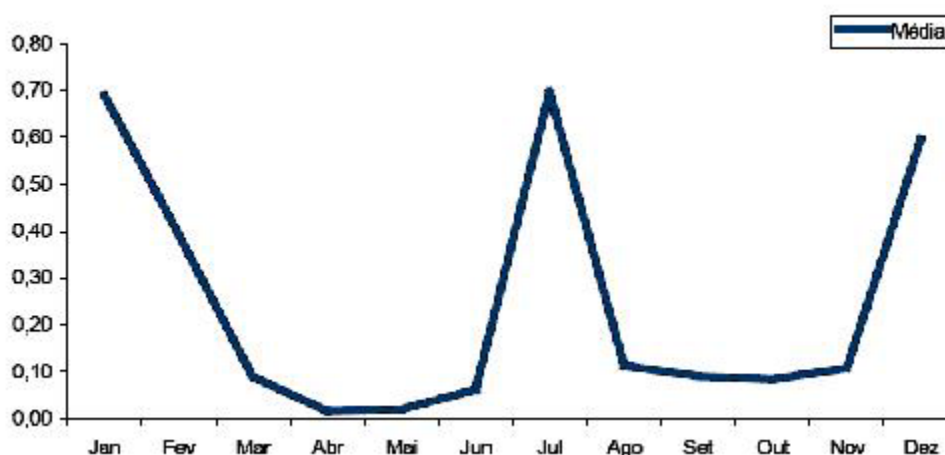


Gráfico 1: Sazonalidade da demanda hoteleira no Brasil

Fonte: Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PRODETUR NE/II BNB, 2006

O quadro 12 refere-se à permanência média de turistas no município, com destaque para Trairi.

Município	Permanência média (dias)
Aquiraz	3,5
Camocim	1,5
Caucaia	5,7
Fortaleza	4,5
Itapipoca	1,8
Jijoca de Jericoacoara	2,3
Paracuru	2,7
Paraipaba	1,7
São Gonçalo do Amarante	1,7
Trairi	2,0
Média	3,5

Quadro 12: Permanência média dos turistas em municípios turísticos do Ceará

Fonte: (Ruschmann Consultores, 2002). In: Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – Prodetur NE/II BNB, 2006

O quadro 13 refere-se à origem da demanda para os municípios. No Trairi, 69,3% são do próprio Estado; 7,7%, de outros Estados do Nordeste; 16,3% de Estados do Sudeste e 7,7%, do Exterior, o que comprova maior demanda interna, conforme relatos da pesquisa direta, com gerentes de pousadas.

Município	Origem				
	Ceará	Outros Estados do Nordeste	Estados do Sudeste	Outros Estados do Brasil	Exterior
Aquiraz	41,1	6,1	29,2	17,5	6,1
Camocim	87,2	0,0	0,0	0,0	12,8
Caucaia	34,2	0,0	26,6	15,6	23,6
Fortaleza	29,3	24,9	10,2	28,2	7,4
Itapipoca	51,9	5,8	21,1	13,5	7,7
Jijoca de Jericoacora	17,3	4,7	41,9	7,7	28,4
Paracuru	38,9	9,3	19,4	19,4	13,0
Paraipaba	36,9	0,0	33,8	0,0	29,3
São Gonçalo do Amarante	52,9	21,7	19,6	0,0	5,8
Trairi	68,3	7,7	16,3	0,0	7,7
Média	35,5	16,4	17,9	18,7	11,5

Quadro 13: Origem da demanda hoteleira

Fonte: (Ruschmann Consultores, 2002). In: Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PRODETUR NE/II BNB, 2006

As estatísticas e a pesquisa direta confirmam o potencial econômico da atividade turística, em Trairi, notadamente nas praias. Esse potencial ainda não é de

tudo explorado, visto ser pouco divulgado em campanhas oficiais de promoção do turismo cearense.

As praias do Trairi têm feito parcerias entre si e os empreendedores do setor criaram, ao final do ano 2000, a Associação de Hotéis e Pousadas do Trairi (AHTRA), com o intuito de trabalhar a região como destino turístico e obter ganhos na divulgação e desenvolvimento da atividade. A associação tem facilitado a captação de apoio de instituições, como o Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), que participam na capacitação profissional dos empregados dos estabelecimentos, bem como na organização de eventos, a exemplo do Festival de Algas e Regatas de Jangadas. Também prestam apoio à atividade, a Prefeitura Municipal de Trairi e o Governo do Estado por meio da SETUR/CE.

O nível de organização da atividade de pousadas e do setor de serviços de alimentação teve avanço com a criação da Associação de Hotéis e Pousadas do Trairi, mas a integração com as atividades da cadeia do turismo (artesanato, pesca, cultivo de algas e serviços turísticos) ainda é pouco desenvolvida. Ao contrário, constata-se pequeno aproveitamento das atividades tradicionais, com forte cunho cultural, como artesanato e pesca, havendo inclusive certo distanciamento e conflito entre as mesmas.

O artesanato é atrativo de turistas, com pousadas promovendo a venda direta de peças de renda de bilro. A comercialização, no entanto, não valoriza o trabalho das artesãs, pois, na maioria das vezes, as peças são revendidas em pousadas, a preços superiores ao pago às produtoras.

A pesca também tem sido, aos poucos, excluída da região de concentração de hotéis e pousadas, pois as jangadas, na faixa de praia, atrapalham a visão dos turistas e o trânsito de veículos. É indesejado, para empresários de pousadas e restaurantes, o cheiro do peixe e a frequência de moradores na praia, à espera das embarcações que chegam do mar. Além disso, o espaço de praia é cada vez mais valorizado e disputado pelos investidores do turismo por seu valor de mercado.

Das atividades comunitárias, a única que tem recebido atenção do setor hoteleiro é o cultivo de algas, dado o destaque que tem alcançado com a realização do Festival das Algas promovido pela ATHRA que começa a ser visto como diferencial do turismo na região, atraindo a atenção da imprensa e o fluxo de turistas.

Pela cooperação, são obtidos ganhos na divulgação conjunta de destino com a criação de página na *internet*²¹, em três idiomas, e confecção de catálogo das pousadas para divulgação, em feiras de eventos do setor. A capacitação de empresários e empregados é viabilizada pela inserção em projetos de instituições de apoio, como SEBRAE e SENAC, elevando, assim, o nível de qualificação do pessoal empregado e a melhoria da gestão das empresas.

A figura 28 apresenta a página inicial do *site* das praias do Trairi, utilizado como meio de divulgação do destino turístico. A divulgação é em conjunto pelo grupo de pousadas associadas, excluindo, no entanto, a praia de Emboaca, além de não divulgar as demais atividades da cadeia produtiva do turismo.



Figura 28: Página inicial do *site* das praias do Trairi criado pela AHTRA
 Fonte: www.praiasdotrairi.com acesso em 30/09/2007

²¹ www.praiasdotrairi.com.

Na figura 29, o folder institucional de divulgação das pousadas associadas à AHTRA, resultado de esforço conjunto para divulgação do destino, com o apoio institucional da Prefeitura Municipal do Trairi e SEBRAE.

Praias do TRAIRI
Praia do Mundaú
Trairi - Ceará - Brasil

Beleza primitiva

A apenas 140 km de Fortaleza, pela Rodovia Costa do Sol Poente. Mundaú é uma praia de águas calmas e cristalinas, localizada numa grande baía, protegida por 100 metros de arrecifes, a apenas 1 km da beira-mar. Dunas e coqueiros emolduram a praia. Barcos e canoas deslizando suavemente nas idas e vindas das pescarias eternizam a paisagem. No limite da foz do Rio Mundaú, a praia é margeada por densos manguezais e dunas brancas, o que garante passeios de rara beleza.

► **Onde ficar**

Praia de Flecheiras

Albatroz Pousada
Fones: (85) 9999 0341 / 9932 1087
albatrozpousada.hpg.com.br

Pousada Catavento
Fones: (85) 3351 3068 / 9981 2580
pousadacatavento.hpg.com.br

Pousada do Paiva
Fones: (85) 3351 3030 / 9981 8101
pousadadopaiva.com.br

Espaço Mataganza
Fones: (85) 3351 3114 / 9985 5609
orixasclub.com

Orixás Art Hotel
Fones: (85) 3351 3114 / 9985 5609
orixasclub.com

Pousada Vira Sol
Fones: (85) 3351 3020 / 9969 9735
pousadavirasol.com.br

Praias do Guajiru

Pousada Arco-Íris
Fones: (85) 3303 1606 / 9951 4941
arcoirisguajiru.com.br

Praias do Mundaú

Pousada Beach House
Fones: (85) 3351 9284 / 9921 0399
ewabeachbrasil.com.br

Pousada Cabôco Sonhadô
Fones: (85) 3351 9047 / 9975 6720
caboco.com.br

Pousada Estrela de Mundaú
Fones: (85) 3351 9063
estrela.cc

Pousada das Marés
Fones: (85) 3351 9092 / 9983 0804
pousadadasmares.com.br

Mundaú Dunas Hotel
Fones: (85) 3351 9011 / 9603 9881
mundau.com.br

Pousada Sol Poente
Fones: (85) 3087 7371 / 8827 5080
solpoente.com.br

Pousada Sombra dos Coqueiros
Fones: (85) 3351 9077 / 9998 9277

► **Como chegar**

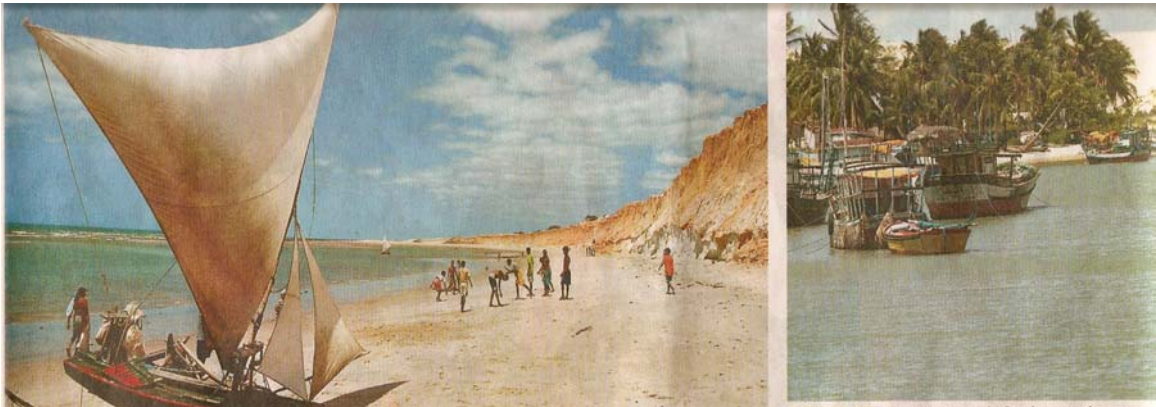
Mapa de localização das pousadas e hotéis em Trairi, Ceará, mostrando a proximidade com Fortaleza e a Rodovia Costa do Sol Poente.

Logotipos:
- Prefeitura Municipal de Trairi: **TRAIRI** MARCO DE UM NOVO TEMPO!
- **AHTRA** ASSOCIAÇÃO DE HOTÉIS E POUSADAS DO TRAIRI
- **SEBRAE** CE

Figura 29: Folder institucional das pousadas associadas à AHTRA

Fonte: AHTRA, 2006

Na figura 30, tem-se matéria de jornal, na qual se destaca a importância do associativismo e da cooperação para o desenvolvimento e divulgação dos destinos turísticos no Ceará, apresentando as praias do Trairi como pioneiras na iniciativa, exemplo para as demais associações criadas em outras regiões do Estado. O modelo associativista contribui para dinamização do capital social dos empreendedores e este é um dos indicadores do arranjo produtivo local.



Q A ASSOCIAÇÃO dos Empreendedores de Canoa Quebrada tem contribuído para a divulgação turística da praia FOTO: DIVULGAÇÃO

Q TRAIRI FOI a primeira região do Ceará que recebeu uma associação de empreendedores do turismo FOTO: MIGUEL PORTELA

Associações nos pólos turísticos

A idéia do associativismo para o desenvolvimento de uma região foi bastante difundida nos últimos anos pelos empreendedores das regiões turísticas do Estado do Ceará

A divulgação do turismo no litoral, nas serras e no sertão cearense passou a contar, nos últimos anos, com um forte aliado: as associações formadas por grupos de hotéis, donos de pousadas, barracas de praia e restaurantes. Essas associações, capitaneadas pelo Sebrae/CE, contribuem, significativamente, para o desenvolvimento e a qualificação do turismo cearense.

Coube ao litoral Oeste, precisamente aos donos de pousadas do Trairi, a criação da primeira associação do Ceará, a Associação dos Hotéis e Pousadas do Trairi (Ahtra). Criada em 1999, a Ahtra conta atualmente com 16 associados.

O atual presidente, Delcy Carvalho, informa que a Ahtra tem promovido diversos eventos na região, aumentando o fluxo turístico nas praias.

Ainda no litoral Oeste, Taíba também instalou a Associação dos Empreendedores da Praia da Taíba (Apta). Fundada em 2003, a associação apresenta atualmente 22 membros (donos de pousadas, restaurantes, barracas de praias e lojinhas).

A presidente Lucilene Pereira Gonçalves destaca o Luau dos Pescadores e o Festival do Escargot como dois fortes eventos promovidos pela associação e que têm conseguido resultados satisfatórios em relação ao número de visitantes.

Litoral Leste

A Associação dos Empreendedores de Canoa Quebrada (Asdecq), criada em 2003, deu a esta praia do litoral Leste cearense uma forte contribuição para o seu desenvolvimento turístico com qualidade. "O Sebrae/CE sempre foi nosso grande parceiro, promovendo oficinas e treinamentos na área de turismo e hotelaria e realizando eventos e promoções em Canoa Quebrada", informa Luís Nogueira, presidente da Asdecq. Atualmente, a associação conta com 43 associados (donos de pousadas, restaurantes, barracas de praias e lojistas).

O litoral Leste conta ainda com outra associação, a Associação dos Empreendedores Turísticos de Aquiraz (Aeta). Criada há três anos, a Aeta é formada por 20 associados das áreas de hotelaria, gastronomia e agências de viagens. O presidente da Aeta, Cláudio Vischioni, destaca algumas ações da associação em busca do aumento do fluxo turístico da região. Dentre elas, a participação em várias feiras nacionais e internacionais de turismo, como a Bolsa Internacional de Turismo de Milão e a participação no Congresso da Abav 2007 - Feira das Américas.

O associativismo também se faz presente no Maciço de Baturité, com a criação, há seis anos, da Associação dos Empreendedores de Turismo da Serra de Baturité (ATSB), formada por 12 associados, dos ramos da hotelaria e gastronomia. E a região do Cariri conta, desde de 2003, com a Associação Caririense de Hotéis, Restaurantes e Similares (Acarih). Formada por 13 associados, a associação busca divulgar a vocação turística do Cariri para o turismo ecológico, de aventura e cultural. ■

Mais informações

Ahtra (Trairi) - (85) 3272.7115

Apta (Taíba) - (85) 3315.6002

Asdecq (Canoa Quebrada) - (88) 3421.7323

Aeta (Aquiraz) - (85) 3361.5543

ATSB (Maciço de Baturité) - (85) 3321.1316

Acarih (Cariri) - (88) 3571.2026

Figura 30: Matéria sobre associações de pousadas nos pólos turísticos do Ceará
Fonte: Jornal Diário do Nordeste, Caderno Turismo, 9/11/2007

Apesar dos resultados do trabalho associativo, não se observa ainda grau significativo de inovação e aprendizado conjunto das empresas do setor de hotelaria e restaurantes, na região estudada, desenvolvendo-se ainda a atividade de forma tradicional. As atividades beneficiam-se de aspectos naturais favoráveis do local, sem planejamento e aplicação de estratégias de longo prazo que possibilitem a

sustentabilidade ambiental do destino e a manutenção da competitividade das empresas.

5.2. Pesca artesanal

A costa brasileira é de aproximadamente 8.000 km de extensão, explorada consecutivamente na história nacional, a começar pela colonização pelos portugueses, espanhóis e holandeses, mudando o curso da história do Brasil. A ocupação do litoral dá-se por diferentes grupos culturais, inclusive por determinados invasores que se destacaram pelas técnicas de guerra, estratégias políticas e novas práticas sociais.

A faixa litorânea, assim, é palco de ciclos econômicos, pau-brasil, cana-de-açúcar, café, tendo, recentemente, se estabelecido o turismo. A ocupação do espaço litorâneo delineia os arranjos territoriais e desenhos urbanos de metrópoles, cidades e comunidades costeiras. No território, produz-se infra-estrutura com construções de rodovias, ferrovias, portos, desencadeando o processo de urbanização do litoral. Os territórios são modelados conforme as necessidades econômicas e sociais determinadas pelo poder vigente, em contraposição a grupos de resistência, lembrando Haesbaert (2006, p. 7) que:

A destruição e reconstrução de regiões e/ou de territórios faz parte de um movimento permanente, intrínseco aos grupos sociais. O que é imprescindível analisar os níveis/velocidades e amplitude em que se dão, os agentes ou sujeitos que os produzem e as relações de poder que estão em jogo.

Comunidades pesqueiras são grupos que ocupam tradicionalmente o litoral, sendo a pesca fonte de renda de comunidades, principalmente na região Nordeste. A pesca industrial, em grande escala, é voltada para o mercado externo, praticada em paralelo com a pesca artesanal de comunidades litorâneas, muitas vezes para abastecimento e sobrevivência. A carcinicultura amplia-se com privatização de Áreas de Preservação Permanente (APP), impactando espaços e

infligindo a legislação ambiental, com comprometimento da qualidade ambiental de ecossistemas marinhos.

A produção estimada e a participação relativa da pesca extrativista e da aquicultura, nos estados da Federação, em 2005, estão no quadro 14, onde se observa a importância do Nordeste, especialmente do Ceará, na produção da pesca.

Regiões e Unidades da Federação	Pesca extrativa				Aquicultura		Total (t)
	Industrial	%	Artesanal	%	Total	%	
BRASIL	232.429,5	23	518.963,5	51,4	247.780	25,5	1.009.073
Norte	16.115	6,6	209.164	85,3	19.984	8,1	245.263,5
Rondônia	0	0	2.329	35,9	4.151	64,1	6.480
Acre	0	0	1.487,5	42,4	2.023	57,6	3.510
Amazonas	0	0	55.412,5	90,9	5.515	9,1	60.927,5
Roraima	0	0	783	28,5	1.967	71,5	2.750
Pará	16.022	10,9	128.523	87,5	2.350	1,6	146.895,5
Amapá	93	0,5	18.907	97,6	378	2	19.378
Tocantis	0	0	1.722	32,4	3.600	67,6	5.322
Nordeste	11.433	3,6	215.927	67,1	94.329	29,3	321.689
Maranhão	0	0	62.532,5	98,1	1.010	1,6	63.542,5
Piauí	0	0	5.017	54,8	4.138	45,2	9.155
Ceará	1.200	1,9	28.484,5	44,5	34.336	53,6	64.020,5
Rio Grande do Norte	5.132	11,1	15.054	32,6	26.023	56,3	46.209
Paraíba	765,5	8,7	6.165	69,8	1.908	21,6	8.838,5
Pernambuco	4.335,5	16,8	16.828	65,2	4.635	18	25.798,5
Alagoas	0	0	8.594	68,6	4.395	31,4	13.989
Sergipe	0	0	7.181,5	58,5	5.098	41,5	12.279,5
Bahia	0	0	65.070,5	83,6	12.786	16,4	77.856,5
Sudeste	67.170,5	41,9	60.225,5	37,5	33.074	20,6	160.470
Minas Gerais	0	0	11.674	67,7	5.559	32,3	17.233
Espírito Santo	0	0	16.983	80,4	4.138,5	19,6	21.121,5
Rio de Janeiro	47.408,5	70,7	17.361,5	25,9	2.287,5	3,4	67.057,5
São Paulo	19.762	35,9	14.207	25,8	21.089	38,3	55.058
Sul	137.711	58,2	21.972,5	9,3	76.902,5	32,5	236.586
Paraná	0	0	2.728	13,5	17.530	86,5	20.258
Santa Catarina	106.382	20,1	9.259,5	6,1	36.035,5	23,8	151.677
Rio Grande do Sul	31.329	48,5	9.985	15,4	23.337	36,1	64.651
Centro-Oeste	0	0	11.574,5	25,7	33.490	74,3	45.064,5
Mato Grosso do Sul	0	0	4.756	38,5	7.591	61,5	12.347
Mato Grosso	0	0	5.421	24,5	16.710	75,5	22.131
Goiás	0	0	1.110	11,4	8.617	88,6	9.727
Distrito Federal	0	0	287,5	33,4	572	66,6	859,5

Quadro 14: Produção estimada e participação extrativa industrial, artesanal e aquicultura no Brasil

Fonte: IBAMA, 2005

A participação do Ceará na produção pesqueira nordestina é significativa, observando-se ainda que a pesca artesanal sobressai à industrial, no Brasil, a última representa 23% da produção de pescado, ao passo que, no Ceará, a produção industrial tem participação insignificante de 1,9%. A pesca artesanal representa 51,4% da produção brasileira de pescado, no Nordeste, o percentual é de 67,1% e, no Ceará, 44,1%. Os dados confirmam a importância da pesca tradicional das comunidades litorâneas cearenses, não só como traço cultural, mas também como geração de renda e fornecedora de alimento.

A atividade pesqueira do Estado, segundo o Relatório de Monitoramento da Atividade Pesqueira no Litoral do Brasil (SEAP, 2006, p. 95) é desenvolvida em três categorias distintas de sistemas de produção:

- De pequena escala, por barcos à vela (canoas, botes e paquetes), geralmente geleiros²², com comprimento de no máximo 8 m, de curto raio de ação que capturam, desembarcam e comercializam a produção em áreas adjacentes e respectivas comunidades pesqueiras de origem;
- De média escala, de embarcações motorizadas, com 8 m a 15 m de comprimento, geleiros, casco de madeira, geralmente com cabine no convés, com raio de ação intermediário, que capturam e desembarcam pescado no Estado, cuja produção, via de regra, é entregue diretamente às empresas de pesca;
- De grande escala, industrial, com barcos de ferro, frigorífico a bordo, de comprimento acima de 15m, que desenvolvem pescarias, invariavelmente, fora do Estado, embora a produção seja beneficiada e comercializada por empresas com sede no estado.

No Trairi, o sistema de produção do pescado enquadra-se, na maioria, na primeira categoria.

A produção de pescado do litoral cearense em 2005, foi, na maior parte de peixes (15.062 toneladas) e de crustáceos (3.357 toneladas), é a produção de moluscos é insignificante (1,9 toneladas). Entre os crustáceos, destacaram-se a lagosta (vermelha e verde) e o camarão (branco, rosa e sete barbas), preferência dos sistemas de produção de média e grande escala, embora também capturado por barcos à vela.

A produção anual de pescado marinho e de estuário do Estado oscila de 14,2 a 18,9 mil toneladas/ano, entre 1996 e 2005, evidenciada a evolução da pesca de pequena escala, com a capturação, principalmente, de peixes, haja vista que a participação relativa na produção estadual cresce de 49% para 58%, no mesmo período.

²² Geleiros – Estrutura de conservação do pescado com barras de gelos.

A prática da pesca predatória tem contribuído significativamente para a queda de captura de lagostas, um dos principais recursos pesqueiros do Estado (em volume e em valor total). Tendência semelhante tem sido observada na pesca de camarão e pargo, segundo pescadores e estatísticas.

A pesca marinha e estuarina são preponderantemente artesanais e executadas por barcos a vela, tendo sido, em 2005, conforme dados da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP) responsável por 54,7% da produção de pescado desembarcada no Estado do Ceará (18.421,4 toneladas) e pelo emprego direto de um contingente estimado de 17 mil pescadores, distribuídos em mais de 100 comunidades pesqueiras, ao longo de seus 21 municípios litorâneos.

Na produção e valor total de pescado por município, em 2005 (quadro 15), destacam-se Camocim, Itarema e Acaraú. Trairi ocupa a sétima posição, com 4,6% da produção total do Estado.

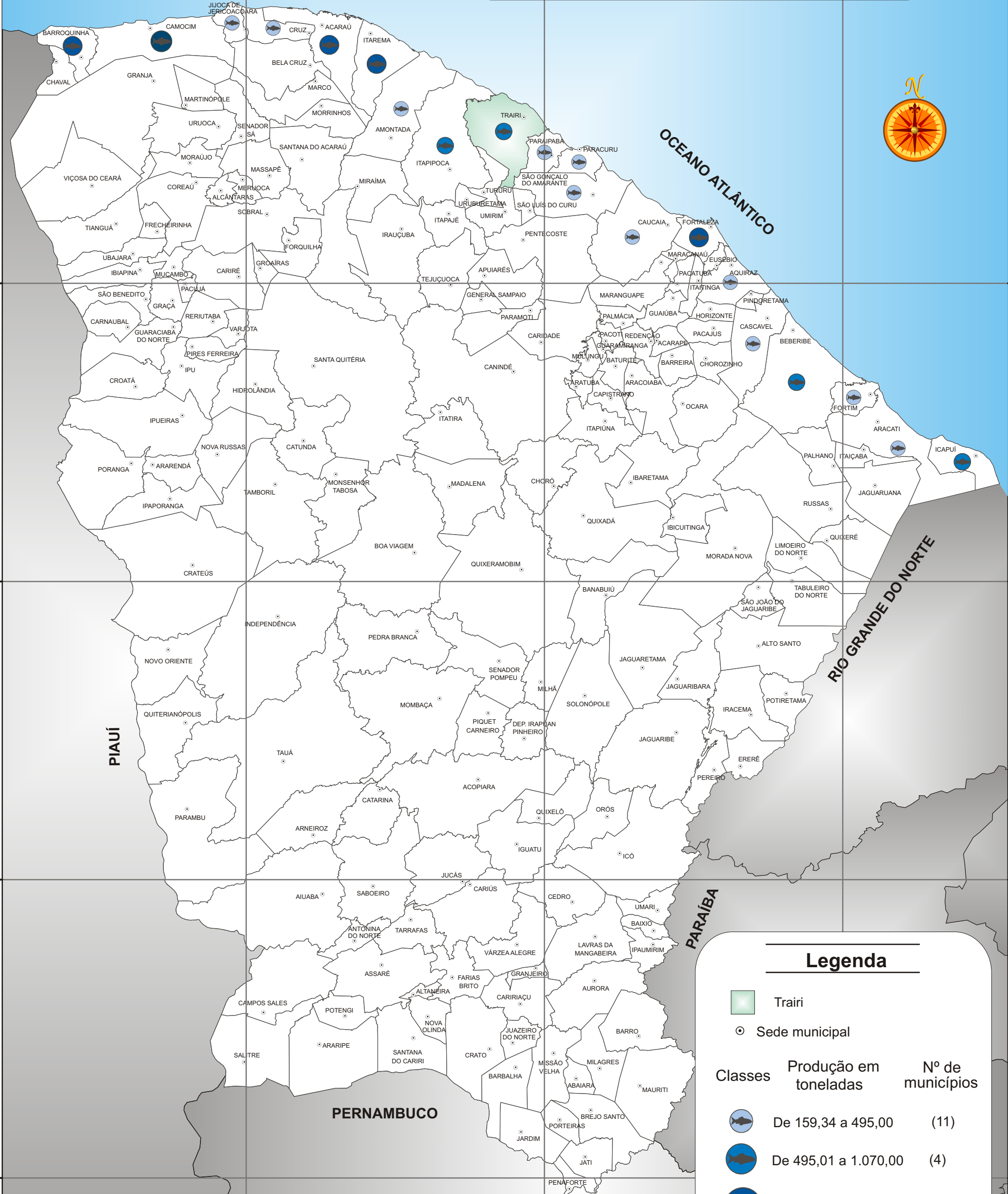
Municípios	Produção estimada (toneladas)	Valor total da Produção (R\$)	%
Icapuí	630,5	9.735.216,5	6,7
Aracati	429,2	4.233.144,3	2,9
Fortim	437,2	5.890.519,6	4,1
Beberibe	932,3	9.613.443,9	6,6
Cascavel	430,2	2.994.048	2,1
Aquiraz	305,2	1.521.874,1	1,1
Fortaleza	1.593	13.675.135,8	9,5
Caucaia	213,2	1.033.947,3	0,7
São Gonçalo do Amarante	266,3	1.541.307,1	1,1
Paracuru	443,6	1.929.888,4	1,3
Paraipaba	96,3	629.953,7	0,4
Trairi	730,3	6.630.283,9	4,6
Itapipoca	478,6	3.430.191,6	2,4
Amontada	262,8	3.379.317,8	2,3
Itarema	1.467,5	21.255.238,2	14,7
Acaraú	1.761,1	22.302.379,2	15,4
Cruz	312,2	1.386.216,1	1,0
Jijoca	143,5	304.541,4	0,2
Camocim	6.138,1	29.890.087,4	20,7
Barroquinha	1.350,3	3.199.240,4	2,2
TOTAL	18.421,3	144.575.972,4	100,0

Quadro 15: Produção e valor total da produção desembarcada no Estado do Ceará por município, no ano de 2005

Fonte: SEAP (2006)

O mapa 5 faz o mapeamento da produção de pescado marítimo de estuário, no Ceará, em destaque os municípios com maior produção por tonelada. O município do Trairi enquadra-se na segunda categoria de produção, com 495 a 1070 toneladas, juntamente com os municípios de Itapipoca, Beberibe e Icapuí.

PRODUÇÃO DE PESCADO MARÍTIMO
E ESTUARINO - 2004



Legenda

Trairi

Sede municipal

Classes	Produção em toneladas	Nº de municípios
	De 159,34 a 495,00	(11)
	De 495,01 a 1.070,00	(4)
	De 1.070,01 a 2.100,00	(4)
	De 2.101,00 a 5.327,37	(1)

Base Cartográfica: IPECE, 2005.
Vetorização e Edição: Ardenio Bezerra Quintiliano, 2007.

A frota pesqueira marinha e de estuário do Estado é de 7.431 embarcações, e os dados de 2006 e 2007 pouco alteram a realidade, conforme a SEAP. O quadro 15 mostra, em destaque, os municípios de Icapui (12,7%), Aracati (10,3%), Fortaleza (8,5%), Trairi (8,0%), Beberibe (6,8%) e Camocim (6,8%). Vale ressaltar que, em Fortaleza com 117, e Camocim, com 17 unidades, se concentra a frota industrial, enquanto que maior número de barcos menores – botes a vela, é verificado nos municípios de Fortaleza (101), Paracuru (93), Aracati (83) e Beberibe (16).

Municípios	Bote a vela	Bote a remo	Paquete	Canoa	Jangada	Lancha	Lancha industrial	Bote motorizado	Catamarã	Paquete motorizado	Total	%
Icapuí	321	3	377	0	4	194	0	43	1	0	943	12,7
Aracati	23	83	394	108	38	117	0	4	0	0	767	10,3
Fortim	26	2	335	7	9	81	0	27	0	0	487	6,6
Beberibe	10	61	296	1	76	52	0	3	4	0	503	6,8
Cascavel	3	4	167	0	27	36	0	5	0	0	242	3,3
Aquiraz	0	5	162	0	42	0	0	0	0	0	209	2,8
Fortaleza	18	101	197	1	90	110	117	0	0	1	635	8,5
Caucaia	0	1	107	1	6	2	0	1	0	0	118	1,6
São G. do Amarante	0	14	187	0	11	3	0	0	0	0	195	2,6
Paracuru	4	93	169	14	5	4	0	0	0	0	289	3,9
Paraipaba	0	19	114	3	1	0	0	0	0	0	137	1,8
Trairi	10	16	384	158	0	27	0	3	0	0	598	8,0
Itapipoca	5	1	188	146	0	3	0	1	0	0	344	4,6
Amontada	10	0	44	218	0	3	0	8	0	0	283	3,8
Itarema	55	2	73	78	0	152	0	4	0	0	364	4,9
Acaraú	17	9	37	263	0	161	1	4	0	0	492	6,6
Cruz	1	1	23	99	0	8	0	0	0	0	132	1,8
Jijoca	0	0	3	43	0	2	0	0	0	0	48	0,6
Camocim	82	0	9	313	0	82	17	0	0	0	503	6,8
Barroquinha	1	0	1	140	0	0	0	0	0	0	142	1,9
TOTAL	586	415	3.247	1.593	309	1.037	135	103	5	1	7.431	100
%	7,9	5,6	43,7	21,4	4,2	14	1,8	1,4	0,1	0	100	

Quadro 16: Distribuição da Frota cadastrada no Estado do Ceará, por município, no ano de 2005

Fonte: SEAP, 2006

Figuras 31 e 32: tipo de embarcação de maioria de pescadores cearenses.



Figura 31: Embarcação à vela utilizada para pesca nas Praias do Trairi

Fonte: landra Nascimento, 2007



Figura 32: Pescador artesanal em Flecheiras – Trairi

Fonte: landra Nascimento, 2007

A pesca, no Brasil, não segue padrão de organização, ao longo dos anos, o que pode ser notado pelas políticas públicas e o modelo de gestão que, no âmbito federal, estadual ou municipal, tem passado por transformações e fragilidades, demonstrando que os governos atuam em dois sentidos: estabelecimento de regulamentações e concessão de incentivos à produção.

A legislação e a regulamentação foram estabelecidas inicialmente com a criação da Superintendência para o Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), que

regula a extração do pescado, sem se preocupar em levantar dados específicos, diagnosticar estoque de pescado nacional. Em 1989, o Governo Federal extingue o órgão e as atribuições e competências passam para o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal.

Entre as contradições da gestão pública, destaca-se a política de incentivo à produção pesqueira, com início em 1967, com a promulgação do Decreto-lei 221. Até a década de 1960, a economia pesqueira, no Brasil, era predominantemente artesanal, para atender o mercado interno. Pela política de incentivos fiscais à pesca, desenvolveu-se a pesca industrial, voltada, preferencialmente, para o mercado externo. O Decreto permitiu deduções tributárias para investimentos, em projetos pesqueiros, além de isenção de impostos e taxas federais para importação de máquinas, equipamentos e instrumentos em geral. Os incentivos fiscais, no período de 1967 a 1986, contribuíram, significativamente, para ampliar a produção nacional de pescado e o parque industrial. Para Abdallah e Jorge P. Castello (1998, p. 1) a política de incentivos fiscais à pesca compromete o futuro da atividade:

[...] durante os anos iniciais dessa política de incentivos à pesca (de 1967 a 1972), do total dos recursos captados, 91% foram investidos na indústria, captura, administração e comercialização, não sendo identificado investimento algum na área de pesquisa e levantamento de dados, sendo que 78% desses recursos foram captados no período inicial dessa política (de 1967 a 1974). Destaca-se, aqui, a pouca atenção dada à questão do estoque de pescado.

A realidade é que os pescadores estão se afastando cada vez mais da costa litorânea, pela carência de cardumes na região. Diante do relato histórico e das atuais reivindicações, questiona-se, com preocupação, a sustentabilidade dos recursos pesqueiros. É como se tivesse proposto a mesma trajetória de desenvolvimento ao setor pesqueiro, idêntica à da época de comprovada exploração de recursos de alto valor comercial, agora próxima à exaustão de determinadas espécies.

Dessa forma, esboça-se a situação da atividade pesqueira em todo o litoral. O quadro da conjuntura nacional exhibe decréscimo de produção,

superexploração da biota marinha, ausência de equipamentos e maiores incentivos à pesca artesanal.

A realidade da costa cearense não difere em muito do restante do país: escassez dos aquíferos marinhos, ausência de recursos e equipamentos modernos. Pescadores expropriados, costumes e conflitos de terra em função da valorização do espaço como valor de troca. Com a expansão da atividade turística, no litoral cearense, intensificaram-se os conflitos de comunidades locais, principalmente, entre pescadores. Cita-se, como exemplo, a praia de Flecheiras, no município de Trairi, da costa litorânea oeste do estado. Conta-se a história do investidor de hotelaria, ao implantar seu empreendimento, sente-se incomodado com as embarcações de pesca, em frente de sua pousada, o que gerou conflito: as jangadas atrapalhavam a visão da pousada e não permitiam a passagem dos carros dos hóspedes. A postura antipática à comunidade contradiz a paisagem cearense, de embarcações ancoradas na praia e a cultura da prática pesqueira que passa de pai para filhos.

Assim, estabelecem-se conflitos entre empresas e comunidades, pelo uso e ocupação dos espaços de praia, manguezais e zonas de estuário. Com os empreendimentos, houve desorganização espacial pela desterritorialização, como no caso dos pescadores, assim explica Haesbaert (2004, p. 2):

Por outro lado, é na dimensão mais propriamente social da desterritorialização, tão pouco enfatizada, que o termo teria melhor aplicação, pois quem de fato perde o “controle” e/ou a “segurança sobre/em seus territórios são os mais pobres, aqueles que se encontram mais” desterritorializados “ou, em termos mais rigorosos, mais precariamente “territorializados””.

Pescadores são “desterritorializados”, sem poder e sem autonomia em mudar a situação. A atividade pesqueira, artesanal e industrial, tem vivenciado práticas predatórias que comprometem a qualidade do pescado e o equilíbrio da cadeia alimentar marinha, alterando a biota do lugar e, conseqüentemente, o pescado artesanal, ligado ao ecossistema manguezal. A ocorrência interfere diretamente na sobrevivência da comunidade.

Ampliam-se os desafios, na medida em que os interesses são subordinados aos do capital, ou seja, aos do consumo de espaço e não ao uso necessário. As comunidades pesqueiras inserem-se, dessa forma, em complexos e crescentes conflitos socioambientais, por não se respeitar os direitos dos povos do litoral, crenças, valores e cultura. Materializam-se os conflitos na especulação imobiliária, na ocupação desordenada do litoral, na pesca predatória e expansão dos criatórios de camarão marinho, tudo impactando ambientes e culturas.

A valorização do lugar passa pelo fator mercadológico, pela produção de imagem trabalhada que convence serem paisagens paradisíacas consumíveis. O aparato institucional público, em campanhas publicitárias milionárias dentro e fora do país, divulga a idéia em revistas, internet, *fun tour*²³, em variado composto promocional ofertado pelo *marketing*²⁴, que tenta convencer a todos.

O valor do espaço litorâneo atribuído pelos autóctones é apenas de espaço para uso e sobrevivência, para muitos, espaço sagrado. Os detentores da história são induzidos a negar a história, pois se priorizam histórias de empresas, firmas que expropriam terras de antigos donos. Acreditam alguns que o mar vai invadir as casas, quando, na verdade, as casas é que invadiram o mar. Privatiza-se o que não pode ser privatizado, e as leis são desrespeitadas. Os espaços tradicionalmente das populações locais são descaracterizados. Jangadas, pescadores e afazeres incomodam os novos moradores de praias, com carros tração 4 X 4 (quatro por quatro), hotéis e *resorts*. Entender os conflitos implica compreender a relação sociedade/natureza e verificar que os espaços foram transformados em mercadoria e objeto de consumo.

O município do Trairi, especialmente as praias, de pesca artesanal, vive este conflito: o moderno e o tradicional, o artesanal e o industrial. Os pescadores utilizam jangadas, barcos, canoas e rudimentares equipamentos.

²³ *Fun tour* – Ação de promoção turística.

²⁴ *Marketing* – Palavra de origem inglesa que corresponde ao mercado em movimento.

A figura 33 ilustra a entrada de pescadores no mar, com redes de pesca e instrumentos rudimentares tradicionais.



Figura 33: Pescadores ao mar na Praia de Mundaú capturam o pescado com redes de pesca

Fonte: Lima, 2007

As inovações de instrumentos de pesca relacionam-se às condições econômicas dos pescadores e do lugar. A história do lugar, contada pelos atores locais, relata que pescadores, na captura, arriscam a vida na maré alta, pescam a nado, com tarrafas e risco de afogamento. Diante da situação, turista alemão preocupou-se e perguntou por que não se utilizavam coletes salva-vidas, ao que responderam não ter dinheiro para comprá-los. O alemão improvisa equipamento com garrafas de refrigerante PET, amarradas e colocadas na cintura do pescador a flutuar na água dando-lhe segurança na pesca.

Figura 34: pescadores preparam-se para a entrada no mar, munidos de aparatos pesqueiros, garrafas de refrigerante amarradas na cintura.



Figura 34: Equipamento rudimentar para a pesca utilizada por pescadores na praia de Mundaú – Trairi

Fonte: Iandra Nascimento, 2007

Nas praias do Trairi, a atividade de pesca é em currais de peixes, processo simples de captura do pescado. São currais de estacas de madeira, próximo à praia, na maré baixa, o peixe é preso entre as estacas.

A seguir, a seqüência do processo de captura dos peixes em currais:



Figura 35: Currais de peixes na praia de Flecheiras – Trairi

Fonte: Iandra Nascimento, 2007

Para a organização da atividade, os pescadores, em Trairi, mantêm uma única associação que atende às praias do Município: Guajiru, Flecheiras, Emboaca e Mundaú. A Associação dos Pescadores e Pescadoras do Município do Trairi (APESMUT) foi fundada em março de 2006, com 226 associados. Pela legislação vigente, é permitida uma associação por município, cadastrada na Secretaria

Especial de Aquicultura e Pesca, garantindo aos pescadores direitos sociais, como seguro-defeso e financiamentos para aquisição de instrumentos, caçoeiras para pesca de lagosta e reforma de embarcações.

O quadro 17 apresenta o número de pescadores em atividades por praia no Município do Trairi.

Localidade	Quantidade de Pescadores
Mundaú	766
Emboaca	168
Flecheiras	264
Guajiru	168
Total	1.386

Quadro 17: Quantidade de pescadores por praia do Trairi

Fonte: Secretaria do Desenvolvimento da Agricultura Pesca e Recursos Hídricos do Trairi/Censo Sócio – Econômico (2006)

Em cada região, há uma colônia de pescadores (figura 36), e, em Trairi, o nível de organização deixa a desejar, com relação à articulação com o poder público e ao comprometimento das lideranças.



Figura 36: Colônia de Pescadores de Mundaú – Trairi

Fonte: Lima, 2007

Segundo lideranças e pescadores entrevistados, a cultura associativista existe no litoral, embora a experiência de organização de tradicionais colônias de pesca tenha sido marcada pela desarticulação, por falta de compromisso de

gestores e lideranças que não prestam contas a associados ou de administrações inoperantes. A associação veio como resposta à necessidade de organização da atividade e também como instrumento de acesso às políticas públicas do setor, objeto de críticas do presidente da associação dos pescadores²⁵, que considera que as políticas governamentais beneficiam, prioritariamente, os grandes produtores, com exigências de regulamentação inacessíveis aos pescadores tradicionais que produzem exclusivamente para o mercado interno. Para ele, a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP, criada pelo governo para atender ao setor, acaba por desenvolver políticas excludentes de produtores tradicionais, pelas exigências de regulamentação, com prazos para adequação dos pescadores, sem medidas educativas e estruturais.

Na interação com o turismo, a pesquisa apresenta baixo grau de integração entre as atividades, existindo conflito velado com empreendedores de pousadas, bares e restaurantes, que consideram as embarcações empecilho, e as famílias dos pescadores, como indesejados na praia. Para eles as praias devem ser reservadas aos turistas de classe privilegiada. Diz um pescador de Guajiru: “Como é que esses caras vendem a natureza e querem expulsar o natural?.” O único evento que tenta unir o pescador ao turismo é a regata anual da Praia de Emboaca, que em 2007, não acontece por falta de incentivo, organização e patrocínio.

As residências de pescadores mudam com o crescimento da atividade turística, é que, em Flecheiras, ocorre o processo de favelização, isto é, os pescadores, antes residentes na beira da praia são retirados. Pousadas e equipamentos ocupam lugares privilegiados impedindo a visão do mar. Os jovens são privados de entretenimento, pois o jogo de futebol informal, na beira do mar, incomoda os turistas, e o rádio com programas populares é coibido para não desagradar os hóspedes. Até mesmo o pescado, base da gastronomia, passa pela prática predatória dos atravessadores²⁶ que, em busca de maiores lucros, vendem a produção para indústrias de beneficiamento ou para exportação, encarecendo o produto e tirando-o da mesa da população, como relata pescador, ao dizer que as

²⁵ Pedro Edivan Santos Viana, atual presidente da Associação dos Pescadores do Município do Trairi.

²⁶ Atravessadores – Intermediários que utilizam a prática de compra de produtos levando-os diretamente para os grandes compradores dos centros urbanos.

famílias da comunidade, hoje, consomem muito mais carne do frango que o próprio peixe que produzem.

O turismo desencadeia sim conflitos e impactos socioambientais. Não há respeito aos valores, hábitos e costumes. A paisagem de velas ao mar ou embarcações na praia foi mudada. Os pescadores são expropriados dos direitos, por capricho de pequenos grupos que excluem o homem do mar do seu *habitat* natural.

5.3. Atividade emergente de Algueiras em Flecheiras e Guajiru

A prática de cultivo de algas marinhas, nas praias do Trairi, especificamente, Flecheiras e Guajiru, é uma atividade recente. A comunidade recebe orientação de pesquisador²⁷ da Universidade Federal do Ceará (UFC) e da ONG Instituto Terramar, sobre a importância das algas que passou a cultivá-las, como conta a moradora²⁸, uma das pioneiras. Relata a moradora que, há quinze anos, essa atividade era de forma extrativista, com danos à comunidade, que vinha sentindo as consequências, por desconhecimento de que era resultado de práticas de colheita.

A extração da vegetação das comunidades pesqueiras destruía o banco natural de algas, o que ocasionava desequilíbrio da cadeia alimentar marinha, não havendo preocupação com a sustentabilidade e o equilíbrio ambiental. A colheita extrativista, sem o replantio, há mais de trinta anos, causou a queda de 70% da produção do pescado. Nesse período, algumas famílias sobreviviam economicamente da colheita de algas, tendo, no entanto, desistido do negócio pela da baixa produtividade e rentabilidade.

²⁷ Darlio Teixeira, Engenheiro Bioquímico e Professor da Universidade Federal do Ceará.

²⁸ Moradora local e produtora de alga, conhecida como Dona Chinha – Maria Marques de Castro.

A figura 37 mostra a área na Praia de Flecheiras recoberta de algas marinhas, na maré baixa.



Figura 37: Banco Natural de Algas em Flecheiras
Fonte: Iandra Nascimento, 2007

O Jornal Diário do Nordeste ressaltava a forma extrativista do cultivo de algas em Trairi, em matéria de 27 de julho de 2006: durante anos, as comunidades pesqueiras do litoral cearense, como dos municípios de Trairi e Icapuí, extraíram algas marinhas sem se preocupar com questões como sustentabilidade e equilíbrio ambiental. Mesmo sendo a pesca a principal atividade econômica local, as algas sempre tiveram um papel essencial na comunidade: tanto econômico, como complemento da renda familiar, como social, garantindo ocupação para mulheres e jovens. Nos últimos cinco anos, entretanto, essa realidade mudou para os pescadores das praias de Flecheiras e Guajiru que viram dobrar o volume de peixes recolhidos por suas redes. Se antes pescavam de quinze a vinte quilos como uma boa produção diária, nos últimos tempos conseguem-se até quarenta quilos de camarão, lagosta, sirigado, cioba, entre outros.

O volume de pescado, atualmente, dá-se pela mudança de prática da colheita de algas, que está na base da cadeia alimentar. O cultivo ordenado, ambientalmente correto, tem provocado a multiplicação de peixes. Preservam-se os bancos naturais das praias de Trairi, aumentando a renda dos pescadores.

A Associação dos Produtores e Produtoras de Algas de Flecheiras e Guajiru (APAFG), fundada em 2005, foi criada por iniciativa da comunidade, inicialmente motivada pelas pesquisas com apoio da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e apoio das Instituições. Conta

com onze famílias associadas, em torno de trinta e cinco membros. As famílias foram capacitadas à prática correta do cultivo de algas. Essa consciência, tem-na um grupo de alqueiras em visita a cinco escolas para, a chamada Caravana Ambiental, dar palestras sobre a importância das algas e a preservação ambiental.

O Projeto é desafiador, necessita de tecnologia e infra-estrutura moderna. Por meio desses atores, Instituições e comunidade têm-se os recursos necessários para o que se quer atingir, com prática limpa de cultivo. Desde 1999, inicialmente, com vinte e duas famílias de Flecheiras e Guajiru, mudou-se a prática do cultivo dos bancos naturais de algas, passando a cultivá-las em cordas submersas no mar.

O novo cultivo segue este processo: as mulheres coletoras de algas (alqueiras), nas marés baixas, extraem as mudas, depois, cerca de 40 pessoas enxertam-nas e as amarram em estruturas de cordas (uma corda central de cinqüenta metros a que estão presas outras cinqüenta de um metro). Fixadas as mudas, as cordas são levadas ao mar pelos pescadores e ficam ancoradas durante sessenta dias, tempo de maturação para o crescimento das plantas.

Com as cordas submersas, é preciso fazer a manutenção, removendo outras algas e pequenos moluscos que, agarrados a elas, atrapalham o crescimento da gracilária (tipologia de alga) e provocam cortes nas pessoas na colheita. As cordas retiradas do mar chegam a pesar 200 quilos por causa das plantas e da água salgada e são transportadas por tração animal até o galpão da associação de moradores, onde as alqueiras, sentadas no chão, com pequena faca, dedicam-se pacientemente a soltar a gracilária. Por fim, as plantas são lavadas de forma meticulosa retirando o máximo de impurezas e seguem para o secador, e estão prontas para a venda.

Nessa etapa, conta-se com um secador a energia solar, criado pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Energia Renováveis (IDER). O aparelho seca o material em cerca de três horas (1/3 do tempo do convencional) e custa R\$ 3,5 mil (1/3 do preço de mercado de equipamentos similares).

Figura 38: separação e lavagem das algas. Homens e mulheres unem-se em torno da mesa de lavagem a prepará-las para o cultivo.



Figura 38: Mesa de separação e lavagem das algas para secagem

Fonte: IDER, 2006

Figura 39 mostra alqueiras trabalhando na preparação das cordas para o plantio no mar.



Figura 39: Preparação dos molhos de cordas com algas

Fonte: IDER, 2006

Figura 40: colocação de cordas das algas no mar.



Figura 40: Colocação das cordas de algas (glacilária) no mar
Fonte: IDER, 2006

O trabalho é feito em área de 800 por 500 metros no litoral de Flecheiras, tido como grande conquista pela associação, por estar instalados em área privilegiada, na entrada da praia, de frente para o mar. Desse modo a comunidade assume novos territórios, e impõe-se como atores locais apropriando-se do que lhe é de direito. Sobre território afirma Haesbaert (2005, p. 10):

[...] envolve sempre, ao mesmo tempo [...], uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de “controle simbólico” sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar [e político-econômico, podemos acrescentar]: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos.

São doze estruturas de cinquenta metros cada uma, com produção bimestral de 2.200 a 2.500 quilos de algas molhadas. A infra-estrutura é um galpão, secador natural, secador solar, mesa de preparação, caixas d’água e barraca de praia, com o suporte da energia solar. Parte dos valores para a construção do Centro de Produção foi da Organização Não Governamental Amigos da Prainha do Canto Verde, além disso, encontra-se em negociação com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em parceria com a Prefeitura de Trairi, os recursos para aquisição de materiais, móveis e equipamentos.

Com o Cultivo Comunitário de Macroalgas, projeto cadastrado no Banco de Tecnologias Sociais da Fundação Banco do Brasil, é afastada a ameaça de extinção da planta, pois a comunidade tomou consciência de que o cultivo necessita de equilíbrio ambiental. A glucilária contém gel, agar, usado como matéria-prima nas indústrias alimentícia, farmacêutica e de cosméticos. Em 2007, o projeto é finalista do prêmio internacional *The World Challenger* da BBC de Londres²⁹ que premia iniciativas de preservação ambiental no mundo inteiro. A figura 46 mostra matéria veiculada em jornal local.

Figura 41: estrutura física do galpão de produção de Algas em Flecheiras e o processo de produção.



Figura 41: Galpão no Centro de Produção de Algas
Fonte: Lima, 2007

²⁹ Matéria em jornal sobre prêmio internacional onde concorre o projeto S.O.S. Algas em Flecheiras
Fonte: Jornal O Povo , Caderno Cotidiano, 14 de novembro de 2007.

Na figura 42, o secador natural faz a pré-secagem das algas. É montado em estrutura simples e utiliza-se matéria-prima do lugar.



Figura 42: Secador Natural de Algas
Fonte: Lima, 2007

Figura 43: secador solar com a retirada da alga seca e pronta para consumo.



Figura 43: Secador Solar de Algas
Fonte: Iandra Nascimento, 2007

A figura 44 mostra equipamento utilizado para aproveitamento da energia solar com a orientação do Instituto de Desenvolvimento de Energias Renováveis.



Figura 44: Utilização de energia solar no cultivo de algas
Fonte: Iandra Nascimento, 2007

Figura 45: armazenagem das algas para embalagem, venda e expedição.



Figura 45: Algas preparadas para expedição
Fonte: Iandra Nascimento, 2007

O cultivo da espécie obedece ao CICLO DO CULTIVO DE ALGAS. Inicia pela construção de estruturas de cordas, no mar; coleta das mudas (sementes) e confecção dos molhos; plantação, lançamento das cordas no mar; manutenção/ limpeza; colheita após quarenta e cinco a sessenta dias; separação e lavagem das algas, secagem, pesagem, transporte, embalagem e comercialização. Há hierarquia

e disciplina para bons resultados (figura 46). Há disciplina nas atividades e monitoramento do processo. Um erro pode comprometer a qualidade da espécie.

A comunidade participa ativamente do processo. Parte dos envolvidos são mulheres e filhos de pescadores, deles orgulhosos por poder fazer parte de atividade que lhes traz benefícios, e do desenvolvimento sustentável. São conscientes da utilização correta dos recursos naturais. Os benefícios não são somente financeiros, antes de tudo sentem-se felizes por conhecerem novas pessoas interessados nas algas e têm respeito ao seu trabalho.



Figura 46: Ciclo do cultivo de Algas
Fonte: landra Nascimento, 2007

O cultivo correto aumenta a produtividade e qualidade, o ganho das famílias, agora motivadas. Essa atividade é uma maneira sustentável de subsistência. O preço é mais atrativo: segundo líder local, o quilo custa R\$ 2,50, bem mais que R\$ 0,30 de antes. Ao arrancarem as algas, o que reduzia a produtividade, as alqueiras obtinham renda de R\$ 60,00 por mês, com a técnica do cultivo podem ganhar até R\$ 300,00. Sobre esta realidade, morador local, pai de quatro filhos, diz que:

Com essa diferença, fiz uma reforma lá em casa, comprei equipamentos de pesca e agora estou fazendo um barco maior, para trabalhar em alto-mar. É bom contar com uma renda certa, sem ficar a mercê da chuva e do calor, que afetam a pesca.

De acordo com pesquisador da Universidade Federal do Ceará, a maior produção de algas – e conseqüente aumento do pescado – beneficiou, direta e indiretamente, cerca de cinco mil moradores de duas comunidades. “Como a cidade vive dos frutos do mar, a economia local se tornou mais dinâmica”. Por enquanto, as estruturas de cordas para o cultivo das algas são comunitárias, mas a intenção é que cada família tenha a sua. Os produtores de algas de Trairi também vislumbram fábrica de cosméticos na região para absorver a produção. “Nosso sonho é ter uma fábrica que compre direto da gente e gere mais empregos aqui”, diz uma alqueira³⁰, membro da Associação de Produtores de Algas de Flecheiras e Guajiru. Os produtores, que antes tinham como cliente a fábrica paraibana Agar Brasileiro, hoje atendem a quatro indústrias nordestinas. A expectativa é abastecer a mais de 30 empresas nos próximos anos.

O trabalho tem proporcionado mudanças dos hábitos, as pessoas participam da preservação do ambiente, utilizando tecnologia diferenciada de aqüicultura sustentável, respeitam o processo do ciclo de cultivo de algas e conseguem alternativa a mais de renda. Com resultados positivos do projeto em Trairi, em 2001, a técnica de cultivo de algas é levada para o Rio Grande do Norte e Paraíba, pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). A entidade investiu R\$ 60 mil para pesquisa e produção de estruturas de cordas no Ceará. Em 2006, financiamento de R\$ 50 mil, de agência ambiental do

³⁰ Marta Helena Dias Viana – Associada Fundadora da Associação dos Produtores e Produtoras de Algas de Flecheiras e Guajirú – APAFG.

governo alemão, a (GTZ), foi empregado em aperfeiçoamento e equipamento, demonstração de confiança no potencial do projeto, que pode ganhar relevância nacional. Isso porque o aumento da produção de algas reduz a dependência da gracilária importada, colhida principalmente no Chile. “Atualmente, o país produz menos da metade das algas que consome. Com a expansão do cultivo aqui e a reprodução da técnica em outras comunidades, essa situação está com os dias contados”, afirma o pesquisador. Conforme o Instituto Terramar (2005),

O cultivo é uma tecnologia social que persegue o desenvolvimento socioambiental das populações tradicionais. Nesse contexto as ações pensadas no âmbito do projeto são: troca de experiências sobre cultivo de algas entre produtores e produtoras de algas do Ceará e do Nordeste; pesquisas e testes de diferentes técnicas de produção; promoção de formação e reflexão sobre a gestão da produção; debates em torno da educação ambiental e fortalecimento dos grupos de produção.

Os da atividade são visíveis. Os benefícios trazidos diretamente às famílias e indiretamente ao lugar, Praia de Flecheiras e Guajiru, podem ser avaliados pelo aumento da auto-estima das pessoas, maior renda proporcionando melhores instalações de equipamentos e infra-estrutura em suas casas. Comenta associada e moradora da comunidade³¹. “Mudou tanta coisa, tanta descoberta. Hoje é uma felicidade”. Há dez anos, ela precisava respirar fundo para complementar a escassa renda do marido pescador. Ela e outras mulheres se aventuravam na coleta das algas em bancos submarinos, mas nem sempre foi assim. “A gente mergulhava nós mesmas. Só que não havia nenhuma preocupação com nada. Não nos importávamos com a qualidade, segurança, nem com a questão ambiental”.

Apesar dos ganhos ambientais e sociais da comunidade, com o desenvolvimento do projeto, constata-se que economicamente a atividade ainda não é completamente auto-sustentável. A capacidade produtiva ainda é limitada pela condição das famílias de realizar a manutenção das cordas no mar. Algumas não contam com jovens que possam realizar o trabalho com maior proveito, sendo que muitas associadas são mulheres em idade avançada que não têm filhos ou outros familiares para esse serviço. Nesses casos, a participação na produção é apenas na limpeza e seleção de algas ou preparo das cordas para plantio.

³¹ Algueira da Associação dos Produtores e Produtoras de Algas de Flecheiras e Guajiru (2007).

A realidade reduz a produtividade da associação e, embora exista mercado garantido para absorver a produção, o que é produzido, hoje, cobre os custos e garante a complementação de renda, ainda pouco significativa. Os ganhos são repartidos de acordo com a produção de cada família e os meios de produção são comunitários.

Tal constatação levou o grupo a buscar alternativas, sempre sob a orientação de instituições de apoio, visando agregar valor ao produto e integrar a atividade à cadeia produtiva do turismo. Assim, estão sendo, pouco a pouco, introduzidos novos produtos à base de algas, como artesanato, cosméticos e alimentos. Alguns jovens e mulheres têm sido capacitados pelas instituições de apoio, mediante treinamentos e orientação técnica na produção de sabonetes, xampus, hidratantes, aproveitando as propriedades cosméticas e farmacológicas das algas, cada vez mais comprovadas pelos pesquisadores. Para diferenciação dos produtos, são agregadas embalagens que evocam o mar e a pesca, com o aproveitamento de ostras, conchas e escamas de peixe. Também na culinária tem-se inovado com produtos como a peculiar “cocalgas”, cocada à base de algas e gelatinas de diversos sabores.

As novas atividades ainda encontram-se em fase inicial, ressentindo-se da falta de capital de giro para a compra de componentes químicos e embalagens para cosméticos e de estrutura para a comercialização dos produtos. Existe lojinha em Guajiru administrada por uma das famílias associadas e, na sede do projeto, uma barraca de praia, que oferece, além dos pratos à base de peixe e frutos do mar, um pouco da culinária com algas.

Figura 47: sabonetes produzidos com algas em embalagem em cipó, corda e tecido de estopa.



Figura 47: Sabonetes de Algas

Fonte: Iandra Nascimento, 2007

Figura 48: sabonetes de algas em outra embalagem, aproveitando concha marinha (*Spondylus americanus* – nome vulgar intã).



Figura 48: Aromatizantes de algas

Fonte: IDER, 2006

Para direcionar a atividade de cultivo de algas ao turismo, importante iniciativa é a realização do Festival de Algas de Trairi, em 2007, em 4ª edição, entre os dias 27 e 29 de julho. A organização do evento conta com o apoio do SEBRAE/CE, com a Associação dos Hoteleiros do Trairi (AHTRA), Prefeitura Municipal de Trairi, do Senac e do Ministério do Turismo. O evento promove

degustação da culinária produzida com algas marinhas, comercialização de artesanato e cosméticos derivados de algas.

Nesse mesmo ano, paralelo ao evento fez-se o Seminário Norte e Nordeste de Algicultura, com palestras sobre educação ambiental. O seminário contou com a presença de cientistas e instituições, como Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP), Labomar (Instituto de Ciências do MAR), da Universidade Federal do Ceará (UFC), Superintendência Estadual do Meio Ambiente (SEMACE). Foram discutidos e apresentados temas como: algas como alimento humano, algas marinhas no tratamento de doenças, biodiversidade dos recifes costeiros e sua relação com a pesca.

Figura 49: palestra técnica sobre o cultivo de algas durante o Seminário Norte e Nordeste de Algicultura.



Figura 49: Palestra técnica sobre cultivo de algas
Fonte: SEBRAE, 2007

Figura 50: feira de culinária e artesanato com algas, durante o Festival.



Figura 50: Festival das Algas de Trairi
Fonte: SEBRAE, 2007

O festival é importante, pois a comunidade recebe grande quantidade de turistas e a economia local é aquecida, bem como a cultura da produção de algas é amplamente divulgada. A integração de atrações musicais e artísticas, seminário técnico-científico sobre o cultivo de algas e exposição de produtos, têm sido atrativo turístico e passam a fazer parte do calendário anual de eventos das praias do Trairi.

As figuras 51 e 52 apresentam mulheres da comunidade em cursos de artesanato com algas, durante o Festival, e os produtos elaborados em madeira, bambu e algas desidratadas.



Figura 51: Curso de artesanato com algas
Fonte: SEBRAE, 2007



Figura 52: Produtos com algas
Fonte: SEBRAE, 2007

A integração da atividade de cultivo de algas com o turismo, no entanto, ainda pode ser considerada incipiente, sendo o evento um catalisador de ações conjuntas da cadeia produtiva do turismo. A participação da associação, embora se trate de evento em que as algas são a atração principal, resume-se ao papel de coadjuvante nas decisões sobre a programação e mesmo sobre o local de exposição dos produtos. Há que se considerar que a atividade turística pode trazer impactos positivos reacendendo a economia local, mas também impactos negativos na má utilização do espaço natural. Na mesma lógica, Coriolano (2007, p. 33) identifica possíveis impactos: “A atividade turística associada às demais atividades econômicas acarreta uma série de impactos, de natureza diversificada, que podem ser agrupados em ambientais, socioculturais e econômicos”.

Essa atividade, nas praias de Flecheiras e Guajiru, tem se caracterizado como modelo de produção associativista, com produtores informais e individuais, com baixo nível tecnológico, baixa capacidade gerencial e mão-de-obra pouco qualificada. Considerando as aglomerações produtivas, constata-se que o cultivo de algas ainda não constitui arranjo produtivo local. Tal afirmação baseia-se na avaliação do grupo estudado, de acordo com os aspectos constitutivos de arranjo produtivo: governança, capital social, cooperação, rede institucional de apoio, inovação e integração com as demais atividades produtivas locais. Nessa perspectiva, conforme Mytelka & Farinelli (2000):

Arranjos produtivos são, em geral, constituídos por micro e pequenas empresas, com baixo nível tecnológico, e cujos donos/administradores possuem pouca ou nenhuma capacidade e formação gerencial/administrativa. Também, a mão-de-obra é pouco qualificada, sendo seu treinamento uma prática pouco usual. Face às pequenas ou inexistentes barreiras à entrada, o número de empresas tende a ser muito grande, o que, de um lado, proporciona uma dinâmica acentuada na geração de emprego, por outro dificulta o processo de cooperação interfirmas. Para os autores, esta é a razão pela qual a capacidade de mudança de patamar, no que tange a capacidade de inserção dinâmica, à geração e novos processos e produtos, etc., é pequena. Esses arranjos são típico aglomerado monoprodutores de pequenas e médias empresas (PMEs), onde o esforço de inovação se limita à cópia sem adaptação.

Com relação à governança, existem lideranças individuais, com destacada consciência socioambiental, mas o projeto subsiste muito fortemente

apoiado na orientação dos pesquisadores e técnicos das instituições de apoio. O grupo ainda não desenvolveu autonomia tal que permita coordenar, intervir e tomar decisões sobre as estratégias de ação e de gestão da atividade.

O conhecimento tácito e a rede de relações informais entre os membros do grupo, no entanto, indicam capital social desenvolvido, pelo nível de conscientização ambiental, pelo conhecimento do processo produtivo e pelo aprendizado interativo, na aprendizagem de novas técnicas de produção, compartilhadas gerando ganhos coletivos. Fazer parte do grupo, antes de representar apenas possibilidade de ganho econômico ou aumento da renda, constitui resgate da auto-estima e da identidade cultural do local. No dizer de uma das produtoras: “pode não ter dinheiro, mas tem divertimento e amizade”.

A cooperação está ainda em desenvolvimento, o processo de produção é compartilhado em algumas etapas, como a preparação para o plantio e a colheita. A manutenção das estruturas no mar, no entanto, é feita de forma individualizada, pois a experiência de trabalho coletivo não foi bem sucedida, em função da força de trabalho desigual entre as famílias.

O grupo conta com o apoio de instituições importantes, ainda com capacidade de inovação limitada e a produção ainda não atingiu patamares que apontem para a sustentabilidade econômica ou competitividade do mercado.

A localização geográfica e os recursos naturais disponíveis permitem a exploração da atividade, cujo produto tem aceitação garantida no mercado, face à escassez. Entretanto a integração com outros setores, como pesca, turismo e entretenimento torna-se primordial para o desafio de consolidar a atividade produtiva e organizativa local.

Além das alternativas em curso, como produção de alimentos e cosméticos à base de algas, o turismo comunitário, com serviços de hospedagem, passeios de barco em visita aos locais de cultivo e outros passeios, pode tornar-se importante meio de consolidação da aglomeração produtiva, levando-a a constituir núcleo produtivo, quiçá, arranjo produtivo.

5.4. Artesanato e valorização dos Territórios

A arte herdada de culturas passadas deixa marcas indeléveis na alma de povos e raças promovendo costumes e desenvolvendo a cultura do cearense. No Ceará, traços culturais (índios) mesclaram-se com os que aportaram (portugueses e negros). Os artefatos³² são criações indígenas, conforme crenças, costumes e necessidades. Pinturas e trabalhos manuais são feitos em barro, corda e palha, na elaboração de produtos utilitários, como armas, casas, redes. Da cultura portuguesa, herdaram-se formas de produzir rendas e labirintos, peças de rara beleza que adornavam os mais nobres espaços da realeza no período colonial. Dos africanos, adereços como bijuterias e cerâmica em peças de decoração e utilitárias. Legado cultural, desenha-se mosaico³³ rico e diversificado compondo o artesanato original.

O artesanato utiliza-se de recursos do espaço. Materializa-se em matéria-prima a ser trabalhada por artesãos. Os nativos consomem e apropriam-se dos recursos da natureza e assim tem-se o extrativismo, a caça e a pesca. O espaço orienta o uso, pelas condições naturais e estruturas alocadas. Referindo-se à lógica da estruturação do espaço humanizado, Claval (1999, p. 287) explica que:

O espaço é o suporte das atividades produtivas dos grupos humanos. Inicia-se pela exploração dos meios naturais através da colheita, da caça, da pesca ou da exploração florestal, e continua pela utilização pastoril das ervas e a valorização agrícola de espaços anteriormente desbastados.

Desse modo, há tentativa de exemplificar que os povos primitivos desenvolveram a arte pelo consumo do espaço. A cada período histórico, remetem-se ao lugar os recursos disponíveis direcionados às práticas do artesanato. Exemplo é a cultura do pau-brasil no período colonial, extraído pelos europeus e exportado para compor o espaço produzido.

³² Peça manufaturada.

³³ Trabalho manual composto de várias partes distintas ou separado.

Os espaços humanizados são interpretados sob a lógica da datação³⁴ de civilizações que, outrora, construíram e modelaram a configuração espacial dos mesmos. As construções comunicam a idade, a cultura e a história ancestral. São reinterpretadas pelos novos valores, hábitos, e costumes dos novos intérpretes que recebem dos antigos herança cultural. Para Claval (1999, p. 310), a reinterpretação dos espaços humanizados mostra a forma como

Os homens vivem frequentemente em lugares que não desenharam; as sociedades inscrevem-se em espaços cujos traços são herdados de ancestrais fundadores longínquos ou de dominações estrangeiras. O papel da cultura é, então, mais voltado a reinterpretar o espaço do que a desenhá-lo.

Assim, a arte e a cultura são heranças construídas em espaços humanizados, conforme necessidades de uso utilitário, de sobrevivência, de adereço e vaidades do povo e da raça.

A cultura cearense é rica e diversificada, mantém a prática artesanal herdada de gerações que transformam habilidades em meios de subsistência familiar, passando de pais para filhos as artes e as culturas milenares. Não é raro ver-se, em municípios cearenses, o culto à arte popular. O artesanato é composto por diversas matérias-primas que faz parte dos utensílios domésticos e é também comercializado, principalmente, em feiras municipais e, mais recentemente, internacionais.

Comunidades cearenses têm, no artesanato, não somente apreço na elaboração de peças, mas como meio de produção e sobrevivência. Os produtores das comunidades unem-se criando redes associativas de produção. Muitas vezes o poder municipal participa no apoio pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS), Central de Artesanato do Ceará (CEART) e Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Esses organismos promovem atualização e orientação para confecção de produtos competitivos acompanhando as novas tendências mercadológicas, inserindo design atualizado, modelagem de embalagens e marcas próprias. Artesãos são capacitados em diversas áreas, desde a confecção de produtos até a comercialização.

³⁴ Refere-se a datas, períodos.

O SEBRAE promove eventos para dar visibilidade aos artesãos e produtos, direcionando mercado às micro e pequenas empresas. Pode-se dizer que o artesanato tem destaque nesses eventos, conforme o gráfico 2, que demonstra a evolução das vendas artesanais no mercado interno de 2005 a 2007:

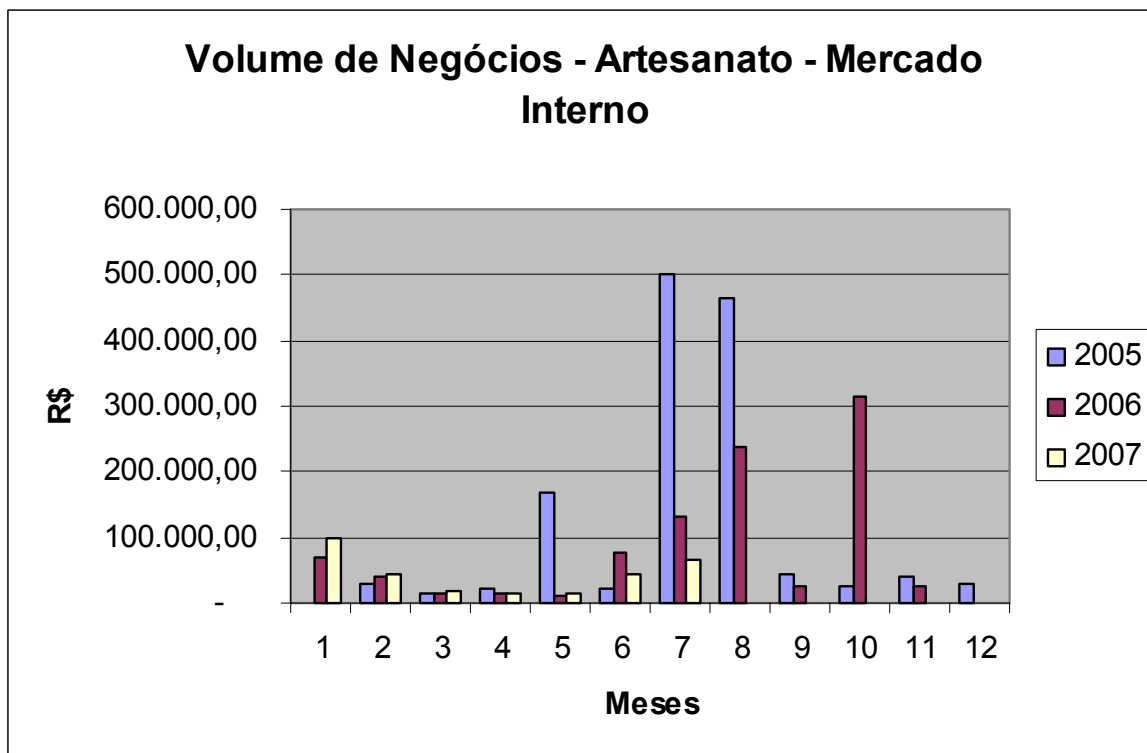


Gráfico 2: Volume de negócios gerados pelo artesanato em eventos promovidos pelo SEBRAE para mercado interno

Fonte: SEBRAE, 2007

No quadro 18, têm-se os principais produtos adquiridos pelos turistas que visitam o Ceará, segundo levantamentos da SETUR–CE (2004/ 2005).

Produtos adquiridos	2004		2005	
	Respostas	(%)	Respostas	(%)
Artesanatos	1.523	67,6	2.682	65,2
Confeccões / Roupas	1.325	58,8	2.566	62,3
Calçados	562	25,0	1.232	29,9
Bijuterias	687	30,5	966	23,5
Castanhas	681	30,2	948	23,0
Bolsas	498	22,1	796	19,3
Óculos	221	9,8	716	17,4
Bebidas	550	24,4	660	16,0
Doces	400	17,8	597	14,5
Cintos	271	12,0	311	7,6
Medicamentos	204	9,1	181	4,4
Tapetes	224	9,9	121	2,9
Eletrodomésticos	156	6,9	81	2,0
Cds	138	6,1	65	1,6
Outros	135	6,0	186	4,5

Quadro 18: Principais produtos adquiridos pelos turistas

Fonte: SETUR/CE (Pesquisa demanda turística de Fortaleza, 2004)

Obs.: Tamanho da amostra (2.292 turistas) e 2005 (4.116 turistas)

A estrutura de mercado do produto, no entanto, é complexa. Não há um conjunto homogêneo de consumidores. Alguns produtos artesanais são elitizados e dirigidos às camadas de poder aquisitivo mais elevado, outros são adaptados e popularizados. O fenômeno tem maiores proporções quanto a novidade e receptividade dos novos produtos lançados. Desta forma, cada produto tem a estratégia de promoção diferenciada, em função do público consumidor. Para cada categoria de produtos artesanais, com características semelhantes, existe o público-alvo específico (identificado em estudo de demanda), conseqüentemente, as estratégias de apoio e fomento são diferenciadas.

A pirâmide de consumo do SEBRAE mostra que os produtos do vértice são peças únicas, e por isso mesmo, de valor mais elevado, conseqüentemente, direcionadas a parcela da população de maior poder aquisitivo. Quanto mais desce em direção à base da pirâmide, maior é a escala de produção e menor preço. Observe-se o gráfico 3:

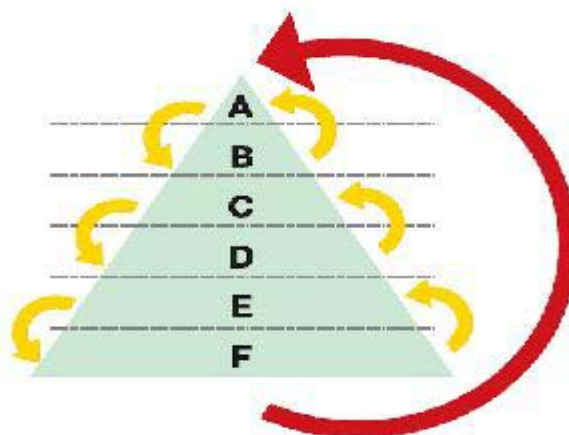


Gráfico 3: Pirâmide de Consumo no Artesanato
Fonte: SEBRAE, 2004

Pelo artesanato, lugares e atores dinamizam a economia do lugar, compartilham e interagem com outros territórios. As ações promovem a competitividade dos territórios criando novas territorialidades. Alguns espaços tornam-se mercados emissores de produtos para o mercado globalizado.

A atividade artesanal usufrui estrutura de mercado com acesso às novas tecnologias, no que diz respeito ao mercado externo, pois a comunicação favorece o intercâmbio entre territórios. Observa-se, assim, a multiplicação de redes de transmissão de dados, imagens e informações, tornando relativa à distância espacial, produzindo um dos aspectos do fenômeno da multiterritorialidade, explicada por Haesbaert (2004, p. 19), ao afirmar que

Mais do que de superposição espacial, [...] trata-se hoje, principalmente com o novo aparato tecnológico-informacional à nossa disposição, de uma multiterritorialidade não apenas por deslocamento físico, como também por “conectividade virtual”, a capacidade de interagirmos à distância, influenciando e, de alguma forma, integrando outros territórios.

Instituições de apoio ao artesão orientam o acesso a produtos, no mercado internacional, fortalecendo o intercâmbio, como o SEBRAE. A globalização aproxima mercados e mercadorias, mundializa os espaços criando redes de transporte, informações, mensagens, produtos e tecnologia de comunicação. Santos (1996, p. 151) identifica a globalização com:

A emergência de unicidade da técnica, de uma unicidade do tempo (com a convergência dos momentos) e de uma unicidade do motor da vida econômica e social. Estas três unicidades são a base do

fenômeno da globalização e das transformações contemporâneas do espaço geográfico.

Para o comércio do artesanato, é a oportunidade de exportar produtos competitivos, para consumidores externos que valorizam, cada vez mais, o artesanato. Desse modo, os produtos são confeccionados em melhores padrões referenciais, valorizando não somente a beleza e primor do trabalho feito à mão, mas agregando arte mais elaborada à imagem intangível adicionada pela história e raiz cultural de um povo. Peça artesanal de renda, por exemplo, lembra não somente o produto a adornar residências, mas sim a história da rendeira. O tilintar dos bilros³⁵ entrelaçados entre os dedos a escorregar de modo habilidoso em almofada passa também a encantar o turista e consumidor.

Referências culturais e atributos são cada vez mais valorizados no mercado globalizado ávido por produtos diferenciados. Conhecer as origens, o passado e a história do produto artesanal pode ser o ponto de partida para a construção da identidade. Assim, a história e tradição fazem referência aos produtos artesanais, assim como à criatividade e inovação.

A criação de produtos artesanais, em alusão à cultura, simboliza remeter o produto à sua origem histórica, criando padrão de referência, presente no uso de certos materiais e técnicas de produção típicas da região. Os elementos simbólicos viajam o mundo e fazem menção às origens de seus produtores, revelando, pelas peças produzidas, histórias de vidas, lidas, sofrimentos, lamentos e alegrias. Os artefatos guardam detalhes, utilizam figuras e cores da fauna e da flora, liturgias, rituais, que retratam, muitas vezes, o folclore³⁶ do lugar, na caracterização dos tipos humanos e costumes mais singulares; o uso de matérias-primas nativas e técnicas passadas por gerações. Esses elementos referendam a cultura do povo e singularidade e diferenciam raças, padrões, além da matéria-prima de região a região. A arte revela o território validando a identidade própria do lugar.

O artesanato cearense é referência nacional. A cultura local é amplamente divulgada pelas peças produzidas pelos artesãos, que interagem com

³⁵ Bilros, utensílio utilizado na almofada de fazer renda.

³⁶ Folclore, estudo e conhecimento das tradições de um povo, expressam nas suas lendas, crenças, canções e costumes. (HOLANDA, 2004).

os de outras regiões por meio de feiras nacionais e internacionais, como no encontro da (ABAV – Associação Brasileira de Agências de Viagens), em outubro de 2007, conforme notícia do Jornal Diário do Nordeste, 2007 (figura 53).



Figura 53: Reportagem sobre o artesanato cearense

Fonte: Jornal Diário do Nordeste, 19/10/2007

A tradição faz alusão à arte e aos artistas, mostrando que as rendeiras do Ceará são evocadas pelos escritores e compositores, que contam e cantam suas histórias em verso e prosa, como os versos do escritor cearense Alcides Pinto³⁷ e a música de Zé do Norte, retratando a lida de rendeira em seu ofício.

O poeta mostra a rendeira a manusear os bilros com encanto e domínio do rudimentar instrumento de fazer renda, criando as mais belas peças do artesanato cearense. Da terra se tira a matéria-prima para a almofada, com

³⁷ **A Rendeira**

Entre seus dedos macios os bilros atiram/, como dardos de fogo crepitante/ voam no espaço limitado, voltam velozes/, de uma a outra mão domesticados./ Voam e volteiam em ritmos iguais e sonoros como sons de uma harpa celestial: enquanto a mão prende um feixe de linha a outra retira e espeta o espinho na almofada./E os dedos trocam os bilros/ num vaivém de ritmos atroantes/ e é como se mãos de crianças se enredassem nos/ desenhos do estrado que a artesã-rendeira vai ao tempo bordando.

enchimento de capim ou folha da bananeira, os bilros são de madeira e o espinho, de mandacaru³⁸.

Figura 54: rendeira com a almofada de renda, como retrata a música de Zé do Norte: Mulher Rendeira³⁹:



Figura 54: Rendeira fazendo renda
Fonte: Lima, 2007

O artesanato inspira-se também em crenças, religiões, tradições, modos de vida e valores, representando a realidade do cotidiano por meio da produção de utilitários como vestimentas, adereços, mobiliários, peças decorativas e funcionais. O artista primitivo⁴⁰ imprime o legado natural de sua vida, na arte, expressando a criação humana, ordem estética, permitindo a materialização da subjetividade do artesão pela replicação de objetos, que se diferenciam uns dos outros por pequenos detalhes na forma de criar, copiar e manusear a matéria-prima.

O artesanato desponta como atividade promissora do mercado elevando o potencial de ocupação e geração de renda, nos Estados, posicionando-se como

³⁸ Mandacaru: nome popular da planta "*Cereus Peruvianus*" da família Cactaceae, muito comum no semi-árido nordestino.

³⁹ **Mulher Rendeira (Zé do Norte, sobre motivo atribuído a Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião)**

Olê muié rendera/ Olê muié rendá/ Tu me ensina a fazê renda / Que eu te ensino a namorá/ Lampião desceu a serra/ Deu um baile em Cajazeira/ Botou as moças donzelas/ Pra cantá muié rendera / As moças de Vila Bela/ Não têm mais ocupação/ Se que fica na janela/ Namorando Lampião

⁴⁰ O conceito de arte primitiva, segundo Adam (1947), aplica-se a obras genuínas; que apresentam certa ingenuidade de inspiração e simplicidade de visão. Indiferente à periodicidade dos estilos artísticos, a arte primitiva é um fenômeno de todos os povos e está presente em todos os tempos.

eixo estratégico de valorização e desenvolvimento dos territórios. Nas últimas décadas, tem sido foco de trabalhos e empenho de instituições, que buscam mobilizar esforços e recursos para melhorar o padrão dos produtos, inserindo tendências de mercado exigente e globalizado.

O SEBRAE é uma instituição de apoio que tem buscado realizar um trabalho de vanguarda no setor, visando capacitar artesãos e torná-los competitivos no mercado. Desenvolve trabalho setorial em que procura aproximá-los e fortalecê-los criando redes associativas de artesãos para competição no mercado promissor e exigente. As ações estimulam o crescimento e a melhoria da atividade artesanal e reconhece a importância econômica e cultural do setor, ao preservar as técnicas e tradições populares, e valorizar a identidade dos artesãos e gerar alternativas de renda.

Para melhor organização do trabalho e visualização, o SEBRAE divide o artesanato em categorias: arte popular, artesanato e trabalhos manuais, de acordo com sua origem, uso e destino (quadro 19).

Arte Popular	Artesanato	Trabalhos Manuais
Produção de peças únicas	Produção de pequenas séries com regularidade	Produção assistemática
Arquétipo	Produtos semelhantes, porém diferenciados entre si	Reprodução ou cópia
Compromisso consigo mesmo	Compromisso com o mercado	Ocupação secundária
Fruto da criação individual	Fruto da necessidade	Fruto da destreza

Quadro 19: Categorias do artesanato

Fonte: SEBRAE, 2004

Os produtos artesanais são classificados pelo SEBRAE, conforme o uso: adornos e acessórios são objetos de uso pessoal, jóias, bijuterias, cintos, bolsas e peças de vestuário; de uso decorativo: objetos produzidos para ornamentação de ambientes, e educativos: objetos destinados às práticas pedagógicas. Existem ainda os produtos lúdicos, produzidos para entretenimento e representação do imaginário popular, e os religiosos que são peças ritualísticas ou para demonstração de crenças e fé: amuletos, imagens, adornos, altares e oratórios. Por fim, utilitários, para satisfação das pessoas, no campo ou na atividade doméstica. Peças de grande simplicidade formal, o valor é determinado pela importância funcional, e não pelo valor simbólico.

Outra classificação do artesanato é em função da matéria-prima utilizada. As matérias-primas podem ser de origem mineral, vegetal ou animal, em estado natural, depois, processadas artesanalmente ou industrialmente, ou ainda, decorrentes de processos de reciclagem ou reaproveitamento. De cada matéria-prima, derivam práticas profissionais que resultam em tipologias de produtos específicas, com suas respectivas técnicas, ferramentas e destinações.

O artesão é o personagem de arte pela criatividade, percepção e sensibilidade. As comunidades cearenses são lócus de produção artesanal do Ceará, em que residem artistas e artesãos, com habilidades manuais e exercem a atividade com gosto e apreço. Conforme Lima e Azevedo (1982, p. 18), o artesão é o "indivíduo que exerce por conta própria uma arte, um ofício manual". São classificados, segundo o trabalho que executa, pelo SEBRAE (ver anexo 2).

Tendo em vista as fragilidades econômicas e sociais de boa parte de artesãos, muitas vezes, postos à margem de vantagens do sistema produtivo capitalista, artesãos cearenses ainda vivem na informalidade. As precárias condições de inserção no mercado de trabalho formalizado dificultam o acesso de profissionais que ficam excluídos do trabalho com vínculos empregatícios

O artesão cearense apresenta perfil socioeconômico que não condiz com as exigências do mercado atual. Conforme pesquisa do SEBRAE, para a Central de Artesanato do Ceará – CEART e para o Programa de Desenvolvimento da Produção Artesanal, 2002, o perfil socioeconômico do artesão cearense é o de profissional pouco qualificado. De 1.527 artesãos, em 16 municípios, 95% são do sexo feminino e 89% com renda familiar inferior a um salário mínimo, em média, dois membros da família trabalhando com artesanato. Com relação à escolaridade, 51% são analfabetos ou com ensino fundamental incompleto e 27% têm ensino fundamental completo.

O Ceará é um dos centros produtores de artesanato da Região Nordeste do Brasil. Segundo estudo do Banco do Nordeste, Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE), em 2002, intitulado "Ações para o Desenvolvimento do Artesanato no Nordeste", dos 184 municípios, em 140 (cento e quarenta) há produção artesanal para o mercado e 11 (onze) importantes pólos produtores, cerca de 76,1% dos

municípios do Estado produzem artesanato. O SEBRAE (2004) estabelece categorias de artesanato (ver anexo 3). Entre os municípios de farta produção artesanal está o de Trairi.

O município é um dos maiores produtores de renda, conforme perfil socioeconômico elaborado pela Prefeitura Municipal do Trairi, 2006. Comunidades trabalham em renda, de que tiram a sobrevivência. Destacam-se as comunidades de Flecheiras, Mundaú, Guajiru, Córrego Fundo, Timbaúba, Canaan, Alagadiço e sede do Município. Nem todas são comunidades litorâneas. O gráfico 4 mostra a distribuição dos artesãos do município do Trairi, conforme a tipologia do artesanato.

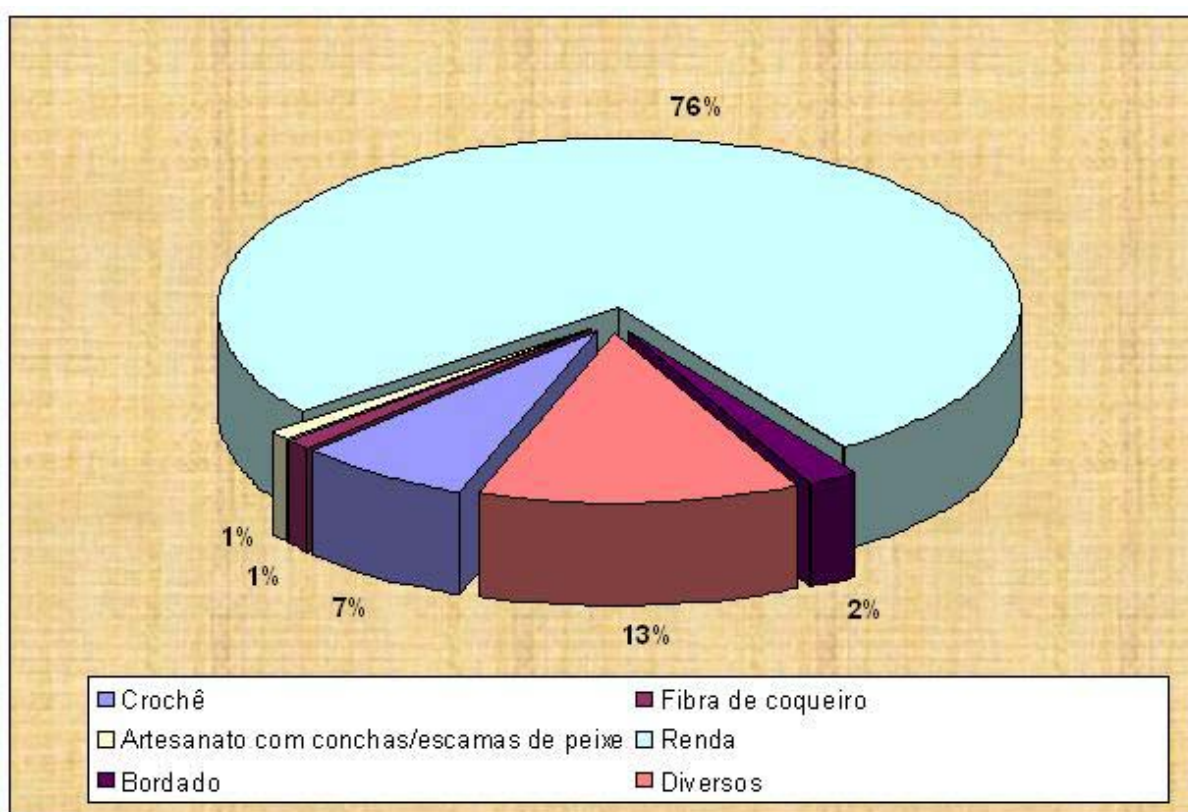


Gráfico 4: Distribuição de Artesãos do Município de Trairi por tipologia

Fonte: Adaptado do perfil sócio-econômico do Trairi (Prefeitura Municipal do Trairi, 2006, p. 46-50)

Conforme pesquisa direta, neste estudo (2007), os distritos mais organizados: Canaan e Mundaú, em que se encontram grupos organizados e articulados em associações profissionais. No Distrito de Canaan tem-se a Associação dos Agricultores e Artesãos de Canaan (ARTCAN) e, em Mundaú, a Associação de Rendeiras e Bordadeiras de Mundaú.

A ARTCAN conta com setenta e sete associados, setenta e cinco mulheres e dois homens. A sede da associação é no próprio distrito, em casa cedida por moradora. A estrutura física e de equipamentos conta com fogão industrial, dois *freezers*, geladeira, duas mesas, cem cadeiras, três máquinas de costura (costura reta), uma *overloque*, uma goleira industrial, uma *overloque* semi-industrial, uma TV 29', um DVD, máquina digital, vídeo e utensílios de cozinha, conforme relato da Presidenta da associação. Os equipamentos foram doa pela Fundação Banco do Brasil.

A idéia de se unir e formar a associação partiu de artesãs, com ajuda da assistente social⁴¹, filha da terra, que comercializa os produtos fabricados pelas rendeiras, no centro-sul do país.

Os produtos fabricados são: renda, bordados e roupas. Instituições como Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), Instituto Terra Azul, SEBRAE, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e Banco do Brasil (BB) dão apoio aos artesãos. Consideram o nível de produção excelente, pois os produtos têm qualidade, são fabricados no prazo e as associadas são comprometidas. Os produtos de maior demanda são roupas de vestir e roupas de cama, mesa e banho. A mão de obra é de Canaan e se mantém o nível de aperfeiçoamento e capacitação pelas instituições parceiras. Têm conhecimento de mercado pela divulgação dos produtos em folder e catálogo. Os principais mercados consumidores são: Fortaleza, pela CEART, Rio de Janeiro e Brasília, além da UNISOL (Mercado solidário)⁴², criado pela Central Única de Trabalhadores (CUT).

⁴¹ Conhecida como Dona Rosa, Assistente Social, nascida em Canaan – Trairi.

⁴² É uma rede de colaboração solidária de produtos e serviços entre as cooperativas incubadas, produtores e consumidores (UNISOL, 2007).

Na figura 55 pode-se ver a sede da ARTECAN e algumas associadas.



Figura 55: Sede da ARTECAN em Canaã

Fonte: Iandra Nascimento, 2007.

Figura 56: pequena estrutura do espaço de trabalho da ARTCAN, onde, além do trabalho com renda, as costureiras utilizam como adereços das peças.



Figura 56: Costureiras trabalhando a peça com a colocação da renda

Fonte: Iandra Nascimento, 2007

Figura 57: amostra da beleza das peças em renda.



Figura 57: Produtos em renda

Fonte: Iandra Nascimento, 2007

A vocação do município, no artesanato, é a renda de bilro, trabalho que faz parte da cultura local. Em quase todas as casas, há artesãos e costureiras. A presidenta da associação de Mundaú ensina a fazer renda em escolas, a crianças aos sete anos de idade.

Em outras comunidades, pessoas fazem renda individualmente, com pouca articulação e organização. Na pesquisa direta, é identificada outra associação, na praia de Mundaú: Associação de Rendeiras e Bordadeiras de Mundaú, com vinte e duas associadas. Não conta com ajuda financeira do poder público, senão com o apoio para capacitação e transportes da Prefeitura, CEART e SEBRAE e articulação comercial com outros mercados. Em Mundaú, a associação é de estrutura precária, quanto a instalações e equipamentos, em relação à ARTCAN e também em relação à comercialização.

A presidenta⁴³ ressenha-se da falta de estrutura de comercialização e relata conflitos com donos de pousada que concorrem diretamente com as rendeiras da associação. As peças são vendidas em lojas das próprias pousadas, por preços acima do que é pago às artesãs e, em outros casos, as pousadas têm produção

⁴³ Sra. Abertina Roque, presidente da Associação de Rendeiras e Bordadeiras de Mundaú.

própria, pagando às próprias funcionárias (camareiras, cozinheiras) que conhecem o ofício herdado de suas mães e vendem as peças e sua mão-de-obra por valores irrisórios.

Assim, a associação fica à mercê de eventos promovidos pela prefeitura ou realizados em outros municípios, pois não consegue acesso direto ao turista. As operadoras de turismo e donos de pousadas não têm interesse em direcionar a demanda para as artesãs locais, estando mais interessados em obter lucro com a venda do produto.

O artesanato local, a despeito da qualidade e beleza das peças, não vem sendo tratado como atividade econômica importante para o setor turístico. A atividade encontra-se isolada da cadeia produtiva do turismo, havendo ainda poucos investimentos em grupos artesanais organizados. A falta de integração mais consistente entre as associações enfraquece os próprios grupos existentes, diminuindo a coesão e participação, pois as artesãs não conseguem sobreviver somente com a produção artesanal, sendo obrigadas a buscar outra fonte de renda.

5.5. Comparativo dos Arranjos Produtivos Locais das Praias do Trairi

Fatores determinantes dos arranjos produtivos locais, conceitos e inter-relações levam à compreensão do fenômeno das aglomerações setoriais de empresas, sob diferentes vertentes: o modo como os agrupamentos dinamizam, econômica e socialmente, determinado território e os efeitos da proximidade territorial sobre o desempenho das atividades.

Isso remete às definições de território e espaço, entendendo-as como conceitos distintos. O espaço representa nível mais elevado de abstração, enquanto o território é espaço apropriado para um ou mais atores que aí intervêm e trabalham. A dinâmica dos territórios não se limita à dimensão física e natural, nem à delimitação e territorial do Estado, mas inclui dimensões econômica, entendidas como forma de organização espacial dos processos sociais de produção, de

consumo e comercialização, e simbólica, conjunto de relações culturais e afetivas de identidade do território pela apropriação simbólica de determinado grupo e dimensão sociopolítica, que abrange as interações sociais e relações de dominação e poder. Assim, no entender de (ALBAGLI, 2004, p. 29):

O conceito de territorialidade refere-se então, às relações entre um indivíduo ou grupo social e seu meio de referência, manifestando-se em várias escalas geográficas – uma localidade, uma região ou país – e expressando um sentimento de pertencimento e um modo de agir no âmbito de um dado espaço geográfico. No nível individual, territorialidade refere-se ao espaço pessoal imediato, que em muitos contextos culturais é considerado um espaço inviolável. Em nível coletivo, a territorialidade torna-se também um meio de regular as interações sociais e reforçar a identidade do grupo ou comunidade.

Conceito importante, em nossa análise, é o de rede que, na visão de Castells (1999, p. 498), se dá por:

Um conjunto de pontos ou nós conectados entre si por segmentos que viabilizam o intercâmbio de fluxos – de bens, pessoas, idéias ou informações – entre os diversos pontos da estrutura, cada nó representando o ponto no qual a curva se entrecorta.

As redes podem ser abstratas (redes sociais, sistemas de relações que vinculam os indivíduos e grupos entre si) ou concretas (redes de transportes e de comunicação), podem ainda ser formal-explicitas ou informal-tácitas. O desenvolvimento de redes técnicas (telefonias, rodovias, informática) atende a demandas socioeconômicas, facilitando a integração de mercados e territórios e a circulação de bens, serviços e informações. Na análise de Albagli (2004, p. 37), “As redes são móveis e inacabadas, encontram-se em permanente movimento. Redes estabelecem ligações e conectividade, mas também exclusões e seletividade”.

As redes, no mundo contemporâneo, têm se apresentado como novo fenômeno organizacional, entendidas como organização não-vertical e não-centralizada, em que não há centro de comando e cada núcleo participante é autônomo, capaz de tomar iniciativas. No âmbito da economia, as redes de empresas facilitam fenômenos de interação, articulação, cooperação e aprendizado. Para (De PAULA, 2004, p. 80):

A força de uma rede depende da multiplicidade dos pontos de conexão. Quanto mais densa for a trama, quanto mais complexo for o tecido, maior será o fluxo de conhecimento e informação, o que resulta em mais participação democrática e mais controle social.

Para a análise dos núcleos produtivos do turismo, nas Praias do Trairi, a compreensão de territorialidade e de rede ajuda a entender o desenvolvimento do território, pela inter-relação de seus atores econômicos e sociais.

As atividades econômicas mapeadas e analisadas, nesta pesquisa, tem a gênese no conjunto de fatores favoráveis – físicos, naturais e culturais – para produção e consumo. As raízes históricas do lugar, onde o homem provê o sustento e de sua família com a pesca e a mulher faz da renda ofício e arte, constituem não somente fonte de subsistência, mas, com a descoberta e valorização comercial do pescado e do artesanato para o turismo, alvo da expropriação do capital.

Para vencer, de forma coletiva, as restrições do mercado como a especulação dos atravessadores, os baixos preços pagos ao produtor e até mesmo a concorrência de donos de pousadas e restaurantes, as atividades de pesca e artesanato, nas praias do Trairi, sofrem maior desarticulação entre os produtores. As associações têm organização interna e articulação institucional baixas, podendo-se fazer tal afirmativa pelo já comentado em relação às dificuldades de comercialização dos produtos, a preço justo, baixo grau de participação dos associados nas decisões e projetos coletivos, dependência de uma liderança única, falta de interação com outros grupos produtivos do mesmo setor e com associações de outros setores dentro do município.

A riqueza natural e a paisagem favoreceram as atividades emergentes, como o cultivo de algas marinhas e o turismo, com serviços de hospedagem, alimentação e lazer. Assim como as primeiras, essas atividades beneficiam-se de fatores de localização e imagem do local. A abundância de algas, nos bancos de areia naturais, além de despertar o consumo inicial extrativista e predatório, aponta para possível exploração econômica. As paisagens cênicas atraem investidores e turistas, em busca da natureza intocada e tranqüila. Assim, o cultivo de algas, a

pesca, o artesanato e a hotelaria movimentam a economia, tendo o turismo como atividade econômica, na cadeia produtiva⁴⁴, cujo maior consumidor é o turista.

Analisa-se cada atividade das Praias do Trairi, segundo fatores citados, essenciais na caracterização de arranjos produtivos locais: Dimensão territorial, diversidade de atores, conhecimento tácito, capital social, governança, cooperação, inovação e aprendizado.

O quadro 20 apresenta a classificação das principais atividades econômicas das Praias do Trairi, onde se busca sistematizar os resultados da pesquisa:

⁴⁴ Cadeia Produtiva: seqüência de operações ou atividades interdependentes, que tem por objetivo produzir, modificar ou distribuir um produto ou serviço.

Atividade/ Critério	Cultivo de Algas	Pesca	Artesanato	Meios de Hospedagem, Alimentação e Lazer
Dimensão Territorial	Forte, com vínculos sociais e culturais com o meio ambiente e o local.	Forte, com vínculos sociais e culturais.	Forte, com vínculos sociais e culturais.	Forte, com destacada vantagem competitiva em relação às outras regiões
Diversidade de atores econômicos, políticos e sociais	Forte, com apoios importantes de instituições de pesquisa, organizações não governamentais e poder público local.	Fraca, com baixa interação com o poder público, conflitos de interesse com as atividades ligadas ao turismo.	Média, com pouca interação com o poder público, e apoio de algumas instituições de capacitação.	Forte, com apoio significativo do poder público local e estadual, acesso a investimentos em infra-estrutura, apoio de entidades de capacitação e fomento.
Conhecimento Tácito	Forte, embora venha sendo aprimorado com novas tecnologias.	Forte, marcado pelo conhecimento passado de geração em geração.	Forte, com fortes traços culturais, também passados de geração em geração.	Médio, embora exista um padrão local de hospitalidade e uma gastronomia característica, a maioria do conhecimento pode ser obtida por meios formais.
Capital Social	Forte, com destacada consciência sócio-ambiental, o reforço dos laços da comunidade e seus traços culturais sobrepõe os interesses econômicos.	Fraca, com um baixo grau de integração e articulação entre os grupos formais e informais de produtores.	Fraca, com um baixo grau de participação coletiva e de integração e articulação entre os grupos formais e informais de produtores.	Médio, com grau de interação em desenvolvimento e mobilização coletiva em prol de interesses comuns.

Governança	Forte, com lideranças fortes e grau de participação alto nas decisões que afetam a comunidade local.	Fraca, com liderança fragmentada e forte dependência das políticas governamentais.	Fraca, com lideranças localizadas e pouco articuladas. Dependência de políticas de incentivo à atividade.	Forte, com lideranças articuladas e grau de participação alto nas decisões que afetam a comunidade local.
Cooperação	Forte, com foco na cooperação produtiva e na comercialização do produto.	Fraca, com baixo grau de interação para ganhos de produtividade e existência de conflitos entre as organizações formais existentes.	Média, com relativa cooperação nas organizações formais existentes, mas pouca integração com produtores de outras localidades.	Média, com relativa cooperação entre os empresários do mesmo setor, mas com existência de conflitos com produtores de outros setores da cadeia produtiva do turismo.
Inovação e aprendizado	Forte, apresenta um constante aprendizado de novas técnicas e inovação nos produtos com transmissão para os membros da comunidade. O foco é a geração de renda e oportunidades para todos.	Fraca, absorvendo poucas inovações e com resistência a novas tecnologias. A mudança só ocorre em função de exigências legais.	Média, com aprendizado de novos usos do produto artesanal e inovação em design e cores.	Média, com pouca interação e transmissão de conhecimento entre as empresas. O aprendizado é individual e não compartilhado.

Quadro 20: Classificação das principais atividades econômicas das Praias do Trairi

Fonte: landra Nascimento, 2007

A análise do quadro traz o mapeamento do estágio atual das aglomerações setoriais das Praias do Trairi, indicando que ainda se encontram em estágio inicial de organização, não constituindo arranjo produtivo local, conforme critérios de pesquisadores da área.

O destaque da atividade de cultivo de algas, embora com classificação positiva, ainda se ressentida da baixa produtividade e dificuldades na obtenção de ganhos de escala. Os ganhos sociais sobressaem, mas os aspectos econômicos e mercadológicos podem ser limitadores do desenvolvimento. As atividades mais diretamente ligadas ao turismo, meios de hospedagem, gastronomia e lazer têm tido impulso recente, com a definição de estratégia conjunta, entre os representantes de empresários e poder público local e entidades de apoio técnico. Essas atividades obtêm maiores vantagens competitivas, em função da localização, a chamada imagem mercadológica regional, com foco no ecoturismo, lazer e esportes náuticos.

As atividades de pesca e artesanato têm seu potencial pouco explorado, como dinamizadores do desenvolvimento, ressentindo-se da falta de apoio institucional e técnico, que fomente a inovação e o aprendizado coletivo. Por tratar-se de atividades tradicionais, com forte conteúdo de conhecimento tácito, sua valorização pode ser fator de diferenciação do turismo local.

Verifica-se claramente a acomodação e conformismo dos atores econômicos, que ainda não atingiram o grau de coesão e cooperação necessárias ao desencadeamento do desenvolvimento endógeno da região. Os agrupamentos setoriais coexistem, sem que haja a visão estratégica compartilhada de fomento à interação, inovação e cooperação entre empresas e setores.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

À conclusão deste estudo, não se esgota a temática do turismo e suas reflexões. Ao contrário, a abordagem levanta questionamentos que dão continuidade à elaboração do conhecimento pela perspicácia científica. Nesse sentido, espera-se contribuir com a comunidade científica para abstrair do empírico a fundamentação teórica, oferecendo aporte a outros estudos. Reflexões são preenchidas com a pesquisa, mas certamente não se esgotam. O tema suscita estudos.

As aglomerações de empresas, nas comunidades receptoras do turismo, nas praias do Trairi, encontram-se em nível inicial de organização, do ponto de vista de elementos considerados constitutivos de arranjos produtivos locais.

Nas praias do Trairi, privilegiadas pela natureza exuberante e pelos variados ecossistemas, desponta a atividade turística como gerador de renda e desenvolvimento da economia. As políticas de desenvolvimento do turismo começam a voltar-se para esse recorte do litoral, desenvolvendo a chamada Costa do Sol Poente. É o contexto deste estudo, em que as atividades tradicionais fortemente relacionadas à cultura, como pesca e artesanato, coexistem com as consideradas expoentes da atividade turística.

Pela pesquisa direta, há diferenças e semelhanças entre as praias estudadas. Guajiru, com a natureza quase intocada e quase inexplorada por grupos ligados à hotelaria, começa a sofrer com a especulação imobiliária, com a construção de condomínios para temporada e casas de veraneio. A vila pacata, onde o tempo parece não passar e onde poucos carros transitam, tende a ser o próximo destino de investidores. A população, na maioria de pescadores e artesãos, ainda não despertou para o turismo como possível fonte de renda ou para o nível de organização que lhe permita o desenvolvimento do turismo comunitário e sustentável.

Em Flecheiras, ao contrário, a atividade turística se desenvolve em ritmo acelerado, impulsionada pelas obras estruturantes do PRODETUR I e pela localização estratégica. A orla marítima é hoje ocupada por hotéis e pousadas de

pequeno e médio porte e restaurantes e barracas de praia com movimentação crescente. As atividades são responsáveis pela maioria dos empregos e pelo surgimento de outros pequenos negócios, em setores de comércio e serviços. A economia local é impulsionada pela afluência de visitantes nacionais e internacionais e o poder público municipal e estadual volta-se para o novo destino e seu potencial gerador de divisas.

Flecheiras é sede de associações de empresários do turismo e dos principais eventos. A associação começa a desenvolver-se organização e cooperação, na formulação de estratégias conjuntas de divulgação e captação de apoio institucional, importante para a qualificação da mão-de-obra e profissionalização da gestão. Embora não se observem ainda grandes grupos e cadeias hoteleiras, a prática capitalista dá a tônica com a expropriação de terras de pescadores expulsos das moradias e paisagem e com a venda do trabalho de artesãos por valores irrisórios, a donos de pousadas que revendem a turista com lucros elevados.

O cultivo de algas marinhas em Flecheiras, ganha projeção internacional. Resgata, na comunidade, o sentido de pertença ao lugar, gera nova forma de cooperação e aprendizagem e, ao mesmo tempo, torna-se fonte de renda. O cultivo ambientalmente sustentável, que preserva o equilíbrio do ecossistema, beneficiando também a pesca e utiliza energias renováveis, mostra que a comunidade pode protagonizar nova forma de desenvolvimento. O desenvolvimento se fundamenta na cultura local e responsabilidade socioambiental e no surgimento de governança comprometida com o lugar e com seu povo.

O aprendizado coletivo dessa atividade pode ser aferido pelo surgimento de novas atividades geradoras de renda, como artesanato, produção de cosméticos e alimentos à base de algas e do turismo ecológico.

Em oposição ao desenvolvimento do turismo, em Flecheiras, a próxima praia não acompanha a mesma tendência. Emboaca compartilha as paisagens das vizinhas, Mundaú e Flecheiras, mas não o desenvolvimento. Passagem para Mundaú, sobrevive da pesca artesanal e de incipiente comércio local. Os visitantes de baixo poder aquisitivo não despertam interesse ao capital e ao poder público,

afastando os investimentos que podem dinamizar a economia. A comunidade, por sua vez, sobrevive da pesca, principal atividade, e não considera o turismo viés do crescimento do lugar. O que lhe causa temor é a possibilidade de a nova atividade ocupar e expulsar as residências, como nas praias de Flecheiras e Mundaú. O povo expõe, nas falas, certa consciência socioeconômica ao julgar que o turismo pode trazer renda, mas também complicações sérias, e teme a prostituição e a droga.

Mundaú é destino promissor do turismo, especialmente ecológico, com foz do rio, mangue e possibilidade de exploração de passeios e trilhas. Com a atividade hoteleira em crescimento e incipiente, as pousadas não aproveitam bem o potencial paisagístico, na maioria, localizadas na vila e não à beira-mar. Observa-se movimento de empresários do setor, na busca de investimentos e do mesmo tratamento dispensado pelo governo municipal a Flecheiras. A cooperação entre os empresários da hotelaria rende frutos com a divulgação conjunta de praias do Trairi. Os conflitos com pesca e artesanato, no entanto, se repetem, pela pouca integração da atividade com a cadeia produtiva do turismo.

A proximidade geográfica e a organização setorial das atividades econômicas, no litoral do Trairi, por si só, não constituem arranjos produtivos locais. As aglomerações produtivas encontram-se em um estágio inicial, ao considerar-se os elementos apontados pelos principais pesquisadores do assunto e pela pesquisa de campo realizada. A imagem do local e recursos naturais representam vantagens competitivas, mas a inovação e o aprendizado coletivo ainda são pouco significativos, predominando os métodos tradicionais de produção e de prestação dos serviços. A questão central é a desarticulação institucional e social.

A cultura de cooperação é uma realidade recente, fomentada pelos organismos de apoio que desenvolvem capacitações e projetos, em que o trabalho conjunto é valorizado. A organização em associações passa a ser vista como forma de obtenção de ganhos não só econômicos, mas como fator de competitividade. Ainda é pouco trabalhada a cooperação intersetorial, havendo conflitos de interesses entre as atividades, sobretudo com os empresários do turismo.

O conhecimento tácito é característica importante, notadamente nas atividades de forte cunho cultural, como a pesca e o artesanato, mas também o

cultivo das algas privilegia o conhecimento que não está nos livros, mas que vem do vínculo de cada homem e cada mulher com o lugar, com o mar e sua comunidade. Esse conhecimento fomenta o chamado capital social, que se mobiliza para manter viva a habilidade de renda, ensinando-a na escola, no estímulo de jovens para a pesca e proteção ao meio ambiente. Capital social que mobiliza, que se inquieta com a exploração do espaço do turismo não sustentável e busca participar ativamente das decisões e dos eventos programados.

Por fim, a governança, que ainda depende de poucas e fragmentadas lideranças, precisa desenvolver-se para possibilitar o desenvolvimento do local, hoje, dependente de políticas e apoios institucionais externos.

As aglomerações setoriais de empresas, nas praias do Trairi, têm importância para o desenvolvimento do local, como geradoras de renda e catalisadoras de investimentos. Os investimentos e as vantagens obtidas pela imagem do lugar e pela ocupação do mesmo território revertem-se em ganhos de competitividade para as atividades da cadeia produtiva do turismo. Mas ainda seguem o modelo de padrões capitalistas em que o capitalismo necessita das atividades para ampliar sua acumulação. O modelo contrapõe ao idealizado pelo povo, que não quer ver as terras expropriadas e tampouco maltratadas, o que invariavelmente tem acontecido em outras localidades. As contradições do capital elevam o valor da terra e apropriam-se do espaço, mas não respeitam os valores e a cultura do lugar.

BIBLIOGRAFIA

ABDALLAH P. R. e CASTELLO Jorge P. **Momento de repensar a economia pesqueira no Brasil.** 1998. Disponível em <<http://www.comciencia.br/reportagens/litoral/lit13.shtml>>, acesso em 10/09/2007.

ALBAGLI, Sarita. Território e Territorialidade. In LAGES, Vinícius; BRAGA, Christiano; MORELLI, Gustavo (orgs.). **Territórios em Movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva.** Rio de Janeiro: Relume Dumará/ Brasília/DF: SEBRAE, 2004.

_____. e BRITO, Jorge (Coord.). **Glossário de Arranjos Produtivos Locais.** Rio de Janeiro: Redesist, 2002.

ALMEIDA, Humberto Marinho. **Arranjos produtivos e empreendedorismo no turismo.** Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2006.

_____, et al. **Núcleos e Arranjos produtivos locais: casos do Ceará.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

_____. **Arranjos produtivos locais: Referencial conceitual.** 2003. Disponível em: <<http://www.sdlr.ce.gov.br/content/aplicacao/sdl/apls/gerados/maisinformações.asp>>, acesso em 10/01/2007.

_____.; VALENTE JUNIOR, Ailton S. **Desenvolvimento Local em um ambiente de Globalização.** Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2007.

AMORIM, Mônica; SCIPIÃO, Tatiana. **O território e a organização da pequena produção.** Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2007.

ANDRADE, José Vicente de. **Turismo: fundamentos e dimensões.** São Paulo: Ed. Ática, 2002.

ASSOCIAÇÕES nos pólos turísticos. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 09 de novembro de 2007, caderno Turismo, p.3.

ASSOCIAÇÃO DOS HOTÉIS E POUSADAS DE TRAIRI – AHTRA. **Estatuto da associação e ata de constituição.** Trairi - CE, 2000.

_____. **Folder institucional das pousadas associadas.** Trairi - CE, 2006.

ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES E PRODUTORAS DE ALGAS DE FLECHEIRAS E GUAJIRU – APAFG. **Folder institucional do Cultivo de Algas Marinhas.** Trairi - CE, 2006.

ASSOCIAÇÃO DAS ARTESÃS E AGRICULTORES DE CANAAN – ARTECAN. **Folder institucional e catálogo de produtos.** Trairi - CE, 2006.

BACELAR, Tânia. **APL e Desenvolvimento Local**. Apresentação no Seminário BNDES – APL como instrumento de desenvolvimento. Rio de Janeiro, 2004.

BANNOCK, G. et al. **The Penguin dictionary of economics**. Middlesex: Penguin Books, 1977. in. <http://portalgeo.rio.rj.gov.br/mlateral/glossario/T_Economia.htm> acesso em 17/02/2008.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste** – Relatório Final do Projeto 1ª Fase. Fortaleza: BNB, 2005.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Arranjos Produtivos Locais e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: BNDES, 2004.

BARBOSA E ZAMBONI ,2000, in: MAMBERTI, M.; BRAGA, R. Arranjos Produtivos Turísticos e Desenvolvimento Local. Artigo publicado em: **Anais do “I Seminário Internacional O Desenvolvimento Local na Integração: Estratégias, Instituições e Políticas”**. UNESP, Rio Claro, 19 a 21/05/2004

BARRETO, Margarida. **Manual de iniciação dos estudos do turismo**. Campinas: Papirus, 1995.

_____.; TAMANINI, Elizabete. **Redescobrimdo a ecologia do turismo**. Caxias do Sul: EDUCS, 2002.

BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. Tradução de Marco Estevão e Fernando Aguiar. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1994

BOISIER, S. **Conversaciones Sociales Y Desarrollo Regional**. Editorial de Talca, 2000.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em rede**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1999.

CARVALHO, Eveline; FERREIRA, Laércio de Matos. **Fortalecimento dos Arranjos e Sistemas produtivos locais**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2007.

CENTRAL DE ARTESANATO DO CEARÁ. **Artesanato no Ceará**. Disponível em: <www.ceart.gov.br>, acesso em 19/09/2007.

CHRISTOFOLLETTI, A. **Análise de Sistemas em Geografia**. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1997.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. Tradução de Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1999. 453 p.

CORRÊA, R. L. **Região e Organização Espacial**. São Paulo: Ed. Ática, 1986.

CORIOLOANO, L. N. M. T. **Turismo com Ética**. Fortaleza: UECE, 1998a.

_____. **Do Local ao Global: o Turismo Litorâneo Cearense**. Campinas-SP: Editora Papirus, 1998b.

_____. **O Turismo de Inclusão e o Desenvolvimento Local.** Fortaleza: FUNECE, 2003a.

_____. **Turismo Comunitário e Responsabilidade Socioambiental.** Fortaleza: EDUECE, 2003b.

_____.; SYLVIO, C. Bandeira de Melo e Silva. **Turismo e geografia: abordagens críticas.** Fortaleza: EdUECE, 2005.

_____. **O Turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza.** São Paulo: Annablume, 2006a.

_____. Turismo: prática social de apropriação e de dominação de territórios. In: Amalia Inés Geraiges de Lemos, Mónica Arroyo, Maria Laura Silveira. **América Latina: cidade, campo e turismo.** São Paulo: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Dezembro, 2006b.

_____.; VASCONCELOS, F.P. **O Turismo e a Relação sociedade-natureza.** Fortaleza: EdUECE, 2007.

CULTIVO de algas impulsiona economia, **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 27 de julho de 2006. Disponível em: <<http://www.oktiva.net/oktiva.net/1365/nota/17827/>>, acesso em 18 de janeiro de 2007.

CROCCO M. A.; GALINARI, R.; SANTOS, F.; LEMOS, M. B.; SIMÕES, R. **Metodologia de Identificação de Arranjos Produtivos Locais potenciais.** Belo Horizonte: CEDEPLAR/ FACE/ UFMG, 2003.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Introdução a Geografia do Turismo.** São Paulo: Roca, 2001.

DE PAULA, Juarez. Territórios, Redes e Desenvolvimento. In: LAGES, Vinícius; BRAGA, Christiano; MORELLI, Gustavo (orgs.). **Territórios em Movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva.** Rio de Janeiro: Relume Dumará/ Brasília/DF: SEBRAE, 2004.

DIMENSTEIN, Gilberto. **Pescadores transformam cultivo de algas marinhas em lucro,** 2004. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/comunidade/gd220704a.htm>>, acesso em 18 de janeiro de 2007.

EVENTO Fortalece o turismo no Trairi, **Jornal Diário do Nordeste**, Fortaleza, 27 de julho de 2007, caderno turismo, p.8

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Anuário Estatístico Embratur**, volume 34, Brasília-DF, 2007.

GALVÃO, Roberto (Org.). **Aracati – Labirintos de Sonho e Luz.** Fortaleza: Ed. SEBRAE, 2006.

GONÇALVES, C. W. P. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. 10^a ed. São Paulo: Contexto, 2002.

HADDAD, Paulo R. **Texto de Referência da Palestra sobre Cultura Local e Associativismo**. Belo Horizonte: Seminário Arranjos Produtivos Locais, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **Território e multiterritorialidade em debate**. Porto Alegre: I Seminário Nacional sobre Múltiplas Territorialidades, 2004a.

_____. **Muros, “campos” e reservas: os processos de reclusão e “exclusão” territorial**. Niterói-RJ: VII Encontro de Geociências (GEOUFF), 2004b.

_____. **Identidades Territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial**. Salvador: Encontro Nacional da ANPUR, 2005.

_____. **Região e Regionalização num mundo Des-territorializado**. Florianópolis: 58^a Reunião SBPC, 2006.

HOLANDA, Aurélio Buarque. **Novo Dicionário Aurélio**. São Paulo, Ed. Positivo, 2004.

IPIRANGA, Ana Silvia R. **Território, Capital Social e Governança**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA, 2005. Disponível em: <www.ibama.gov.br>, acesso em 28/11/2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br>, acesso em 28/11/2007.

IPECE. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Trairi - PDDU**, 2002.

_____. **Atlas sócio-econômico do Ceará**, 2004/2005.

IPLANCE. **Anuário Estatístico do Ceará**, Fortaleza, v.10, tomo 1, p.1-478; tomo 2, p.1-368. Ed. IPLANCE. Fortaleza, 2001.

INCREMENTO na mesa e na renda. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 27 de julho de 2007, caderno Turismo, p.8.

INSTITUTO TERRAMAR. **Projeto Algas** – Cultivando o Futuro. 2005. Disponível em: <www.terramar.org.br>, acesso em 18 de janeiro de 2007.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E ENERGIAS RENOVÁVEIS, **A esperança que vem do mar**. 2006. Disponível em: <www.ider.org.br>, acesso em 31 de maio de 2007.

KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. **Economia industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil**. São Paulo: Campus, 2002.

LIMA, Luiz Cruz; CORIOLANO, Luzia Neide M.T. (Orgs.) **Turismo e Desenvolvimento Social Sustentável**. Fortaleza: EdUECE, 2003.

LIMA e AZEVEDO, 1982, p. 18 In: **Ações para o Desenvolvimento do Artesanato do Nordeste**, Fortaleza, 2002.

LEFF, H. **Saber Ambiental**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

MATOS, Ana Maria. **As políticas públicas para o turismo**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2006.

McLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo: Ed. Culturix, 1996.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MELO, Mayara. **Projeto Algas em Trairi**, 2006. Disponível em: <<http://www.terramar.org.br/oktiva.net/1320/nota/18050/>>, acesso em 18 de janeiro de 2007.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE & INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE. **Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – Agenda 21**. 2ª. ed. Brasília, 1997.

MYTELKA, L. K.; FARINELLI, F. Local clusters; innovation systems and sustained competitiveness. Nota Técnica nº 5 do Projeto: Arranjos e sistemas produtivos locais e as novas políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico. Rio de Janeiro: IE/UFRJ/BNDES/FINEP/FUJB, 2000. In AMARAL, Jair, **Arranjos Produtivos Locais (APLs) – Referencial Conceitual**. Disponível em: <http://www.sdlr.ce.gov.br/content/aplicacao/sdlr/apls/gerados/mais_informacoes.asp> acesso em 10/01/2007>

OLIVEIRA, Aécio Alves. **A Economia Solidária e o Turismo**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2006.

OLIVEIRA, Christian Dennys Monteiro de. **A Geografia dos serviços e dos equipamentos turísticos**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2006.

PINTO, José Alcides. **A Rendeira**. Disponível em: <<http://www.revista.agulha.nom.br/alcide.html#arendeira>>, acesso em 13/10/2007.

PONTES, Lana Mary Veloso de. **Fronteiras e territórios municipais: o caso de Cascavel (Ce)** Fortaleza; Dissertação de Mestrado. UECE, Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas, 2007.

PRAIAS DO TRAIRI. Disponível em: <www.praiasdotrairi.com>, acesso em 30/09/2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAIRI, Secretaria de Turismo e Cultura, **Levantamento da Oferta de meios de hospedagem e restaurantes no Trairi**, 2005.

_____. **Perfil Sócio-econômico do Trairi**, 2006.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Disponível em: <www.unpd.org.br>.

PROJETO S.O.S. Algas finalista em prêmio, **Jornal O POVO**, Fortaleza, caderno Cotidiano, 14 de Novembro de 2007, p.10.

RENDEIRAS representam o artesanato cearense, **Jornal Diário do Nordeste**, Fortaleza, 19 de outubro de 2007, Caderno Turismo, p.7

RUSCHMANN, D. V. de M. **Turismo e Planejamento Sustentável: A proteção do meio ambiente** – Campinas, SP: Papirus, 1997.

SANTOS, M. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1979.

_____. **Metamorfose do Espaço Habitado**. São Paulo: HUCITEC, 1988.

_____. **Natureza do Espaço**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SANTOS, Gustavo; DINIZ, Eduardo; BARBOSA, Eduardo. Aglomerações, Arranjos Produtivos Locais e Vantagens Competitivas Locacionais. Artigo publicado no **Seminário Arranjos Produtivos Locais e Desenvolvimento**, BNDES, 2002.

SARTI, Fernando; GOYAREB, Daniela. **Desenvolvimento Regional e Turismo**, II Conferência Brasileira sobre APL, Rio de Janeiro, BNDES, 2005.

SECRETARIA ESPECIAL DE AQUICULTURA E PESCA – SEAP. **Relatório de Monitoramento da Atividade Pesqueira no Litoral do Brasil**. 2006. disponível em: <www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/seap/>, acesso em 28/11/2007.

_____. **Interagir para Competir: promoção de arranjos produtivos e inovativos no Brasil** / coordenadores Helena Lastres...[et al]; pesquisadores , Arlindo Villaschi...[et al].Brasília: SEBRAE; FINEP; CNPq, 2002.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Termo de Referência para atuação do Sistema Sebrae em APL**. Brasília: SEBRAE, 2003.

_____. **Termo de Referência Programa SEBRAE de Artesanato**. Brasília: SEBRAE, 2004a.

_____. **Metodologia de Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais: Projeto Promos** – SEBRAE – BID: versão 2.0. Brasília: SEBRAE, 2004b.

_____. **Pesquisa da Demanda de Artesanato em Fortaleza**. Fortaleza: SEBRAE, Março, 2004c.

_____. **Boletim Estatístico das Micro e Pequenas Empresas.** Brasília: SEBRAE, 2005.

_____. **Pesquisa de Sobrevivência e Mortalidade de Empresas.** Brasília: SEBRAE, 2007.

_____. **Impacto do Programa de Desenvolvimento da Produção Artesanal.** Fortaleza: SEBRAE, Março, 2002.

_____. **Cartaz e folder de divulgação do IV Festival das Algas.** Trairi – CE, Julho: 2007.

SETUR/CE. **Programa de Ação para o desenvolvimento do turismo – PRODETUR/CE.** Fortaleza: SETUR, 2002. disponível em: <www.sfipec.org.br/palestras/turismo/>, acesso em 15/11/2007.

_____. **Relatório de Pesquisa de Demanda Turística via Fortaleza 2002.** Fortaleza: SETUR, 2003.

_____. **Pesquisa demanda turística de Fortaleza.** Fortaleza: SETUR, 2004.

_____. **Indicadores Turísticos do Ceará: 1995/ 2006.** Fortaleza: SETUR, 2006.

_____. **Plano Estratégico e de Ação Turística RT Litoral Oeste/ Vale do Curu.** São Paulo: SETUR/ FIPE, 2007.

SEPLAN. **Plano de Desenvolvimento Sustentável 1999-2002.** Fortaleza: SEPLAN, 2000.

_____. **Ceará Cidadania: Crescimento com Inclusão Social.** Plano de Governo 2003-2006. Fortaleza: SEPLAN, 2003.

SINE/CE. **Perfil do Artesão Cearense – Tipologias Seleccionadas.** Fortaleza: SINE, 1996

SWARBROOKE, J. **Turismo Sustentável: Turismo e Impactos Ambientais.** V. 1 a 3 – São Paulo: Aleph, 2000.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência.** São Paulo, DIFEL, 1983.

TUPINAMBÁ, S. V. **Do tempo da captura a captura do tempo livre – terra e mar: caminhos da sustentabilidade.** Fortaleza: Programa de pós-graduação em desenvolvimento e meio ambiente/ UFC, 1999. (Dissertação de mestrado)

TRAIRI, Tranqüilidade à beira-mar, **Jornal Diário do Nordeste**, Fortaleza, 27 de Julho de 2007, Caderno Turismo, p.1.

UNIÃO E SOLIDARIEDADE DAS COOPERATIVAS E EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS – UNISOL. Disponível em < <http://www.unisolbrasil.org.br/> > acesso em 27/01/2008.



Universidade Estadual do Ceará – UECE
Mestrado Acadêmico em Geografia – MAG

FORMULÁRIO 1

Secretário de Turismo

Data: ____ / ____ / ____

Nome: _____

1. Há quanto tempo o Senhor assumiu a Secretaria de Turismo?

2. Antes de assumir a Secretaria que outros cargos ocupou?

3. Qual a demanda turística para o município, na estação alta e estação baixa?

4. Quais as políticas do atual governo municipal para o desenvolvimento do turismo?

5. Quais os projetos que a Prefeitura está elaborando para o setor?

6. Quais os projetos que estão em execução?

7. Em sua opinião quais vantagens e/ou desvantagens o turismo tem trazido para o município?

8. Que órgãos ou instituições prestam apoio ou são parceiros para o desenvolvimento turístico e que tipo de apoio estão prestando?

9. Como o senhor percebe o nível de integração entre as atividades da cadeia do turismo no Município do Trairi?

10. Quais outras Secretarias municipais desenvolvem trabalhos em conjunto com a Secretaria de Turismo e quais as ações?



Universidade Estadual do Ceará – UECE
Mestrado Acadêmico em Geografia – MAG

FORMULÁRIO 2

Arranjos Produtivos Locais do Turismo – Presidentes de Associação

Identificação do empreendimento:

Nome: _____

Data de criação: ____/____/____.

Endereço: _____

Ocupação do entrevistado: _____.

Estrutura física do empreendimento:

Histórico:

Porte da associação – nº de funcionários: _____

Origem do capital: () estrangeiro () nacional () misto

1. Quais as atividades econômicas da associação?

2. Como essas atividades se relacionam?

3. Qual o objetivo dessa associação?

4. Quantos associados existem atualmente? Indicar o número de homens e mulheres.

5. Como você considera o nível de cooperação interna entre os associados?

() Forte () Médio () Baixo

Comente:

6. Como você considera o nível de organização da sua associação?

() Excelente () Bom () Regular () Péssimo

Comente:

7. Que serviços ou produtos comercializam?

8. As atividades desenvolvidas recebem algum tipo de apoio financeiro? De quem?

9. Há alguma política oficial que atende a esta associação?

10. Que tipo de investimentos a associação realiza?

- a) Marketing () b) Controle de qualidade () c) Qualificação dos associados ()
d) Modernização produtiva/Inovação tecnológica ()

11. Qual o tipo e origem da mão-de-obra empregada?

12. Os Associados fazem ou fizeram algum tipo de capacitação? Por intermédio de qual instituição?

13. Antes da organização comunitária, em que e de que forma trabalhavam?

14. Há algum tipo de taxa para associar-se ou mensalidade para manter-se associado? Quanto?

15. Qual a origem e/ou fornecedor da matéria-prima utilizada?

16. Qual o destino e/ou consumidor final dos produtos e serviços ofertados?

17. A venda dos serviços e/ou produtos é direta ou mediada por atravessador? Como?

18. O produto e/ou serviço é bem aceito no mercado? É competitivo?

19. Principais dificuldades encontradas para atuar no mercado interno/externo

- a) produto pouco competitivo () b) falta de infra-estrutura ()
c) falta de pessoal capacitado () d) ausência de apoio financeiro ()
e) custo de produção () f) marketing ()
g) rede de distribuição () h) qualidade do produto oferecido ()
i) cultura dos consumidores () j) defasagem tecnológica ()
l) rede de assistência técnica () m) facilidades para importados ()
n) pacotes integrados dos concorrentes – venda, financiamento, assistência técnica etc. ()

20. A organização comunitária mantém relações com outros empreendimentos comunitários, associações ou empresas? Quais? De onde?

21. Quais os projetos que a associação está elaborando?

22. Quais os projetos que estão em execução ou está participando?

23. Quais as conquistas obtidas pela associação para os associados e para a comunidade?

24. Em sua opinião, qual a importância da associação para a comunidade?

25. O turismo nas praias do Trairi está contribuindo para o desenvolvimento da atividade da Associação? Cite de que forma.

26. Você considera a associação integrada à atividade turística do município? Comente.

27. Em sua opinião que vantagens e/ou desvantagens o turismo tem trazido para a comunidade?

28. Que órgãos ou instituições prestam apoio ou são parceiros da associação e que tipos de apoio estão prestando?



Universidade Estadual do Ceará – UECE
Mestrado Acadêmico em Geografia – MAG

FORMULÁRIO 3

Membros de Associações Produtivas

Data: ____ / ____ / ____

Nome: _____

Associação: _____

Atividade: _____

1. Há quanto tempo você faz parte da associação?

2. Você exercia a mesma atividade antes de entrar na associação? Se não, qual a atividade anterior?

3. Quais os benefícios que você considera ter por participar da associação?

4. Qual sua renda mensal antes de participar da associação? R\$ _____

5. Qual sua renda média mensal atual ? R\$ _____

6. Quais os produtos ou serviços produzidos ou comercializados por você?

7. Além de você, alguém da sua família também faz parte na associação? Quantas pessoas?

8. Como você considera o nível de organização da sua associação?

() Excelente () Bom () Regular () Péssimo

Comente:

9. Em sua opinião qual a importância da associação para a comunidade?

10. O turismo nas praias do Trairi está contribuindo para o desenvolvimento da sua atividade? Cite de que forma.

11. Você considera a associação integrada à atividade turística do município? Comente.

12. Em sua opinião que vantagens e/ou desvantagens o turismo tem trazido para a comunidade?



Universidade Estadual do Ceará – UECE
Mestrado Acadêmico em Geografia – MAG

FORMULÁRIO 4

Membros da Associação de Pousadas e Hotéis

Data: ____ / ____ / ____

Nome: _____

Associação: _____

Atividade: _____

1. Há quanto tempo você faz parte da associação?

2. Você exercia a mesma atividade antes de entrar na associação? Se não, qual a atividade anterior?

3. Quais os benefícios que você considera ter por participar da associação?

4. Qual seu faturamento mensal antes de participar da associação? R\$ _____

5. Qual seu faturamento médio mensal atual? R\$ _____

6. Quais os serviços oferecidos pela Pousada?

7. Qual o número de empregos gerados pela pousada/ hotel?

8. Qual a origem da mão-de-obra empregada?

9. Qual a taxa de ocupação na baixa estação e na alta estação?

10. Como você considera o nível de organização da sua associação?

() Excelente () Bom () Regular () Péssimo

Comente: _____

11. Na sua opinião qual a importância da associação para o turismo no Trairi?

12. O turismo nas praias do Trairi está contribuindo para o desenvolvimento da sua atividade? Cite de que forma.

13. Você considera a associação integrada à cadeia produtiva do turismo do município? Comente.

14. Em sua opinião que vantagens e/ou desvantagens o turismo tem trazido para a comunidade?

15. Existem investimentos públicos e privados sendo realizados em prol da atividade turística no Trairi? Quais e com que parceiros?

ANEXOS

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETIVO E DURAÇÃO.**Artigo 1º :**

Fica constituída a ASSOCIAÇÃO DOS HOTÉIS E POUSADAS DO MUNICÍPIO DE TRAIRI - AHTRA, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica distinta de seus sócios, que de modo geral obedecerá as atribuições que pela Lei e costumes usuais, foram reservados as associações civis.

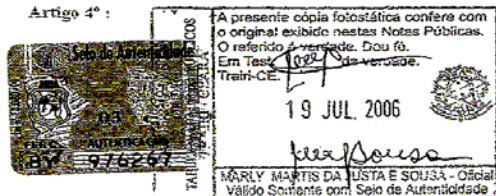
Artigo 2º :

A ASSOCIAÇÃO DOS HOTÉIS E POUSADAS DO MUNICÍPIO DE TRAIRI - AHTRA, com sua sede localizada no Distrito de Fleineiras, Município de Trairi-Ce., à Rua da Praia S/N, bem como foro Jurídico e terá duração ilimitada.

Artigo 3º :

A ASSOCIAÇÃO DOS HOTÉIS E POUSADAS DO MUNICÍPIO DE TRAIRI - AHTRA, tem por objetivos:

- A) Promover o bem estar social e o conagraimento da classe hoteleira e meios de hospedagem em todo o Município.
- B) Amparar e defender os legítimos interesses dos associados, colaborando com os poderes públicos, como órgão técnico e consultivo no estudo e solução dos problemas da classe, amparando e defendendo seus associados quando os mesmos solicitarem;
- C) Fomentar o desenvolvimento do associado, incrementando o turismo em todas as suas manifestações, bem como as demais atividades que com este estejam relacionadas;
- D) Promover a divulgação e publicidade da ASSOCIAÇÃO DOS HOTÉIS E POUSADAS DO MUNICÍPIO DE TRAIRI - AHTRA, com folheteria permanente, mantendo o envio periódico de matérias de interesse da entidade, que garantam o desenvolvimento da mesma, para outros boletins, revistas, entidades, empresas, órgãos públicos e pessoas interessadas ou relacionadas com a indústria de hotéis;
- E) Promover congressos, exposições e conferências do setor industrial hoteleiro que, de uma forma ou de outra contribuam para o desenvolvimento e aperfeiçoamento técnico do setor;
- F) Representar junto aos poderes Federal, Estadual e Municipal, a defesa aos interesses dos associados;
- G) Fomentar, promover e colaborar na valorização e treinamento de recursos humanos para os associados.

Artigo 4º :

Para a realização de seus objetivos a ASSOCIAÇÃO DOS HOTÉIS E POUSADAS DO MUNICÍPIO DE TRAIRI - AHTRA, manterá os órgãos técnicos necessários e os objetivos que possam ser úteis aos seus associados.

CAPÍTULO II

DOS SÓCIOS**Artigo 5º:**

O quadro social da ASSOCIAÇÃO DOS HOTÉIS E POUSADAS DO MUNICÍPIO DE TRAIRI-AHTRA, compor-se-á de 04 (quatro) categorias de sócios:

- 1) Efetivos;
- 2) Colaboradores;
- 3) Honorários;
- 4) Beneméritos.

Artigo 6º :

São sócios efetivos os estabelecimentos de hotelaria, pousadas, pequenos flats-hotéis, pensões legalmente constituídas que se associarem e estejam localizadas no Município de Trairi-Ce., e que obedeçam ao código de ética, representados pelos seus proprietários e, ou arrendatários.

Artigo 7º :

São sócios colaboradores, as pessoas físicas ou jurídicas que desejarem colaborar sob qualquer forma com a entidade, sem gozar dos direitos de voto assegurados aos sócios efetivos nos termos do presente Estatuto.

Artigo 8º :

São sócios honorários, as pessoas físicas ou jurídicas, que se tenham distinguido por serviços meritórios, em favor da classe e a quem a Assembleia Geral entenda conceder-lhes esse título.

Parágrafo Único: Terão título de "Sócios Honorários" pela ASSOCIAÇÃO DOS HOTÉIS E POUSADAS DO MUNICÍPIO DE TRAIRI-AHTRA, aqueles que tenham prestado reconhecidamente relevantes serviços a hotelaria e, que mereçam a título, que indicado pela Diretoria a Assembleia Geral, esta o concedam ou não.

Artigo 9º :

São sócios beneméritos, as pessoas físicas ilustres, que se destacaram por serviços digno de louvor e de elogio pela classe hoteleira e a quem a Assembleia Geral entenda conceder-lhes esse título.

Artigo 10º :

A admissão dos novos sócios efetivos ou sócios colaboradores será precedida de aprovação por uma

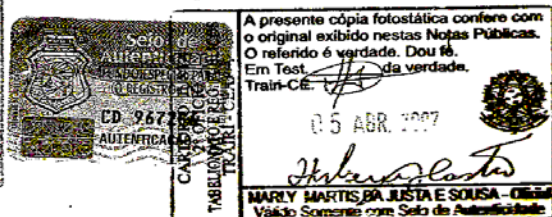


Figura 58: Cópia autenticada do Estatuto da Associação de Hotéis e Pousada do Trairi

Fonte: AHTRA, 2006

ANEXO 2

Os artesãos são classificados segundo o trabalho que executam, em:

- **Mestre Artesão** – indivíduo que se destacou em seu ofício, conquistando admiração e respeito não somente de seus aprendizes e auxiliares artesãos, como também dos clientes e consumidores. Sua maior contribuição é repassar, para as novas gerações, técnicas artesanais e experiências fundamentais de sua atividade.
- **Artesão** – pessoa que detém conhecimentos técnicos sobre os materiais, ferramentas e processos de sua especialidade, dominando todo o processo produtivo.
- **Aprendiz** – auxiliar das oficinas de produção artesanal, encarregado de elaborar partes do trabalho e que se encontra em processo de capacitação.
- **Artista** – são pessoas que dominam o "saber fazer" de sua área de atuação. Desenvolve em seu trabalho uma coerência temática demonstrada em seu compromisso de criar sempre coisas novas e ir além do já conhecido.
- **Núcleo de Produção Familiar** – é o conjunto de membros de uma mesma família, que produzem artesanalmente. A direção dos trabalhos é exercida pelo pai ou pela mãe (dependendo do tipo de artesanato que se produza), que organizam os trabalhos de filhos, sobrinhos e outros parentes. Em geral não existe um sistema de pagamentos pré-fixados, sendo as pessoas remuneradas de acordo com o produzido e as disponibilidades de um caixa único.
- **Grupos de Produção Artesanal** – é um agrupamento de artesãos atuando no mesmo segmento artesanal ou em segmentos diversos e que se valem de acordos informais, para aquisição de matéria-prima e/ou de estratégias promocionais conjuntas para a produção coletiva.
- **Empresa Artesanal** – são núcleos de produção que evoluíram para a forma de micro ou pequenas empresas, com personalidade jurídica, regida por um contrato social. Como qualquer empresa privada, busca vantagens comerciais para continuar a existir. Empregam artesãos e aprendizes encarregados da produção e remunerados, em geral, com um salário fixo ou uma pequena comissão sobre as unidades vendidas.

- **Associação** – é uma associação é uma instituição de direito privado sem fins lucrativos, constituída com o objetivo de defender e zelar pelos interesses de seus associados. São regidas também por estatutos sociais, com uma diretoria eleita em assembléia para períodos regulares.
- **Cooperativa** – são associações de pessoas de número variável (não inferior a 20 participantes) que se unem para alcançar benefícios comuns, em geral, para organizar e normalizar atividades de interesse comum. O objetivo essencial de uma cooperativa na área do artesanato é a busca de maior eficiência na produção com ganho de qualidade e de competitividade em virtude da redução de custos na aquisição de matéria-prima, no beneficiamento, no transporte, na distribuição e venda dos produtos.

Categorias de Artesanato

- **Arte popular** – são todas as atividades poéticas, musicais, plásticas e expressivas, que demonstram o modo de ser e de viver de uma população. O produto é representativo da realidade do artista que o criou e pode servir de inspiração e modelo para a criação de produtos artesanais.
- **Artesanato** – são todas as atividades produtivas que resultem em objetos e artefatos acabados, feitos manualmente ou com a utilização de meios tradicionais ou rudimentares, com habilidade, destreza, qualidade e criatividade. A produção consiste em pequenas séries, oferecidas ao mercado com regularidade.
- **Trabalhos manuais** – são todos aqueles que exigem destreza e habilidade, porém utilizam moldes e padrões pré-definidos, resultando em produtos de estética pouco elaborada. Não são resultantes de processo criativo efetivo. É, em geral, uma ocupação secundária sendo utilizado o tempo disponível das tarefas domésticas para a complementação da renda familiar ou mesmo como passatempo.
- **Produtos semi-industriais e industriais ("industrianato")** – são os produzidos em escala, em série, com utilização de moldes e fôrmas, máquinas e equipamentos de reprodução, com pessoas envolvidas e conhecedoras apenas de partes do processo.
- **Artesanato indígena** – são objetos produzidos por comunidade indígena, por seus próprios membros. É, em sua maioria, resultante de uma produção coletiva, incorporada ao cotidiano da vida tribal.
- **Artesanato tradicional** – são artefatos mais expressivos da cultura de um determinado grupo, representativo de suas tradições, porém, incorporados à sua vida cotidiana. Sua produção é, em geral, de origem familiar ou de pequenos grupos vizinhos, o que possibilita e favorecem a transferência de conhecimentos sobre técnicas, processos e desenhos originais. Sua importância e seu valor cultural decorrem do fato de ser depositária de um passado, de acompanhar histórias transmitidas de geração em geração, e de

ser parte integrante e indissociável dos usos e costumes de um determinado grupo.

- **Artesanato de referência cultural** – são produtos que têm como característica a incorporação de elementos culturais tradicionais da região onde são produzidos. São, em geral, resultantes de uma intervenção planejada de artistas e designers, em parceria com os artesãos, com o objetivo de diversificar os produtos, porém preservando seus traços culturais mais representativos.
- **Artesanato conceitual** – são objetos produzidos por pessoas com alguma formação artística, de nível educacional e cultural mais elevado, geralmente de origem urbana, resultante de um projeto deliberado de afirmação de um estilo de vida ou afinidade cultural. A inovação é o elemento principal que distingue esse artesanato das demais categorias. Por trás desses produtos existe sempre uma proposta, uma afirmação sobre estilos de vida e de valores, muitas vezes explícitos nos sistemas de promoção utilizados, sobretudo aqueles ligados ao movimento ecológico e naturalista.